

A **DEBILIDADE** E O
IMPEACHMENT



Versão Revisada. | 2016

Caio Fábio

PREFÁCIO

O livro do pastor Caio Fábio, *A Bíblia e o Impeachment*, continua tão pertinente hoje quanto o fora há quase duas décadas e meia, seja porque o país está em clima de um outro impeachment, seja porque quem ao qual o livro se destinou no início da década de 90 permanecer sendo ainda destinatário do mesmo: a igreja evangélica.

Falar em igreja evangélica (igreja como instituição, claro) nos dias de hoje não é exatamente a mesma coisa de há duas décadas e meia. Nos idos do início dos anos 80, a igreja ainda era uma recém-saída dos negros anos da ditadura militar. Nesse período, a igreja foi silente. Com raríssimas exceções, uma ou outra voz evangélica se erguera contra o regime de exceção. A igreja era apenas um componente social discreto, avesso à política, longe dos embates que diziam respeito à nação e nutria, até, uma certa simpatia com o autoritarismo por conta de sua “filosofia da ordem”. Em suma, o regime militar não perturbava e ela não perturbava o regime militar.

Quando ocorre a redemocratização do país, a igreja começa a sair da toca e percebe que tem que se colocar no mundo. Inicia-se então a propagação de um mote que grassou o meio evangélico na segunda metade da década de 80, que era o “irmão vota em irmão”. Sendo um ambiente estranho ao pensamento crítico e à politização da vida, a igreja estava desguarnecida de formulações intelectuais/espirituais para discutir esse pressuposto, especialmente os meios pentecostais que, à época, estava em outra dimensão com Paul (hoje David) Young Cho. Pouquíssimas vozes, advindas sempre das igrejas históricas, eram os ‘hereges’ que se metiam nesse tipo de assunto.

Na virada década, com as eleições para presidente, a igreja já estava no páreo político, mas ainda carente das já referidas formulações. Mas àquela altura os líderes evangélicos já tinham percebido a força eleitoreira do rebanho, especialmente depois das eleições de 88. Em 92, essa igreja, quase que maciçamente, ajudou a eleger Collor de Mello presidente. Quando este se viu em apuros, em meio a escândalos vindos a público por denúncias do próprio irmão, e foi submetido a um processo de impeachment, essa igreja política e bíblicamente desguarnecida entrou em parafuso. O crente deveria ou não apoiar o impeachment? E Romanos 13, como fica? Ora, uma igreja que foi ordeira e cordeira nos anos de ditadura havia sido doutrinada o suficiente para sê-lo num regime democrático. O golpe de 64 foi mais fácil porque, além do combate ao comunismo como pretexto, não fora a igreja quem sujara as mãos. Na democracia, não. Na democracia ela não teve como se esconder.

Nesse vácuo, surge *A Bíblia e o Impeachment*, livro que o reverendo Caio Fábio escreveu às pressas (seis dias), em quartos de hotel, para dar uma resposta ao dilema e uma fundamentação bíblica da questão.

Quase duas décadas e meia depois, o livro continua pertinente, primeiro, pelo momento político do país (em que uma presidente se vê envolvida em novos escândalos de corrupção, politicamente fragilizada, moralmente combalida e executivamente desorientada) e, segundo, pelo mesmo destinatário que, em muitos aspectos, já não é mais o mesmo. A igreja, antes no

quase anonimato, tem hoje protagonismo de sobra. Ela se emaranhou ao poder, tem uma bancada no Congresso (o ainda presidente da câmara, Eduardo Cunha, é evangélico), é detentora de cadeias de comunicação, esbanja poder econômico e já demonstrou ter grande simpatia por um Estado teocrático. Sua pertinência persiste, ainda que as questões não sejam mais as mesmas de vinte e poucos anos atrás.

Depois de pequenas revisões, que tivemos o cuidado de manter seu escopo, *A Bíblia e o Impeachment* continua a ser leitura imprescindível para os dias de hoje, para a hora de agora.

Boa leitura!

Dilson Cunha

Março de 2016

INTRODUÇÃO

E SOB O TRONO HAVIA UM MAR DE LAMA

O livro do Apocalipse diz que sob o trono de Deus “há um como mar de vidro”, transparente como o cristal. O mesmo não se pode dizer do trono do Brasil. Sob este parece haver um mar de lama.

No dia 27 de maio, a revista Veja trouxe em sua edição de número 22 uma das mais bombásticas entrevistas publicadas nos seus vinte e quatro anos de história. Pedro Collor, irmão caçula de Collor de Mello, fazia gravíssimas acusações contra o então presidente da república, envolvendo-o num esquema escabroso com o empresário alagoano Paulo César Farias, o PC Farias, seu tesoureiro de campanha.

Os exemplares daquela edição da revista esgotaram-se tão logo chegaram às bancas e depois foram vendidas no mercado paralelo bem mais caras que o preço de capa. Todos perceberam a gravidade da coisa. Políticos experientes também perceberam que aquela seria, provavelmente, uma das mais chocantes notícias já publicadas na República e, quem sabe, na história do país. Nunca antes um irmão viera a público denunciar um irmão que fosse, também, o mandatário da nação. Diante daquele fato, todas as denúncias anteriores feitas contra um presidente da república pareciam inocentes. Pedro Collor simplesmente ativou a maior de todas as bombas políticas já armadas por aqui.

Políticos experientes de então, como Iris Rezende, de Goiás, previram que algo aconteceria em função daquilo. Ele nos disse que no dia posterior à bomba, ficara preocupadíssimo com os desdobramentos de tudo aquilo. “Se fosse o Lula ou o Ulisses Guimarães quem tivessem feito tais acusações, elas teriam caído no vazio e não teriam maiores consequências. Mas, não. Era o irmão do presidente. E isso fazia das acusações algo ainda muito mais sério”, disse ele.

Daquele momento em diante, o país foi ficando atônito com o que via e ouvia. Eu mesmo tive reações diversas diante do episódio. Inicialmente desejei ardentemente que aquilo tudo, as acusações, não fosse verdade. Não porque nutrisse qualquer ilusão ingênua da incapacidade do acusado a respeito. Eu sabia que tanto Collor quanto PC Farias seriam, sim, capazes do feito. Meu temor residia justamente na minha certeza de que, em se provando as acusações, o país não poderia “fazer de conta” que nada acontecera. Cheguei mesmo a me enervar contra aqueles que torciam por isso, os inimigos do Collor, que queriam lhe ver pelas costas. De fato, não era o meu caso. Eu não tinha nenhuma admiração por ele como político, mas torcia – por amor ao povo brasileiro – que seu governo desse certo. Estávamos na cabeceira da redemocratização.

Mas de nada adiantou minha torcida. Dia a dia, as acusações foram se avolumando: cheques de quantias consideráveis começaram a aparecer em contas bancárias da secretária do presidente. O chofer de Anna Acioly, afirmou que eles vinham do PC farias que, por sua vez, era

acusado de enriquecimento ilícito via tráfico de influências, fazendo o uso indevido do presidente. Depois disso a nação perdeu as contas das denúncias.

A contra-ofensiva de Collor foi ansiosamente aguardada por todos os compatriotas. O que se queria era que ele pudesse provar que tudo não passava de um grande equívoco ou de uma sórdida conspiração. Mas, não! Quanto mais ele tentasse alegar sua inocência, mais se contradizia e se emaranhava na imbricada teia de denúncias. O fato de Collor ter ganho as eleições sobre uma base de campanha de tons moralistas, o “Caçador de marajás”, piorava tudo. Por fim, veio a público a revelação do “empréstimo uruguaio”. Ora, caso o empréstimo de cinco milhões de dólares não fosse forjado, como tudo evidenciava que não fosse, a própria “autenticidade” do processo já o incriminaria terrivelmente como envolvido num esquema *Black* e ilícito de sonegação fiscal e relações no mínimo indecorosas para um homem da sua posição.

Em todo esse processo, ainda houve as manifestações desastradas e nada éticas do presidente. Ele abriu mão da liturgia do cargo e partiu para o jogo político raso e ofensivo. Chamou ao Congresso Nacional de “pocilga de porcos sujos” e à imprensa de “sindicato do golpe”, tumultuou os trabalhos da CPI por meio de deputados governistas, tentou abrir os cofres públicos em favor do então PFL para garantir os votos mínimos contra a aprovação da abertura do processo de *impeachment* e, por último, num gesto reconhecidamente tresloucado e prepotente, apelou à nação que “não o deixasse só” e, num gesto patriota, saísse às ruas no dia seguinte trajando verde-amarelo em sinal de apoio a ele. Não deu certo. E como não! Nas grandes cidades, o que se viu foi a população vestida de preto, em sinal de luto moral. O Collor havia cometido em rede nacional um *haraquiri* verde-amarelo. Numa época sem internet e redes sociais, a força simbólica dessa atitude da população foi avassaladora. Esse foi o *start* do pesadelo kafkiano de Collor de Mello.

O senador Amir Lando, relator do inquérito parlamentar, leu as conclusões da CPI no dia 26 de agosto de 1992. No início da leitura, ele citou João 8:36, “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. Ao final da leitura, nitidamente emocionado, ele repetiu a citação e disse que sua esperança era de que o Brasil fosse liberto pela verdade. Instaurava-se ali outro fato que mexeria com os nervos e as emoções de todo um país. As conclusões da CPI apontavam, basicamente, para o envolvimento do presidente e fez recair sobre ele pesadas responsabilidades. Diante de tais conclusões, o presidente foi citado nos seguintes crimes:

Corrupção passiva: PC Farias levou o presidente a omitir “de denunciar traficâncias” pelo suprimimento de vultosos depósitos nas contas de sua secretária, de sua esposa e de sua secretária. Conforme previsto no artigo 317 do Código Penal, o crime seria de um a oito anos de prisão.

Prevaricação: Se denunciar ilegalidades é obrigação de um mandatário da República, Collor foi visto pela CPI como tendo prevaricado da função, mesmo que não houvesse obtido vantagens pessoais. Pelo artigo 319, a pena seria de três meses a um ano de detenção.

Advocacia administrativa: No relatório, “todos os indícios” demonstraram que empresários simulavam negócios para “usar do conhecimento de PC na obtenção de

informações privilegiadas sobre atos do governo”. Ao servir de fonte de informações para PC auferir ganhos monetários, o presidente tornou-se patrocinador de interesses privados e escusos. Artigo 321: detenção de três meses a um ano e multa.

Formação de quadrilha: o relatório apontou “o nexa entre o que ficou conhecido como esquema PC e o presidente surge preciso e mantém-se íntegro”, depois descrever uma ação em sociedade. Sendo tido como sócio cativo do “esquema”, o presidente Collor caiu no artigo 288. Reclusão de um a três anos.

Estelionato: o empresário Antônio Ermírio de Moraes disse ter pago a PC por serviços não prestados, “convicto de que ele tinha influência junto ao presidente da República”, mas que não tentou reaver o dinheiro pela mesma razão, o código penal, no artigo 171, prevê, por obtenção de “vantagem ilícita em prejuízo alheio”, uma pena de reclusão de um a cinco anos mais multa.

Ora, tudo isso nos colocou numa situação gravíssima como nação. Isso porque o país se inviabilizaria, do ponto de vista ético, caso as conclusões da CPI caíssem num vazio e sem maiores consequências. Não tinha como fugir dos fatos. O Brasil nunca estivera tão próximo de sua própria miséria moral e espiritual como naquele momento. Mais do que nunca, tinha-se, então, a oportunidade de fazer passá-lo por “raio X”, passá-lo a limpo. Aquela era a hora da verdade prevalecer no país e de assumirmos nosso cinismo histórico em definitivo. Nossos filhos não nos olhariam jamais com o mesmo respeito se simplesmente ignorássemos a gravidade da situação. Não estava nada bem. Havia alguma coisa de muito podre no “reino da Dinamarca”. Do “alto da cabeça até a planta dos pés, não há nele coisa sã”, senão corrupção, tráfico de influência, sonegação e abuso de poder. O Brasil estava cheirando mal. E naquele momento, graças à incipiente redemocratização, tínhamos a chance de mensurar a extensão da putrefação institucional e moral da nação como nunca antes. Aquela era a hora da verdade.

Como não bastasse, a calamidade moral e ética na qual se meteu, o presidente é ainda citado não pela CPI, apenas, mas pela Bíblia, também, em muitas outras irregularidades. E a maior parte dessas irregularidades são espirituais. Ele está a cada dia mais envolvido com o ocultismo, a bruxaria e o espiritualismo. Ora, nesse aspecto, não há nada a ser dito do ponto de vista constitucional. Vivemos em um país livre e que garante a todos os seus cidadãos o direito da prática religiosa desde que essa prática não ocorra em crime ou ofensa aos princípios de convivência social. No entanto, conquanto o presidente seja livre para consultar bruxos e adivinhos, isso não deixa de ser um indicador da temeridade que é um líder de uma nação recorrer a tais expedientes na condução do país já que sinaliza a falta do equilíbrio que se espera de seu mandatário.

Segundo fontes seguras, o presidente Collor está profundamente envolvido com as mais diversas expressões de malignidade espirituais. Por outro lado, recusou uma oração que o pastor Robinson Rodvalho, segundo tesoureiro da Associação Evangélica brasileira (AEVB), teria se disposto a fazer por ele e esposa. No mesmo dia, o pastor disse ter visto sinais de “trabalhos” de macumba na sua residência.

Em agosto daquele ano, a AEVB divulgou uma nota que dizia que, se as conclusões da CPI o incriminassem, não haveria outra coisa a ser feita senão o próprio presidente renunciar e, no caso de haver recalcitrância por parte dele, não restaria nenhuma outra opção senão mover-se contra ele um processo de impeachment. Segue o texto:

“Diante do gravíssimo momento que o Brasil e suas instituições atravessam, a Associação Evangélica Brasileira não pode furtar-se a uma tomada de posição que seja moderada, porém, ao mesmo tempo, firme e lúcida.

Percebemos que o país passa por uma das fases mais Críticas de sua história. No entanto, apesar de constatarmos a dramaticidade deste período histórico, vemos nele também uma riqueza construtiva muito grande. Isso porque o Brasil se encontra numa importantíssima encruzilhada da sua caminhada como nação. Dependendo das opções que façamos neste momento, definir-se-á que tipo de futuro nós queremos ver concretizar-se diante de nós e de nossos filhos.

A presente crise institucional pela qual passa o país já revela em si mesma o amadurecimento dos processos democráticos que têm buscado preservar tanto a Constituição como os padrões de saúde política das autoridades da nação.

As opções que temos diante de nós neste importantíssimo momento do exercício de nossa cidadania são as seguintes: escolher entre um mal maior imediato ou uma calamidade ética que terá o poder de estender-se para as gerações futuras, bem como para todos os segmentos da sociedade. Isso porque os que defendem a qualquer custo a permanência do presidente da República, Dr. Fernando Collor de Melo, em suas funções executivas, raciocinam com categorias apenas pragmáticas e imediatistas. O argumento desses é que o vice-presidente Itamar Franco não está à altura do posto e das complexidades da presente hora. Os que assim pensam, preferem ter um presidente acusado dos grotescos crimes de responsabilidade administrativa bem como de evasão fiscal, a correr o risco de ter um presidente atabalhado exercendo o poder nos próximos dois anos e meio.

A Associação Evangélica Brasileira entende que a opção pragmática e imediatista que reza a preservação do presidente Collor a qualquer preço é totalmente suicida, eticamente falando. Se comprovados os crimes de responsabilidade e de sonegação de impostos cometidos pelo presidente da República, sua permanência na função (não importando as razões e os motivos evocados para tal), terá as mais desastrosas consequências possíveis para este país agora e nas gerações por vir.

A não responsabilização do presidente implicará em uma opção implícita pelas soluções de natureza meramente conjuntural o que, por seu turno, conduz a uma opção clara e explícita pela impunidade e pela anarquia administrativa. Instaurar-se-á, assim, de uma vez para sempre neste país, a prática da amoralidade como sendo o único valor a reger nossas relações comerciais, fiscais, políticas e sociais.

A Associação Evangélica Brasileira entende que a constituição tem que ser respeitada e praticada. Sendo, portanto esta, a nossa convicção, vimos aqui expressar claramente nossa posição como segue:

1. A serem reunidos indícios suficientes pela CPI do PC para incriminar o presidente da República por “crime de responsabilidade”, nós entendemos que o Supremo Tribunal da República deva intimar o presidente a esclarecer os fatos;
2. Caso, no Supremo Tribunal, as evidências ainda apontem na direção da responsabilidade do presidente, entendemos que o Dr. Fernando Collor de Mello deveria poupar a sociedade de ter que impetrar contra ele o pedido de **impeachment**, recurso este nunca antes usado por nenhuma sociedade do planeta;
3. Se o presidente se mostrar recalcitrante diante das evidências, entendemos que o Congresso Nacional não deve considerar qualquer outra opção a não ser votar e a aprovar o **impeachment**;
4. Uma vez constatada a vacância do cargo pedimos a toda a sociedade que se mobilize no sentido de que a constituição seja cumprida, assumindo, portanto, imediatamente, o vice-presidente Itamar Franco.

Ora, por entendermos que este momento de nossa história é absolutamente crítico é que lembramos a toda a sociedade brasileira que tudo o que o Brasil não precisa hoje é de “salvadores da pátria”. Em assim, dizendo, nós também nos aliamos àqueles que temem que segmentos messiânicos da sociedade tentem tirar proveito desta hora, propondo soluções que não sejam aquelas estritamente previstas na Constituição.

Sendo esta a nossa posição, desejamos garantir à nação que os evangélicos, povo marcado pelos sinais de austeridade, cidadania ordeira e operosa, sendo hoje 35 milhões de brasileiros, se comprometem a continuar a exercer sua cidadania para o bem do Brasil e a preservação de sua legalidade constitucional.”

Três dias depois, o jornal O Globo assim resumiu a nota da AEVB:

A ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA DEFENDE O “IMPEACHMENT”.

“A Associação Evangélica Brasileira distribuiu ontem nota defendendo a aprovação do **impeachment** do presidente Collor pelo Congresso e o respeito à Constituição, com a posse do vice-presidente, Itamar Franco. ‘A opção pragmática e imediatista que reza a preservação do presidente Collor a qualquer preço é totalmente suicida’, afirma a nota, acrescentando que se forem comprovados os crimes de responsabilidade e sonegação de impostos ‘alegadamente cometidos pelo presidente, a sua permanência no cargo terá as mais desastrosas consequências possíveis para o país, agora e nas gerações por vir.’ A Associação afirma ainda, no documento, que a não responsabilização do presidente significará ‘opção clara e explícita pela impunidade e

pela anarquia administrativa'. 'Instaurar-se-á, assim, de uma vez para sempre, neste país, a prática da amoralidade como sendo o único valor a reger nossas relações comerciais, fiscais, políticas e sociais. E mais, não se terá, daí em diante, força moral para se debater qualquer outro crime do colarinho branco', acrescenta a nota. Para a Associação Evangélica Brasileira, a serem reunidos indícios suficientes pela CPI do PC para incriminar o presidente por crime de responsabilidade, Collor deveria intimado pelo Supremo Tribunal da República para que se esclareça todos os fatos. A nota, distribuída à imprensa, é assinada pelo presidente da Associação Evangélica brasileira, Caio Fábio D'Araújo Filho."

No dia 21 de agosto, no Jornal Tribuna da Imprensa, apareceu uma nota assinada por um outro líder evangélico protestando contra a atitude da AEVB. Assim ele se pronunciou na sua carta à redação do jornal Tribuna da imprensa:

"EVANGÉLICOS DEFENDEM COLLOR"

"O jornal O Globo, de 11 de agosto de 1992, página 5, publicou uma nota sobre a Associação Evangélica brasileira, em que esta defende à medida de impeachment do presidente Fernando Collor. Como evangélico e eleitor do mesmo, condeno a posição adotada pela referida entidade. Certamente, ela não representa o pensamento dos evangélicos no Brasil, desprezando os ensinamentos bíblicos, isto é, que devemos respeitar as autoridades constituídas, porque elas são postas pela vontade de Deus, para nos dirigir. No entanto, a mencionada associação veio engrossar o grupo de entidades como CNBB (Igreja Católica, reacionária por excelência), a OAB (que tanto fala em justiça), a CONTAG, a CUT (agitadora dos trabalhadores) e outros organismos inexpressivos que pugnam pelo afastamento do presidente Collor. Esquecem que foi eleito para dirigir esta nação tão roubada, tão arrasada, tão saqueada etc. por maus brasileiros, através dos anos.

Na mesma trincheira do comportamento impatriótico estão Ulysses Guimarães, Mário Covas, Lula, excetuando Leonel Brizola, todos derrotados fragorosamente pelo presidente nas eleições de 1989. Também Quércia, Jereissati, Antônio Carlos Magalhães, Roberto Marinho (através de campanha em "O Globo" e na Rede de televisão Globo) perseguem o mesmo objetivo nefando. Empresários paulistas, inclusive as multinacionais, tendo por detrás a Imprensa marrom, lutam no mesmo sentido. No Congresso, existem os que buscam o impeachment do presidente Collor. Eles deveriam ler os artigos 85 e 86 da constituição Federal. Não defendemos os corruptos nem os ladrões dos cofres públicos e muito menos os que transferem somas vultosas para as contas numeradas em paraísos fiscais. Defendemos, sim, a integridade do mandato do nosso presidente e o respeito à Carta Magna do país. Os evangélicos, devido à sua formação moral e espiritual, e regidos pela Bíblia Sagrada, respeitam os poderes constituídos e as instituições nacionais, jamais participando das sedições e de golpismos.

O apóstolo Paulo, em sua carta aos Romanos, no que diz respeito ao reconhecimento das autoridades, diz assim: Toda a alma esteja sujeita às potestades

superiores, porque não há potestade que não venha de Deus; e as potestades foram ordenadas por Deus, por isso quem resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação.

A Associação Evangélica Brasileira, por seu pastor Caio Fábio D'Araújo Filho, não deveria respaldar entidades e homens que, no cenário pátrio, só tem trazido desgraças à nação brasileira e ao seu povo, tanto sob o ponto de vista material, quando sob o moral e espiritual. Nessa hora ingrata, deveria ser ela o sal da terra e a luz do mundo, bem como uma entidade que promulgasse o respeito total ao presidente da República. Infelizmente, filiou-se, melhor dizendo, colocou-se ao lado dos que querem destruir as instituições democráticas no Brasil. Nossos pêsames àquela Associação, na pessoa do seu presidente, o pastor Caio Fábio D'Araújo Filho."

Preferimos omitir o nome do líder evangélico que assina o manifesto por duas razões: não nos conhecemos pessoalmente e nem queremos que pense que este livro pareça uma resposta à sua posição.

Ora, quando li aquele o exposto acima, conquanto tivesse convicção de que não expressava a maioria do pensamento evangélico de então (a nota da AEVB acerca do impeachment só foi divulgada depois de uma ampla consulta aos líderes evangélicos denominacionais e a vários deputados evangélicos), pensei, no entanto, que seria útil aproveitar o presente momento histórico para conversar com a igreja evangélica brasileira acerca do que a bíblia diz sobre as autoridades constituídas. Isso porque a afirmação de que com base em Romanos 13 se deve silenciar diante da imoralidade e da corrupção não é nem lúcida, nem bíblica. Portanto, eu me dispus a escrever apressadamente, porque a hora urgia, um texto que fosse simples, mas não simplista, e, ao mesmo tempo, elucidativo a respeito do que a bíblia aponta sobre as relações do povo "que se chama pelo seu nome" com as autoridades constituídas.

Vai aqui, portanto, um texto que, apesar de escrito no calor dos acontecimentos da segunda metade de 92, e que, por conta daquele momento, chamei de "A Bíblia e o Impeachment", sobreviveu àquela crise e manteve sua relevância e atualidade, especialmente considerando o momento político difícil que o país atravessa, novamente tendo o governo federal e o partido a que pertence sua mandatária envolvidos numa série denúncias de escândalos que se arrastam desde 2005, cujos desdobramentos parecem indicar que ainda poderá resvalar, direta ou indiretamente, na figura da presidente da república, a senhora Dilma Rousseff.

Quando me debruço novamente sobre ele, quase duas décadas e meia depois, envoltos que estamos por um clima político em que se começa a se delinear novamente um cenário de *impeachment*, vejo que o texto ainda tem sua importância. Outro cenário também relevante é o eclesástico. Quando o escrevi, às pressas, num quarto de hotel, tinha como motivação a mais intenção honesta de dar uma contribuição teórica à igreja, que se via desorientada frente a uma questão que lhe era nova - como lhe era nova também a experiência democrática - e com a qual não tinha nenhuma experiência de manejo, cujo contexto era fértil em ensejar comportamentos

extremados e bipolares como ou uma animosidade irresponsável ou um silêncio servil. Uma época em que ainda acreditava na relevância institucional da igreja, quando ainda me denominava “evangélico” e me portava com um de seus porta-vozes e consciência.

Hoje, entretanto, a igreja não está desorientada, apenas, mas mal orientada. Qualquer discussão que se faça hoje sobre corrupção e crise moral nesse país, a igreja evangélica não passa despercebida. Pelo contrário, ela quase sempre figura como um dos problemas de nosso cenário político. Se em 92, eu escrevia para uma igreja ainda modesta, que temia incorrer no erro de interpretação de romanos 13, hoje, se ainda escrevo para alguma igreja, escrevo para uma igreja que perdeu a inocência honesta e o temor sincero. Uma igreja intimamente atrelada e umbilicalmente ligada ao poder. Um é espelho do outro. Se em 92, havia o temor da igreja ser, politicamente, influenciada pelo “mundo”, hoje, o temor é de que o mundo seja influenciado pela igreja. O espírito da teologia da prosperidade se espalhou na sociedade. A igreja “deu certo” e se tornou um fiel de qualquer balança política. Dita agendas políticas baseadas em seus caprichos preceituais. Extrapola sua ‘jurisdição’ quando o assunto é expandir seus domínios, mas nunca quando o assunto é o serviço ao próximo. Uma igreja que saiu do saleiro não como sal, mas como pimenta do reino. Que se afirma negativamente, ou seja, censurando o pecado alheio, através de agendas conservadoras que identifica preceitos religiosos com obrigações civis, e que acredita na submissão da sociedade a seus credos como conquista para o Reino de Deus. Nem precisa dizer que ela abomina o Estado laico, uma conquista que só foi possível graças à contribuição, inclusive, de inúmeros pensadores cristãos.

O que a igreja da visibilidade fez politicamente nessas quase duas décadas e meia foi “marchar para Jesus” e bradar “o Brasil é do Senhor Jesus”. Ficou no reino da política e abriu mão da política do reino.

Como afirmei na sua versão original, o presente texto não está eivado de preferências político-ideológicas, nem tampouco partidárias. Eu sei que ninguém escreve ou pensa sem alguma pré-compreensão. Eu não fujo à regra. No entanto, conscientemente, o presente texto não tem predileções político-ideológicas. Eu não sou aquilo que você pode chamar de uma pessoa com propensões político-partidárias. Nem sou alguém que ama a política em si. Pelo contrário, sou um tanto refratário às expressões político-partidárias e luto no meu íntimo para não me deixar vencer por preconceitos negativos com relação à política e aos políticos. Isso posto, quero continuar deixando bem claro que minha motivação é espiritual e cidadã. Sou uma pessoa da Palavra. Amo a revelação de Deus nas Escrituras e tenho a ambição de relacionar, o máximo possível, as escrituras ao todo da vida. E quem lê as escrituras com “olhos abertos” não pode deixar de ver que 80% delas tem a ver com a presente ordem de coisas, com aquilo que eu e você chamamos de história humana. As escrituras têm centenas de vezes a palavra específica de Deus para reis e autoridades. E tais juízos divinos incidem muito frequentemente sobre as ações políticas dessas pessoas. Em outras palavras, as escrituras têm o que dizer à crise política brasileira já que ela é mais ética e moral do que política e, menos ainda, econômica, ela só é política na medida em que o grande pivô do desastre ético no momento é a presidente e seu governo e justo ela que é oriunda de um partido que era considerado um reduto ético da política brasileira. Ora, justamente esse histórico de um discurso ferrenho contra a corrupção, fez o PT ganhar a antipatia da sociedade. A revolta de Jesus com os fariseus não era tanto contra

seus pecados quanto era contra a hipocrisia com que lidavam com eles por maquiarem um comportamento que parecesse condizer com seus “elevados padrões morais”. Daí sua santa revolta em Mateus 23 e em outros textos.

Fica, portanto, minha expectativa de que você entenda meus motivos e intenções quando escrevo este livro. Por favor, julgue-me apenas pelo que estou dizendo ser minha motivação na sua produção, fosse em 1992, seja agora, em 2016. O que passar disso é maledicência.

Também escrevo este livro com espírito de oração. E em minhas orações, peço a Deus pela presidente Dilma. Isso porque enquanto ela for presidente, eu orarei por ela como tal, pedindo a Deus que a ajude a ver a seriedade da crise atual na qual ela e seu governo se embrearam, e que tenha dignidade para sair dela como uma mulher que, mesmo acusada do venha a ser acusada, seja ainda capaz de atos dignos. Além disso, eu oro também por ela como ser humano, como mulher. De fato, me alegrarei sobremodo se puder ver a cidadã Dilma Rousseff arrepender-se diante de Deus pelo que tenha que se arrepender.

Portanto, senhora Dilma Rousseff, é a você que ofereço este livro, com minhas orações por sua vida.

(Esse texto originalmente foi escrito em Niterói, em 1992)

Rev. Caio Fábio

* * *

CAPÍTULO 1

UMA BREVE HISTÓRIA DA EVOLUÇÃO POLÍTICA NA BÍBLIA.

A escrituras contém a Palavra de Deus. Mas é a Palavra de Deus ao homem. Não se trata, portanto, de Deus falando a deuses ou anjos. Nela encontramos Deus falando à humanidade e com categorias bem humanas. E não apenas isso, mas também falando “dentro” do processo de ‘evolução’ do saber cultural, social e político da história. E mais: na bíblia, a Palavra de Deus também aparece “condicionada! Pela conjuntura social com a qual dialogava, respondia e propunha. Ou seja, as escrituras também têm sua historicidade. E como tal não bastasse, a Palavra também era veiculada pela personalidade do profeta que a falava e escrevia. É por esta razão que o mesmo Deus fala “diferentemente” em cada livro da Bíblia. A mensagem é a mesma, a verdade é uma só. O conteúdo moral é o mesmo. O caráter do que “fala” é claramente o mesmo. A direção histórica da proposta é a mesma. E a concatenação entre os livros é coerente.

Apesar de tudo isso, a bíblia é a revelação de Deus que cresceu ‘dentro’ da história humana. É por isso que Jesus disse “tenho ainda muito que vos falar, mas ainda não estais preparados para ouvir”. A revelação de Deus na bíblia é, sobretudo, a revelação da paciência divina em ensinar o seu povo através de um longo processo de pedagogia história. Por ser revelação, ela não é uma verdade pronta acabada. As escrituras também tinham um “devir”, um “vir a ser”, não um devir de Heráclito, mas um devir divino. Além de sua verdade de caráter histórico, há uma verdade de caráter profético. Sua concreção não está nela mesma, mas no que realizaria, no que estava por vir. As escrituras, então, como disse o apóstolo Paulo, eram apenas sombras. A realidade estava antes e depois dela, antes e depois da história. (25)

Ora, isso posto, fica evidente porque há coisas em Gênesis que já não são admitidas em Levítico. E, do mesmo modo, há coisas nos livros históricos que são totalmente esquecidas nos profetas. E mais: há tolerâncias de Deus quanto à atitudes sexuais no Velho Testamento que já não são mais aceitáveis no Novo. Por exemplo, o que houve entre o Velho Testamento e o Novo quanto à enorme diferença no conceito de família? No Velho a família poderia ser poligâmica, mas já no Novo, tal conceito é totalmente afastado por Jesus e Paulo. E mais: no texto de Mateus 19, onde Jesus trata de questões do divórcio, ele claramente mostra que certas gerações ainda não estavam “preparadas” para certos conceitos. É por isso que “Moisés deu carta de divórcio” ainda que o projeto de Deus, desde o princípio, tivesse sido totalmente diferente. Ora, os exemplos poderiam ser multiplicados na intenção de provar que a revelação evolui no seu processo didático. Não foi Deus quem mudou, mas a humanidade que caminhou na direção de uma maior maturidade social com passar dos anos.

Interessante observar também que a revelação da Palavra de Deus não apenas obedeceu a um processo de descobrimento na história, mas que também tal processo pervadiu a história quando determinada sociedade já estava preparada para ser confrontada com aquela verdade. Isso porque a história humana não é diferente das nossas histórias individuais como indivíduos. Aliás, é diferente sim, mas apenas pelo fato de a memória social não ser tão eficaz quanto a memória do indivíduo, o que faz com que o aprendizado coletivo (histórico) seja muito mais lento que o aprendizado individual. E a razão é simples: o indivíduo acumula saber numa única mente, a sua, e preserva tal saber pelo tempo que vive. Como disse Adélia Prado, “só o

que a memória ama, fica eterno”. Já o saber social é bastante *perdido* com a morte das gerações que o acumularam. As seguintes quase nunca são capazes de reter o saber da anterior na mesma medida em que o indivíduo é capaz de recordar-se da lição aprendida no dia de ontem ou no ano anterior. Por isso o saber histórico está intimamente ligado ao grau de desenvolvimento técnico, científico e intelectual de uma sociedade, já que a transmissão do conhecimento somada à longevidade dos indivíduos é garantidor de avanços. Mas sendo esse acúmulo mnemônico social mais difuso que o individual, ainda mais em sociedades mais primitivas, a história parecer se repetir como que por ciclos históricos, como um eterno retorno do mesmo pela ilusão de que haja algo novo “debaixo do sol”. E não há. A única novidade debaixo do sol é a ressurreição de Jesus. O resto é o mesmo. (Estou conduzindo você por este caminho aparentemente filosófico e distante do tema do capítulo pela simples necessidade de que, a fim de entender o que quero comunicar sobre a evolução política, você deve, antes, compreender a realidade de que a revelação de Deus evoluiu, como desvelar de um segredo, dentro e ao longo da história.

A evolução da revelação não aconteceu apenas nos campos da moralidade, da ética familiar, social, teológica e litúrgica. A revelação também evoluiu do ponto de vista política. Entenda, o que evoluiu não foi a verdade, mas a sua revelação. A verdade que, paulatinamente viria a ser revelada, é imutável, não evolui. Cada etapa revelada foi verdadeira, mas não a verdade. Jesus disse “eu sou o caminho, a verdade e a vida”. O que evoluiu foi o conhecimento dessa verdade e só era verdade quando revelado pela vontade de Deus. Qualquer outra revelação fora disso era feitiçaria, presunção, adivinhação, falsa profecia, qualquer coisa, menos revelação. Essa evolução ‘revelacional’ também se deu no campo político.

A verdade, antes de Cristo, sempre foi relativa. Os que morreram, morreram com uma verdade “parcial”, historicamente perfeita, era tudo o que se tinha para conhecer até então. Com Jesus e a partir dele, a verdade foi revelada. Ele é a “plenitude dos tempos” de que nos fala Paulo em Gálatas.

NO PATRIARCADO.

Quando se olha para a evolução política da revelação, entende-se porque Romanos 13 não poderia ter sido “dado” a Abraão, mas sim a Paulo. Da mesma forma, o tema da justiça social, tão farto nos profetas, não poderia ser ainda tão detalhado no livro de Juízes. As sementes dos profetas já estavam no livro de Juízes, mas não há árvore.

A percepção política nos dias dos patriarcas (período compreendido entre 2000-1500 a.C.) era, por exemplo, totalmente diferente daquela que o profeta Amós tinha. Abraão, o Abraão tornado hebreu, peregrino na terra, vivia como nômade e peregrinava entre povos de constituição política ainda muito primitiva, uma situação ainda pré-Estado. Por exemplo, nos dias dele, um território podia ainda ser herdado por “promessa divina”, ou simplesmente ocupado e possuído por usucapião. E por que? Porque os povos ainda estavam no processo de formação política. É por esta razão que os judeus podem mostrar as Escrituras como documento histórico que comprova a “propriedade” da terra por mais de quatro mil anos. Entretanto, nenhum outro povo moderno pode simplesmente dizer que herdou um pedaço de terra por

promessa ou que um livro antigo lhe garanta tomar outro país por seu sem causar um imbróglio diplomático de proporções inimagináveis. Ora, mesma a bíblia não pode ser evocada como garantidora de direito de propriedade para resolver querelas entre árabes e israelenses em nossos dias, sem que outro aspectos da diplomacia internacional também sejam considerados.

Abraão cruzava fronteiras sem passaporte e se acampava em terras sem passaporte e se acampava em terras sem licença ou alvará. Os seus acordos quanto ao uso de poços de água, pastos, montanhas e vale eram extremamente insipientes para serem considerados confiáveis nos dias de hoje. A mesma insipiência caracterizava também a organização social e política. Abraão era o chefe de um clã. Um patriarca. E isso era tudo. Não se votava. Não se escolhia a liderança, não pelo menos nos termos que entendemos o que seja “escolher”. Não se discutia o processo de decisão. O chefe do clã era absoluto em sua decisão.

Ora, é por tudo isso que não se pode evocar o patriarcado bíblico para se decidir como votar ou escolher líderes políticos no mundo de hoje. Os princípios do patriarcado são uteis para se ver como se deve e como não se deve viver em família. E Abraão é utilíssimo para nos ensinar a respeito da fé e obediência a Deus, coisas que transcendem a cronologia histórica. Mas não pode dizer a mesma coisa sobre como se deve votar, decidir, protestar ou reivindicar politicamente. Não é essa a verdade revelada na história de Abraão.

A TEOCRACIA.

Nos dias de Abraão, tinha-se um *teo-patriarcado*. Ou seja: o pai, o chefe do clã, ouvia a voz de Deus e tomava decisões. E note: tal organização sociopolítica não era uma prerrogativa da experiência de Abraão, mas de quase todos os grupos humanos daqueles dias. As sociedades humanas eram, na sua maior parte, formadas de clãs e patriarcados. E nesse sentido, a monarquia mais primitiva era apenas a expressão mais sofisticada do patriarcado. O monarca da história antiga era tão somente um patriarca, tendo na supremacia política e econômica sobre o povo um elemento inicial que o fazia ser visto como figura de poder absoluto.

O próximo passo a partir do *teo-patriarcado* foi a teocracia, ou, o governo de Deus via profetas e líderes espirituais. Ora, neste particular, eu diria que essa seria a forma de governo ideal; uma total anarquia humana (anarquia significando a total ausência de concentração de poder nas mãos de homens) e um absoluto assumir social da Lei de Deus. É minha convicção que igreja deveria ser uma *teocracia*, por ser Cristo o “cabeça” e as Escrituras sua suprema referência. Claro que quando digo isso, estou considerando um poder que se exerce na consciência, de dentro para fora, considerando, também, igreja como algo de “dentro”, não de fora. Não acredito em teocracia nisso que se convencionou chamar “igreja”. Essa igreja-instituição só pode ser o que é mediante o exercício desse poder para fora, alienado do que fosse uma genuína teocracia. Essa teocracia, portanto, só seria possível onde houvesse uma comunhão como jamais imaginável nesse meio. O poder político é uma das razões de ser dessa igreja. As teocracias jamais devem ser propostas para a sociedade dos homens, seculares. O mundo, como sistema iníquo, não se submete à Palavra, seja esse mundo secular ou eclesiástico, tanto faz.

A primeira manifestação *teocrática* da Bíblia aparece no livro de Êxodo. Lá se vê um povo sob um único Deus e conduzido por um profeta. O profeta ouvia e transmitia a palavra de Deus, que também era a palavra sociopolítica (Ex. 4:10).

Não há como negar que o grande tema do livro do êxodo seja sociocultural. Isso porque o dilema era social (1-3), mas o poder libertador não era político. Era, sobretudo, espiritual: sinais milagrosos, os juízos de Deus sobre os deuses egípcios e a comunicação da lei de Deus como elemento “governante”, são alguns dos elementos que caracterizam essa socioespiritualidade do poder usado no livro de Êxodo. Conquanto o poder usado tivesse sua fonte arraigada na dimensão espiritual, sua aplicação histórica incidiu dramaticamente sobre o espectro político da existência humana. Isso porque as 10 pragas do êxodo, além de serem ligadas aos elementos essenciais da vida (água, luz, alimento e saúde – veja como as dez pragas atingiram estas quatro áreas: Êxodo 7-1), também tiveram duas outras consequências: humilharam os deuses egípcios, poderíamos dizer que isso aconteceu pelo fato de que cada um daqueles elementos atingidos por elas tinham ligação indissociável com divindades do panteão egípcio, a saber: as divindades do Nilo, os poderes dos magos de faraó, os deuses do campo da fertilidade, o sol e o próprio Faraó, considerado divino e semideus pelo seu povo. Por sua vez, as pragas também tinham um poder político tremendo posto que promoviam um choque de poderes: o poder dos escravos hebreus versus o poder da superpotência egípcia. Ora, apesar de que o poder usado não fosse o do jogo de forças políticas ou da negociação política, não pode haver dúvida de que os resultados daquele encontro de poderes foi eminentemente politizado pois um povo (entidade social mensurável) saiu de dentro do domínio e do governo de outro povo contra a vontade deste e apesar de todas as oposições. O Êxodo não significou um ato de desobediência civil porque não houve violência por parte dos escravos e nem eram eles cidadãos egípcios. Os escravizados hebreus só deixaram a terra quando Faraó os deixou saírem. No entanto, o enfrentamento entre as forças espirituais dos hebreus, representados por Moisés, e as forças egípcias, era um confronto civil e de considerável *violência simbólica*. Afinal, transformar água em sangue, destruir plantações, promover uma crise agropecuária, devastar as cidades e matar os primogênitos, por mais que tenham sido intervenções divinas, elas foram, entretanto, anunciadas por Moisés, e tiveram suas datas marcadas. Ora, essas deliberações tornavam Moisés um adversário político, ainda que par Moisés a luta não fosse de natureza política.

O que é interessante é que o mesmo evento tinha interpretações diferentes, dependendo d ótica pela qual ele era visto. Moisés via o confronto com Faraó como sendo fundamentalmente espiritual, mas de consequências políticas, claro. Já para Faraó, ao contrário, tratava-se de um movimento político, mas que tinha consequências espirituais: a desmoralização de seus deuses. Frequentemente na história do povo de Deus, o mesmo evento pode ser visto de perspectivas diferentes e pode ser interpretado como tendo causas e objetivos distintos. Talvez, à luz de tudo isso, nós devêssemos aprender que não há nada debaixo do sol que não seja espiritual, assim como não há nada que não implicações políticas. Portanto, tudo e espiritual e tudo tem consequências políticas. E mais: conquanto a ação de Moisés fosse espiritual e com armas espirituais, era também uma ação governista. Se Moisés entendesse Romanos 13 como muitos cristãos o entendem, o êxodo jamais teria acontecido. Apenas desbancar-se-iam os deuses do Egito, mas os hebreus continuariam vivendo lá e obedecendo

para sempre a Faraó. Mas, não. O Êxodo era também um movimento de libertação política, pelo menos era assim que Faraó entendia.

Assim é que Moisés nos ensina que a vivência de uma espiritualidade séria pode ter sua desembocadura na confrontação política. Todavia, tal confrontação nunca deve ser praticada com violência política, mas com violência simbólica e atrelada à dimensão espiritual. Ou seja: podemos enfrentar os poderes históricos com armas espirituais. Talvez esta também seja a lição que Gandhi nos dá: derrubar forças opressoras com as armas do espírito e da força moral.

O Êxodo, entretanto, não é um bom referencial para o exercício da cidadania, num regime moderno e democrático, claro. É, todavia, perfeito quanto a mostrar como um povo oprimido, especialmente quando esse povo é também povo de Deus por opção, deve se comportar ante regimes tiranos e opressores. A parte do Êxodo que se aplica inteiramente à vivência do regime democrático pluralista é aquela que diz respeito ao confronto com os poderes das trevas no exercício de violências simbólicas, quando falsos deuses são desmascarados pelo juízo espiritual que é trazido como resultado do clamor do povo de Deus. Quando, porém, um governo cai, seja pela oração do povo de Deus, seja pela manifestação de insatisfação popular, aí há, do mesmo modo e alcançando os mesmos resultados, uma ação de natureza política. Voltarei a esta discussão mais adiante quando estiver falando de Jesus e dos apóstolos, mas já adianto que o que ofende a Deus é aquilo que o homem faz contra seu semelhante. Toda tirania é diabólica, seja praticada por quem for. Seja por alguém que confesse algum credo religioso, seja por um cético. Seja por um cristão, seja por um não cristão. Da mesma forma, toda luta contra uma tirania, que não se faça tirana também, é justa e de Deus.

EM CANAÃ: OS GENERAIS, OS PROFETAS E OS JUÍZES PROFETAS.

A vivência da política na terra de Canaã foi acentuadamente diferente daquela experimentada no Êxodo. No Egito, o que se tinha era um povo oprimido dentro do território do povo opressor. Naquele caso, a grande luta era pela libertação. Já nos livros de Josué, juízes e I Samuel, encontramos um outro aspecto da vivência política e da confrontação dos poderes históricos.

Em Canaã, o povo de Israel tem diante de si a tarefa de se organizar socialmente. Tal incumbência viria a implicar numa experiência extremamente traumática e violenta. Isso porque Israel não encontrou uma *terra de ninguém* pela frente, pelo contrário, havia moradores na terra, e eles não eram nem poucos nem fracos, e com isso a ocupação haveria de implicar num período de tremendas e sanguinolentas batalhas campais. Não se tratava apenas de uma iniciativa expansionista por parte de Israel. Outra vez, a palavra de Deus estava presente no desenrolar do processo de evolução política, só que agora a fisionomia do conflito era internacional. Eles tinham trás de suas ações nada maia nada menos que a ordem de Deus no sentido de que assim procedessem. O que chamamos “palavra de Deus” naquela situação é algo totalmente diferente do que chamamos “palavra de Deus” hoje. Nenhum de nós, nos dias presentes, em sã consciência, advogaria que uma nação devesse invadir uma outra porque Deus assim ordenara. Aqui neste ponto, mais uma vez se observa a evolução bíblia. Isso porque nunca antes se tinha visto algo semelhante na bíblia e nunca depois se viu algo parecido. Repito, a

“verdade” dessa etapa do processo histórico da revelação ainda não é a Verdade a ser revelada pelas Escrituras.

Nos dias de Josué não havia nada errado em que uma nação viesse a invadir outra e a possuir. As sociedades humanas ainda eram primitivas em termos de direitos e soberania de Estado. Além disso, na antiguidade, os povos viam com imensa naturalidade o fato de que uma revelação divina pudesse estar associada a uma ordem de total aniquilamento de uma sociedade. Ora, aqui neste ponto eu gostaria de dizer algo que pode soar imensamente chocante para os ouvidos viciados e condicionados a perspectivas filosóficas humanistas de nossos dias, isso porque o homem moderno vê como grande dificuldade o fato de que Deus ordenara a desinstalação dos povos de Canaã por parte dos israelitas. Eu, no entanto, não tenho nenhum problema com isso. Para mim é mais razoável que o p criador faça o que bem entender com suas criaturas ainda que usando para isso outras criaturas. (É claro que tudo isso considerando-se as etapas da pedagogia da revelação. Quando o que “É” for revelado, então tudo convergirá nele, Deus falará por ele, ele será o parâmetro de toda ação. E ele se revelará a todo em qualquer homem.) Além do mais, quando se julga uma ação de desinstalação geográfico-política de um povo, deve-se sempre tentar olhar com perspectiva histórica por vir. Além do que, eu não tenho mais *uma* palavra de Deus. Eu tenho “a palavra de Deus” e essa não me autoriza a fazer do livro de Josué meu livro de orientação política, jamais. Josué nos foi uma etapa da revelação da verdade, não a “Verdade”. Ele é para mim, com relação à dimensão política, no máximo, um livro de princípios relacionados ao perigo da idolatria na perversão de toda uma cultura social, como foi o caso dos povos de Canaã, expulsos pelas tribos de Israel. Isso porque os povos que não foram expulsos tiveram poder de corromper a vivência da fé e da cidadania em Israel através do poder da idolatria.

O que eu quero chamar a atenção neste momento é para o fato de uma leitura de Josué e de Juízes fora do contexto – no caso de ambos os livros serem literalmente aplicados à experiência política e social contemporâneos – mais nazista impossível. Note bem, Kierkegaard tinha razão quando dizia que a única diferença entre a loucura e a sensatez de certos atos é a fé. Isso porque boa parte das narrativas dos livros de Josué e Juízes, abstraídas de seus contextos históricos e espirituais, seriam vistas em perspectivas totalmente nazistas.

Nos dias da entrada e assentamento de Israel em Canaã, houve um rápido movimento de reajuste no conceito de autoridade política e no seu exercício. Tal mudança pode ser verificada através das seguintes alterações: vai-se do militarismo religioso (Josué), aos Juízes guerreiros (ver o livro de Juízes), e destes à figura do Juiz Profeta (Samuel). Os dias do militarismo religioso foram marcados por um período de extrema violência militar da parte de Israel com em relação aos povos de Canaã. Aquele encontro de forças militares, com o conseqüente problema político criado, nos dias de hoje teria simplesmente atraído totalmente a atenção de todo o planeta. Afinal, tratava-se de uma nação de escravos que saía da opressão tirana e que estava agora tentando desinstalar outros povos de suas próprias terras. Aqui, outra vez, quero repetir que tal ato pode apenas ser entendido à luz da Bíblia e a partir da certeza de que Israel era o povo escolhido de Deus. Israel não tinha qualquer direito de invadir aqueles povos como fez, a menos que estivessem também, e principalmente, sendo instrumento de juízo de Deus sobre aquelas nações. Numa sociedade pluralista como a nossa, tal violência tornou-se

inaceitável sob quaisquer perspectivas. Modernamente, as sociedades não concebem que alguém, mesmo, e principalmente, em nome de alguma fé, possa exercer juízo que implique em violência de qualquer natureza sobre outrem.

Findos os dias de Josué, iniciaram-se os dias dos juízes guerreiros. Líderes como Sansão, Débora, Gideão e Jefté, são apenas alguns dos mais conhecidos num período histórico que durou mais de duzentos anos. Naqueles dias a situação se inverteu. Agora já não era mais Israel quem oprimia. Ao contrário, Israel tornou-se o oprimido e a razão apontada na Bíblia para tal fato era simples: Israel não expulsara de uma vez os cananitas e agora teria de conviver com frequentes sublevações oriundas do eventual fortalecimento de algumas dessas nações. Além disso, havia ainda a frequente ameaça que vinha das nações vizinhas, quase sempre por razões econômicas, como no caso do trigo e demais comestíveis – bem mais fartos em Israel do que nas terras vizinhas.

Por ser um tempo marcado pelo governo *teocrático*, todos os processos de indicação política eram característicos e proféticos. Assim é que quase todos aqueles que foram juízes de Israel e, também, seus libertadores políticos, foram indicados por Deus ou anjos, através de visões, sonhos e revelação. Tal processo de indicação política só pode ter modernamente alguma validade numa sociedade monoliticamente religiosa. Numa sociedade pluralista e racionalista tal processo de indicação política é totalmente inaceitável porque às demais partes da sociedade é totalmente inaceitável essa ideia. Daí se poder dizer que o tema da idolatria é também um tema eminentemente político num regime *teocrático*. E a razão é simples; numa teocracia o poder político se divide quando se multiplicam os deuses. A multiplicação dos deuses implica em “orientações” políticas diferentes. Portanto, teocracias só são (ou eram) possíveis em sociedades absolutamente homogêneas. E sociedades totalmente homogêneas só são possíveis sob teocracia completamente absolutas. Teocracia hoje, quando evocada, o são como ideologia, não como realidade.

A figura do juiz guerreiro deu lugar à do juiz profeta. Samuel é o melhor e mais apropriado exemplo de tal período. Samuel conseguiu sintetizar perfeitamente a figura do juiz que exercia autoridade política decisiva na nação com a do profeta que recebia sua autoridade de Deus.

Durante os dias de Samuel, o grande trabalho não era o de lutar contra os inimigos externos (se bem que eles estavam bem presentes). A principal atividade de Samuel era julgar Israel: as questões jurídicas, demandas por propriedades, questões de litígio familiar, assuntos comerciais, etc. Além disso, na mesma pessoa havia também a investidura espiritual que fazia dela a ministradora dos oráculos de Deus e do culto. Os dias de Samuel foram os dias nos quais a teocracia atingiria seu apogeu. Mas foram também os dias de sua extinção como regime político.

A MONARQUIA.

Foi Samuel quem viu Israel fazer opção por um regime político que encerrava a *teocracia* como governo oficial de Israel. Isso porque os referenciais internacionais se tornaram profundamente sedutores para a sociedade israelita de então. Eles subitamente começaram a

ver-se como o único povo teocrático do mundo que conheciam e já não gostariam de sê-lo mais e assim pediram a Samuel que mudasse o regime. Ora, é extremamente interessante que Israel possivelmente seja o único povo da terra a pedir um rei. Na maioria dos povos da terra, a monarquia foi imposta pela força ou pela ascendência natural de um determinado clã sobre os demais.

Samuel não gostou da nova proposta política, mas constatou que não seria possível manter um regime político se o povo preferia outro. E mais: até Deus, que era o grande preterido por essa nova escolha política, decidira que nenhum regime poderia ser mantido se o povo não desejasse. Tal lição deveria ser urgentemente aprendida em muitos lugares da terra, inclusive por aqui.

Diante do sofrimento e do sentimento de rejeição manifestos por Samuel (que se sentia mais rejeitado do que o próprio Deus), o senhor Ihe falou dizendo: “Samuel, não é a ti que eles rejeitam, mas a mim.” Assim é que Samuel se refaz do susto e começa a pensar mais friamente no assunto do novo regime. Samuel inventariou tudo aquilo que deveria constar na “constituição” da monarquia e disse ao povo quais eram os termos desse novo “contrato social” (I Samuel 8:11-17), também deixou bem claro que não tinha qualquer ilusão quanto à desembocadura que qualquer monarquia. A concentração de poder nas mãos de uma única pessoa seria sempre opressiva:

“Este será o direito do rei que houver de reinar sobre vós; ele tomará os vossos filhos e os empregará no serviço dos seus carros, e como seus cavaleiros, para que corram adiante deles; e os porá uns por capitães de mil e capitães de cinqüenta; outros para lavrarem os seus campos e ceifarem as suas messes; e outros para fabricarem suas armas de guerra e aparelhamento de seus carros.

Tomará as vossas filhas para perfumistas, cozinheiras e padeiras.

Tomará o melhor das vossas lavouras e das vossas vinhas, e dos vossos olivais, e o dará aos seus serviços.

As vossas sementeiras e as vossas vinhas dizimará, para dar aos seus oficiais e aos seus servidores.

Também tomará os vossos servos e as vossas servas, e os vossos jumentos e os empregará no seu trabalho.

Dizimará o vosso rebanho e vós Ihe sereis por servos.

Então naquele dia clamareis por causa do vosso rei, que houverdes escolhido; mas o senhor não voz ouvirá naquele dia.”

(I Sm. 8:11-18)

O povo, contudo, preferia uma opressão que fosse “moderna” a um regime político ultrapassado ou não praticado em nenhum lugar da terra.

“Porém, o povo não atendeu à voz de Samuel e disseram: Não, mas teremos um rei sobre nós. Para que sejamos também como todas

as nações; o nosso rei poderá nos governar, sair adianta de nós e fazer as nossas guerras.” (I Sm 8:19-20)

Aqui, mais uma vez, aparece uma importantíssima lição histórica: o povo nem sempre escolhe acertadamente, mas deve ser sempre respeitado em suas escolhas. *Vox Populis* nem sempre é *Vox Dei*. No entanto, até Deus não deseja reinar sobre quem não queira seu reino. “Então o senhor disse a Samuel: Atende à sua voz e estabelece um rei”. (I Sm 8:22)

Desse ponto em diante, a história é bem conhecida. Saul é escolhido rei e seu reinado é trágico. Davi vem a ser o novo indicado e entra para a história como um rei messiânico e abençoado, cujo reinado atingiu seu ápice em seu filho Salomão. Todavia, há alguns elementos na experiência monárquica de Saul, Davi e Salomão que nunca mais foram repetidos: os três foram escolhidos por “indicação divina”. Até aí nem o princípio da hereditariedade (Davi não tinha parentesco com Saul), nem o da primogenitura real estavam vigendo (Salomão não era o próximo na ordem de sucessão). Havia ainda uma forte influência teocrática na monarquia de Israel. De Salomão em diante, os critérios que prevaleceram e determinaram as sucessões monárquicas em Israel foram quase que inteiramente seculares: a hereditariedade, a primogenitura ou ordem de idade, a força política ou o golpe de Estado. Poder-se-ia dizer que os dois reinos de Israel (reino do norte e reino do sul), foram sempre profundamente marcados por sublevações políticas, pelos golpes de estado e pelas sucessões assassinas. Uma leitura, ainda que rápida, de II Samuel, I Reis e II Reis, nos deixa ver tal realidade para além da possibilidade da dúvida.

Com a ascensão de Salomão ao trono de Israel, houve também um tremendo incremento nas relações internacionais. Ora, tais relações também tornaram a sociedade de Israel muito mais complexa do ponto de vista político. Salomão foi um rei que cresceu muito mais pela via diplomática do que pela força militar. Não há dúvida de que ele fez pesados investimentos militares no país e deu séria prioridade às questões de segurança internacional. No entanto, seu aparato de guerra e defesa não precisou ser usado.

Salomão teve um governo marcado pela construção de grandes obras e pela ênfase numa política científica. Ele foi, sobretudo, um rei-cientista. Nos seus dias, floresceram os melhores e mais sofisticados centros de pesquisa botânica e biológica do oriente médio. Também nos seus dias, Israel se tornou um grande centro cultural e de exportação de produção filosófico-literária do mundo conhecido.

Esses anos dourados de Israel foram também muito ricos de reflexão política. Salomão foi o mais eminente de todos esses pensadores. Nos seus livros de sabedoria, Salomão se mostra tremendamente lúcido no que tangia a realidade do poder. Em provérbios, ele diz coisas incríveis sobre ele de como exercê-lo. Senão vejamos: ele sabia que a autoridade tem de tomar cuidado com o que fala pois “nos lábios do rei se acham decisões autorizadas; no julgar não transgrida, pois, a sua boca.” (Pv 17:7). Além disso, Salomão não tinha dúvida de que “o rei que julga os pobres com equidade, firmará o seu trono para sempre.” (Pv. 29:14) Sabia que uma autoridade pública se destrói quando se exerce o poder sem gozar do apoio popular, pois na “multidão do povo está a glória do rei, mas na falta de povo, a ruína do príncipe” (Pv 14:28). As

crises de governo, com as consequentes mudanças de gabinete, também são previstas pelo sábio: “Por causa da transgressão da terra, mudam-se frequentemente os príncipes, mas por um sábio e prudente, se faz estável a sai ordem” (Pv. 28:16). Também a falta de sensibilidade políticas do governante é vista por Salomão como sendo uma das razões que operam por trás da opressão de certos governos: “O príncipe falto de inteligência multiplica as opressões.” (Pv 28:16) Salomão também não considerava coisa de pouca importância os hábitos sociais da corte. Pelo contrário, para ele os banquetes da corte diziam muito sobre as atitudes políticas do governo: “Ditosa, tu, ó terra... cujos príncipes se sentam à mesa a seu tempo para refazerem as forças e não para bebedice.” (Ec. 10:17)

Discernindo o que dá força e estabilidade a um governo, Salomão decreta sem apelação que “a prática da impiedade é abominável para os reis, porque com justiça se estabelece o trono.” (Pv. 16:12) Quando o governante governa com justiça não há a menor dúvida de que o país se beneficiará disso: “Assentando-se o rei no trono do juízo, com seus olhos dissipa todo mal.” (Pv 20:8) Na visão de Salomão o poder não é mantido pela força, nem por manobristas políticos. Ao contrário, ele ensina que “amor e fidelidade preservam o rei, e com benignidade sustém ele o seu trono.” (Pv. 20:28). Além disso, Salomão também escreveu o que se poderia chamar de a mais clara e realista filosofia da vaidade do poder que se pode imaginar.

Neste ponto, meu trabalho estará totalmente em dívida para com Jacques Ellul e ao seu livro *Reason for Being*, onde ele, melhor que ninguém, pelo menos que eu conheça, comenta com extrema criatividade e maestria, o que entende como sendo o mais “pé no chão” de todos os tratados sobre poder, analisando as tramas do poder conforme expressas por Salomão. Obviamente, o texto de Ellul não será aqui transcrito na íntegra. Ele é extremamente longo e seria muito cansativo para o leitor menos técnico. Por isso, me limitarei a tentar a fazer uma síntese do seu pensamento, com o qual eu obviamente concordo, enquanto ponho minhas próprias percepções do assunto na sequência do texto.

Salomão diz ter sido ele rei em Jerusalém e ter buscado o poder. Assim é que quando ele fala de poder, ele não fala de uma forma abstrata e teórica. Ele diz: “Eu fui um rei. Portanto, eu sei do que estou falando.”

E pensando em poder, Salomão faz algumas considerações muito importantes. A primeira observação radical é que o poder é sempre absoluto. A palavra usada em Eclesiastes 2:19, “ele terá domínio sobre todo o ganho das minhas fadigas”, afirma a força absoluta do poder. Tal poder era absolutamente concentrado na monarquia, mas tem suas expressões contemporâneas em nossos dias. Salomão hoje poderia muito bem ter tido em mente a cúpula administrativa de uma empresa multinacional, ou a administração moderna e burocrática. Eles são tão autoritários, arbitrários, absolutistas, como o são os ditadores e reis. Poder é sempre poder. Qualquer que seja sua forma constitucional, ele sempre toma a forma de poder absoluto.

Do ponto de vista de Salomão, já que poder é sempre poder, é melhor que ele seja exercido por uma pessoa sábia, pois um rei experiente é preferível, apesar dos pesares, a um rei inexperiente. Ele é melhor do que príncipes que gastam seu tempo em banquetes e orgias e que trabalham. E é melhor ser rei do que filho de nobres. (Ec. 10:16-17)

Com relação à vaidade do poder, devemos ainda levar em consideração o que Salomão diz a respeito de fama, reputação e glória, qualificativos associados à popularidade do jovem rei. (Ec. 4:13-16) As pessoas irão rapidamente se cansar dele. “Fama é melhor do que unguento perfumado.” Este versículo deveria estalar nossa atenção. “Melhor é a fama do que o dia do nascimento.” (Ec. 7:1) Fama, glória e reputação – por que compará-las ao unguento ou ao perfume? Eles cheiram bem, dão a impressão agradável, mas... evaporam rapidamente! Se deixamos um frasco aberto, em pouco tempo não restará mais nada nele. Assim é a fama: também evapora rapidamente. Talvez não tão rapidamente como o perfume, mas de forma similar: não dura.

Isto é o que Salomão repete continuamente: os mortos são esquecidos. Nenhuma lembrança permanece; os que os seguem nada deixarão para trás além de um rastro (Ec. 1:1), se alguém tem praticado o mal, ninguém se lembra dele e, mais tarde, tal pessoa será honrada; a pessoa que praticou boas obras é, muitas vezes, eclipsada na nossa memória. Ninguém se lembra que grandes políticos, cheios de sabedoria e integridade é que salvaram a cidade (9;14 e 15). Assim, as pessoas voltam as costas à soberania que aclamaram. A opinião pública é fundamentalmente instável. Além disso, sabedoria popular, convicções e opiniões morrem com os que a elas se apegam.

Talvez devêssemos comparar o dito acima com uma declaração feita por Jó aos seus amigos: “Vós sois o povo, e convosco morrerá a sabedoria!” (Jó 12:2) Assim, a sabedoria, juntamente com toda a fama e cultura, é essencialmente relativa e temporária, frágil e incerta, perdurando por uma geração de palavras. As pessoas não são de Deus. Elas jamais disseram a última palavra, nem na política nem acerca da verdade. E fama e glória ofertada pelas multidões somam a nada e não tem nada a ver com a revelação de Deus. *Vox Populi, vox Dei* (a voz de povo é a voz de Deus), é, na maioria das vezes, uma mentira. Devemos entender “fama é melhor do que o unguento precioso... (Ec. 7:1) à luz dessa perspectiva. Assim é que considerando o curto espaço de tempo de suas vidas, é totalmente ridículo, pensar na glória e na reputação do mundo como sendo coisas importantes.

A frase “até o rei se serve do campo” (5b), estabelece o limite da grandeza real! (O rei tem lixo que pode ser revirado) Apesar de toda sua poderosa infraestrutura e meios apavorantes, o poder é subserviente a um campo. Isto ainda é verdadeiro hoje.

Salomão, todavia, vai mais adiante. Ele diz que o poder não apenas opera dentro da esfera da vaidade, mas é um mal. Aqui ele diz que o poder é um mal em dois sentidos: ele gera injustiça e opressão. Ele diz: “Vi ainda debaixo do sol que no lugar do juízo reina a maldade, e no lugar da justiça, maldade ainda. (3.16) Onde a justiça deveria ser legada, onde um poder foi estabelecido para distribuir a justiça ao povo, precisamente lá encontramos a maldade. Dessa forma, Salomão diz que o mal se instalou como juiz. Nada poderá moderar essa observação para torná-la menos séria. Ora, a observação de Salomão é radical. Ele não diz: “Às vezes o poder é injusto; outras vezes, nós somos abençoados com um regime político bom e justo. Deveríamos fazer um esforço para tornar o nosso governo bom, tentando criar boas instituições etc.”. Não! Infelizmente, conhecendo as entranhas do poder – afinal ele foi poderoso – ele diz que o “mal

se instalou no lugar da justiça”. Ele não faz qualquer distinção, não oferece meias medidas ou alternativas. As coisas são desse modo e não outro. Será que você acha que a maldade está no banco da “justiça” apenas por acaso? Salomão pinta um quadro super severo a esse respeito: “Se vires em alguma província opressão de pobres, e o roubo em lugar do direito e da justiça, não te maravilhes de semelhante caso; porque o que está no alto tem acima de si outro mais elevados que também o exploram”. (5:8) Assim, o problema não está com alguns traficantes de poder, apenas. Os PCs Farias não são os únicos culpados. Não! Eles obedecem àqueles que estão sobre eles e esses são os piores. Estes, por sua vez, estão sob pessoas ainda piores e que estão sobre elas. E quanto mais alto chegamos nessa escalada do poder, piores as pessoas com que temos que lidar.

Aqui há mais ainda sobre o poder. Salomão diz em 5:8: “Se vires a opressão do pobre, e o roubo em lugar do direito e da justiça, não te surpreendas. Pois o que está alto tem outro acima de si que o explora e sobre este há ainda outros mais elevados que o exploram.” Em outras palavras: a corrupção só é possível porque há colaboração das classes política e administrativa”. E esse constitui um dos mais graves fatores de opressão do pobre. No entanto, o princípio aqui anunciado é óbvio e extremamente claro nesses dias em que vivemos – especialmente no Brasil: um administrador corrupto pode sempre encontrar um superior para cobri-lo.

Salomão também entende que o poder político que se torna absoluto não é totalmente absoluto quando se trata de enfrentar os males da vida. O poder humano tem seus limites nas “coisas” da vida (nenhum ser humano tem poder sobre o vento e o poder de determinar o dia de sua morte).

Apesar disso, Salomão bate na tecla de que o poder sobre as pessoas sempre termina em opressão. “Tudo isto vi quando me apliquei a toda obra que se fez debaixo do sol; há tempo em que um homem tem domínio sobre outro para arruiná-lo”. Assim é que, do ponto de vista de Salomão, politicamente falando, no final nós temos apenas duas espécies de pessoas: opressores e oprimidos. Ninguém é neutro!

A opressão não apenas produz a miséria e as lágrimas do pobre, mas também “verdadeiramente a opressão faz endoidecer até o sábio” (7). Aqui chegamos à pedra fundamental: a sabedoria não prevalece e não tem poder para controlar a opressão. Ora, os regimes dirigidos pelos intelectuais já nos provaram que a sabedoria não torna uma autoridade menos opressora. Na visão de Salomão tantos massacres feitos no curso de uma revolta quanto à aceitação sem discernimento de ideologias absurdas e crenças vãs originam-se de repressão. Assim é que mesmo a sabedoria originada nas Escrituras pode ser pervertida e transformada em instrumento de opressão. As teologias da libertação estão aí para nos mostrar que a paixão que liberta a uns é a mesma que se torna um algoz impiedoso para com outros.

Apesar de ver o poder com realismo com que via, Salomão não conseguiu fugir da sedução do poder sobre sua própria vida. Aqui há mais uma tremenda lição: não basta saber que o poder tem um apelo quase irresistível. São raros os seres humanos que conseguiram sair incólumes quando o tocaram. Não é todo dia que se nasce um Nelson Mandela.

Quero voltar a olhar o que acontecia em Israel simultaneamente ao que ocorria na mente de Salomão. Ora, toda aquela abertura para o mundo internacional, bem como o acelerado processo de institucionalização do estado israelita trouxe elementos novos para a experiência políticas em Israel. Talvez o mais significativo de todos esses acontecimentos tenha sido o surgimento de uma classe sacerdotal forte e com importantíssimo papel político. Isso porque os sacerdotes já estavam presentes na vivência dos cultos do povo de Israel desde os primórdios da nação. No entanto, os sacerdotes só ganharam a força política que ganharam depois do reinado de Salomão, em razão da construção do templo de Jerusalém.

O templo de Jerusalém não era apenas um lugar de culto, mas também de decisões políticas. Com o passar do tempo, a classe sacerdotal foi ganhando mais e mais poder político, o que fez com que a religião começasse a entrar em crise. Poder político e fé genuína raramente andam juntos. Quase sempre, as incursões dos sacerdotes na política acabam arruinando a fé.

Ora, com isso não estou dizendo que não há uma íntima ligação entre fé e política. É impossível dissociá-las. No entanto, há políticas e políticas. Em princípio, todo ato humano em sociedade é político. Política é tudo aquilo que se articula socialmente. E nesse sentido, a vivência da fé é imensamente política na medida em que não há vivência da fé que não seja também social. Toda postura de fé implica também em postura ética e toda postura ética gera consequências sociais, as quais, por seu turno, também trazem resultados políticos e vice-versa. Não há nada que os humanos façam em conjunto que não seja político, nessa perspectiva ampla do termo. No entanto, há um certo exercício das políticas que pode ser muitíssimo perigoso para a fé genuína. E este é aquele exercício político que busca a manipulação do poder pela via da fé. E neste sentido é que eu penso que a política é quase sempre corruptora da fé.

Em Jerusalém, com a construção do templo, criou-se também uma classe sacerdotal com imenso poder político. O templo passou a ser um poder político visível. Em Israel, nos dias de Salomão, tinha-se uma “praça dos dois poderes”, isso porque havia o palácio do rei e o templo. Assim, iniciava-se um conluio de forças políticas que se retroalimentariam daí por diante em Israel e nunca mais cessaria até o exílio para Babilônia.

Com a opção da classe sacerdotal pelo poder político surge em Israel uma nova força política. Tratava-se de uma força baseada na fé e no compromisso com Deus, contra as manifestações da fé a serviço do *status quo*. Surgia o profetismo. O poder político recorre à fé como força legitimadora do seu poder. O poder religioso recorre ao poder político como força impositiva de seus preceitos. Uma vez consolidado, a luta do poder é pela manutenção do seu *status quo*. Daí a busca do poder como mantenedor do poder. O poder vira um fim.

O profetismo será, no entanto, o objeto de nossa reflexão no próximo capítulo. E a razão pela qual não posso deixar de mencioná-lo é porque o profetismo foi um movimento de fé, mas com profundíssimas implicações políticas.

CAPÍTULO 2

O MOVIMENTO PROFÉTICO EM ISRAEL.

O movimento profético em Israel é um dos movimentos mais ricos de toda a história humana. Isso porque os profetas do Velho Testamento, além de serem “homens santos”, também foram alguns dos mais belos, sensíveis e extraordinários homens que já passaram pelo nosso planeta.

O movimento profético em Israel é anterior ao que nós poderíamos chamar de literatura profética. Os profetas que escreveram suas profecias são posteriores aos profetas que deflagraram o ministério profético.

O poderíamos dizer que, conquanto tenham surgido profetas em Israel desde os tempos mais primevos de sua história (aliás, o próprio Abraão é chamado de profeta no livro de gênesis), o verdadeiro movimento profético começou com Elias.

Elias foi um dos mais lúcidos seres humanos que viveram neste planeta. A leitura do livro I Reis nos mostra o nível de compromisso com Deus com seu povo manifestado por Elias durante sua vida e ministério. Ele era o mais belo exemplo de uma ação profética exclusivamente fundada na sua compreensão da vontade de Deus.

Como profeta dos primórdios do profetismo, Elias é praticamente quem inicia o movimento caracterizado pela tensão entre “palavra de Deus” e os poderes constituídos. Elias não era o que se poderia chamar de um profeta obstinado a fazer denúncias pelo simples fato de denunciar, mas dele não se pode dizer que jamais tenha sido conivente com qualquer forma de perversão da autoridade. Assim é que ele luta de maneira indômita contra a perversão religiosa em Israel, cuja teologia e culto estavam profundamente atingidos pela influência teológica e litúrgica da crença pagã no deus Baal. A luta de Elias contra a apostasia de Israel tinha, entretanto, uma conotação política. E a razão é simples: ele frequentemente confrontava o rei e a rainha. Além do que, sua ação profética atingia de modo profundo a vida social e econômica do país: a seca que resultou de suas orações teve grande impacto na economia e na vida. A tal ponto que quando o rei Acabe encontra o profeta trata-o com a seguinte ênfase: “És tu, ó perturbador de Israel?” Ora, tal não se diz de um homem que não molesta os poderes constituídos que se fizeram iníquos!

O conflito de Elias com os poderes em Israel não tinha, como já dissemos, nenhuma motivação mais profunda que a espiritual. Elias se opusera ao governo porque este se estabelecera sobre princípios que afrontavam o caráter santo de Deus e Seu senhorio absoluto. Do ponto de vista dos profetas, a monarquia acabara com a teocracia, mas não com Téo, ou seja, com Deus, claro.

E o papel de Elias, conquanto fosse primordialmente espiritual, tinha sua desembocadura também na dimensão sociopolítica da vida humana. Assim é que o próprio Deus o incumbe de “ungir” reis dentro e fora das fronteiras de Israel. Ora, tal fato deveria ser relevante ainda hoje. Isso porque fica estabelecido um princípio muito interessante: homens de

Deus devem confrontar governos quando esses são iníquos e devem preocupar com a performance histórica daqueles que estão investidos de autoridade. (I Reis 19:15-18)

Ora, vale ressaltar que esse a quem Elias confrontou tinha muito mais político sobre ele do que qualquer presidente de Estado moderno. E a razão é óbvia: os reis antigos tinham seu poder oriundo não da vontade popular, mas de uma “herança legal” ou de uma imposição militar. Já os presidentes ou primeiros ministros das repúblicas modernas são meros funcionários do povo, eleitos por determinado tempo a fim de obedecerem a uma constituição aprovada pelos poderes que emanam do povo. O antigo Israel e os Estados contemporâneos, especialmente as Repúblicas, são de naturezas diferentes. Israel, que coincidia Estado (ainda que não na conformação moderna) e nação, tinha um Senhor, um dono, um ente fundador, que era em tudo seu parâmetro. A República, que do grego significa “coisa do povo”, é constituída de natureza laica, sem atrelamento a nenhuma confissão de credo e, portanto, não submete sua conduta a preceitos de nenhuma ordem religiosa. Portanto, creio que quaisquer dos profetas bíblicos se insurgiriam a qualquer pecado de natureza moral e espiritual de um líder político que envolvesse a gestão da ‘coisa pública’ e não, necessariamente, contra a conduta pessoal desse mesmo líder desde que essa não tivesse qualquer ingerência no Estado. Se descermos observarmos a corrupção espiritual dos líderes de Israel, veremos que, apesar da ênfase na idolatria, por exemplo, essa não vem senão acompanhada de corrupção também. Para os padrões de Israel, fundado sobre o que foi fundado, idolatria correspondia a corrupção moral também. Crer era condição *sine qua non* para o exercício do poder. Por isso, descreer o crer em ídolos era corrupção. O que não dá para dizer o mesmo de um Estado republicano. Tal coincidência - idolatria como sinônima de pecado sociopolítico - só é possível em um Estado confessional, religioso, portanto. Em um Estado secular, a tentativa de se identificar uma coisa com outra nada mais é que uma perigosíssima ideologia religiosa que visa à hegemonia de um grupo em detrimento de outros. Nem no Israel contemporâneo isso é mais possível.

De Elias vai-se a Eliseu. Ora, Eliseu foi o mais ativo e partícipe de todos os profetas da Bíblia. Sua vida foi um acontecimento eletrizante e cheio de ação histórica. Seus milagres quase sempre tinham a ver com a vida em suas dimensões mais tangíveis: machados flutuam, azeite se multiplica, leprosos são curados, exércitos são emboscados ou cegados, etc. Eliseu nos ensina a viver uma “espiritualidade aplicada”. Além disso, sua espiritualidade também se aplicava à reflexão e à ação na dimensão profética que incidia na sua participação nos fenômenos sociais que compunham a história da nação. Assim é que nós podemos vê-lo discernindo o futuro político de reis e prevendo calamidades políticas que decorreriam do uso da força e da tirania. (II Reis 8:7-15)

De Elias e Eliseu em diante, a tradição profética se firmaria de vez em Israel. Tal movimento se tornaria cada vez mais profundo e amplo em sua percepção da palavra de Deus e em sua aplicação nos contextos mais variados da experiência humana.

O movimento profético pode ser dividido em pré-exílico, exílico e pós-exílico. Em outras palavras, houve profetas que disseram que a idolatria, a injustiça e a iniquidade continuassem a campear em Israel, Deus usaria nações estrangeiras para punir Seu povo. Houve também profetas que viveram nos dias do exílio, quando o juízo de Deus já havia se manifestado

politicamente; e houve profetas que viveram depois do exílio, nos dias da reconstrução do país. Aqui, mais uma vez, é indispensável ver como a palavra de deus é dispensada historicamente. De um lado, ela é condenatória, quando diz que o pecado de hoje será nosso algoz amanhã. De outro, ela é consoladora, uma vez que já se esteja vivendo dentro do juízo. E por último, ela é reconstrutora, quando aplicada à vida após a experiência de juízo divino.

Neste particular, Jeremias talvez seja o mais rico de todos os profetas. Nele é possível ver esse clamor anterior, esse gemido durante e os prenúncios da graça sendo projetados para o futuro, caso houvesse arrependimento. No entanto, a maior parte da mensagem daqueles homens tinha tudo a ver com as contingências históricas dentro das quais eles viviam. Eles eram portadores de uma palavra de Deus para a vida aqui e agora. E muitas vezes tal palavra denunciava a queda de reinos iníquos. A tal ponto que a vocação de Jeremias traz consigo o germe da mais perigosa subversão: “olha que te constituo sobre as nações e sobre os reinos, para arrancares e derribares, para destruíres e arruinares, e também para edificares e plantares.” (Jr 1:10) Ora, tal chamado dificilmente seria considerado como vindo da parte de Deus nos dias de hoje, especialmente no meio daqueles que pensam que o povo de Deus tem de ser sempre e a qualquer custo subserviente diante da iniquidade do rei ou da autoridade.

Uma leitura de Jeremias nos mostra como sua vida foi estigmatizada e marcada pelo signo da subversão. Não se tratava de subversão desordeira, mas ordeira. Ordeira porque ele chamava o povo à ordem de Deus. Desordeiros eram os que mantinham a ordem moral”, que era injusta, idólatra e iníqua com relação ao caráter de Deus. Qualquer que tenha sido o profeta, sua ação ministerial nunca foi a serviço de ninguém. Os profetas sempre serviram a Deus, e serviram ao rei e ao povo quando tal serviço era coerente com a vontade de Deus. Se não o fosse, eles simplesmente não se curvavam. Mesmo os chamados “profetas da corte” – Isaías e Daniel – nunca foram homens para “qualquer serviço”. Eles foram pessoas calmas e úteis, mas jamais comprometeram seus princípios. Isaías, apesar de sua proximidade da corte, nunca poupou de enxergar a si mesma à luz da palavra de Deus. No seu livro de profecias é possível encontrar momentos fortíssimos de denúncia contra a impiedade do *status quo*. Quanto a Daniel, não preciso me alongar na tentativa de demonstrar sua isenção. Daniel foi o partícipe mais isento de que tenho notícia. Estava lá, mas não estava para “o que desse e viesse”. A prova mais eloquente de que ele era o partícipe mais isento de que se tem notícia vem do fato de que ele profetiza durante o governo de quatro diferentes reis e foi sempre mantido em postos estratégicos. Ele era um tecnocrata piedoso e que fazia políticas éticas e suprapartidárias. Ele não teme ler “manifestos” divinos que anunciavam a queda de regimes idólatras, e pervertidos e iníquos (Dn 5). E ainda, Daniel viu dois *impeachment* divinos serem decretados: o de Nabucodonosor, removido do cargo por insanidade mental; e Belsazar, arrancado da função por um ato de tomada de poder (Dn 4 e 5).

A leitura do livro de Daniel tem como marca registrada a transitoriedade dos governos humanos. Durante sua vida, não apenas os reis foram trocados com significativa frequência, mas também, na escatologia de suas profecias a queda de reis e reinos era algo profundamente ligados ao processo da vitória de Deus na história. (Dn 7-10 e 11) Daniel sabia que os reinos deste mundo jaziam no maligno e que a queda de reis e reinos autoglorificantes e narcisistas significava uma forte sinalização da vitória histórica do reino de Deus apontando na direção da

vitória futura e final do Reino sobre todos os reinos humanos. Aqueles, portanto, que têm essa esperança do Reino arraigada em suas almas jamais deveriam lutar para preservar poderes mundanos que existem em contradição ao projeto do Reino de Deus.

Na mensagem dos profetas há alguns temas que aparecem com imensa regularidade, a saber, a idolatria, a injustiça social, a tirania do poder, a indiferença espiritual, a hipocrisia religiosa, a imoralidade e a salvação presente e futura. Em quase todos os profetas as figuras mais repudiadas são o falso profeta (aquele que dizia somente o que a autoridade constituída queria ouvir) e a autoridade corrupta, injusta e tirânica, podendo ser o rei, o sacerdote, o juiz ou o homem poderoso e rico. Além disso, a respeito do povo (como entidade espontânea) e nem do pobre. Para eles a vontade do povo não era o critério pelo qual se deveria entender a vontade de Deus. Ao contrário, para eles, não raramente o povo estava indo na direção errada e precisava ser confrontado com sua terrível tendência a desviar-se do caminho. Com relação ao pobre, a atitude deles é a mesma: eles defendem o pobre da tirania dos poderosos, mas romantizam o pobre. Para eles, a idolatria praticada pelo pobre era tão ofensiva quanto qualquer outra forma de idolatria. O pobre era defendido social e politicamente, mas não era inocentado espiritual e moralmente.

Havia, no entanto, sempre o perigo de que o profeta confundisse seu compromisso com a vontade e o caráter de Deus com uma atitude politicamente comprometida com esta ou aquela ideologia. Foi precisamente nessa cilada que Jonas caiu. Por isso, eu penso que agora seria extremamente importante nós darmos uma olhada, ainda que rápida, na história de Jonas.

Jonas, que era filho de Amitai, deve ser a mesma pessoa que aparece em II Reis 15:25. Se assim é, nós podemos dizer que Jonas foi um profeta bastante ativo durante o reinado de Jeroboão I, no reino do norte de Israel, entre os anos 787 e 747 a.C.. Se Jonas, o filho de Amitai, é o profeta personagem do livro de Jonas, então, também, podemos afirmar que ele viveu numa época difícil e sob o regime de um rei perverso, um rei que “fez o que era mal diante do Senhor” (II Reis 14:24). Apesar disso, Jonas não teve dificuldade em se sentir usado por Deus para dizer ao rei Jeroboão que, por causa das misericórdias do Senhor para com Israel e apesar das iniquidades do rei, Deus iria restaurar as antigas fronteiras da nação. O que de fato veio a acontecer como resultado de guerras vitoriosas, de acordo com II Reis 14:25-28.

Jonas nos é apresentado como alguém que viveu intensamente os sonhos e as profundas frustrações de Israel naqueles dias. Tal fato faz Jonas um profeta extremamente interessante. Eu diria que talvez ele seja o mais interessante de todos os profetas. Isso porque Jonas é seguramente o mais parcial, extravagante e humano de todos os profetas da Bíblia. Jonas é o Pedro do Velho Testamento.

Viveu num período em que Israel estava correndo o risco de ser extinto como nação. Como diz I Reis 14:27, “o Senhor ainda não decidira apagar o nome de Israel de debaixo do céu”, mas estava perto de tomar tal decisão. Além disso, aquele era um tempo de quase total **socialização da pobreza**. II Reis 14:26 diz que “*não havia nem escravo nem livre*”, pelo fato de que as classes sociais haviam se tornado quase uma só, havendo total desaparecimento da classe média e a diminuição da riqueza privada. Isto não significa que as pessoas de posse

tenham desaparecido totalmente. Em outras palavras, havia uma minoria rica, realmente rica (II Reis 15:20) enquanto que o empobrecimento radical dos pobres era alarmante. Paradoxalmente, havia uma tremenda expansão militar e Israel havia atingido um nível bastante estável de segurança nacional. Isso nós percebemos em II Reis 14:25-28, pelas palavras “restabeleceu” e “conquistou” empregadas ali. Diz o texto que Jeroboão I restabelece as fronteiras e conquista espaços pela via das forças armadas. Enquanto isso, a angústia social do povo era horrível. Não havendo nenhuma esperança quanto a mudanças radicais, pois não havia quem socorresse a Israel (26). Em função de toda essa situação, Jonas se tornou um profeta extremamente politizado e, por conseguinte, um ideólogo. Ele tinha consciência, por exemplo, de que nos seus dias a grande ameaça para Israel era a Assíria, cuja capital era Nínive. De acordo com II Reis 15:19, essa era uma consciência que qualquer cidadão em Israel possuía naqueles dias. Tal processo de formação da ideologia na vida de Jonas é um dos sintomas mais fundamentais daquela geração. Esse processo de conscientização ideológica é totalmente importante quando se trata de compreender o que aconteceu a Jonas.

Um dia Jonas estava em casa, ali por volta de 750 a.C., quando Deus falou com ele.

*“Veio a palavra do Senhor a Jonas, filho de Amitai dizendo:
‘dispõe-te, vai à grande cidade de Nínive e clama contra ela
porque a sua malícia subiu até mim.’”*

Sem dúvida, aquela era uma tarefa para a qual Jonas não tinha coração. Era como pedir palestino a um israelense para levar a palavra de Deus ao à Palestina, correndo-se o risco de que sua conversão pudesse significar a continuidade das ameaças do inimigo. Seria como pedir a um petista, à época do processo do impeachment do Collor, que fosse pregar ao então presidente, correndo o risco de que a sua conversão pudesse acabar de vez com o sonho de ver um dia o Lula chegar à presidência. Jonas se dispôs, mas para fugir da presença do Senhor para Tarsis, O texto é irônico. Deus disse: “Dispõe-te”... “Jonas se dispões, mas para fugir da presença do Senhor.” Se fosse no norte do Brasil eu diria que as pessoas fariam da seguinte maneira: “É, Senhor Deus, eu estou muito disposto, mas é para fugir dessa obrigação”.

Para Jonas, aquela era uma missão que confrontava profundamente o seu nacionalismo e a sua consciência ideológica. Ele prefere fugir da sua missão, a fim de não sacrificar sua coerência político-ideológica (3).

*“Tendo descido a Jope, achou um navio que ia para Tarsis, pagou
pois sua passagem, embarcou nele para Tarsis, para ir para longe
da presença do Senhor.”*

Assim é que Jonas gasta tudo que tinha para não ter que se engajar numa missão na qual ele não acreditava.

Sua opção é ir para o fim do mundo e ele escolheu viajar para Tarsis, no sul da Espanha. Ora, naqueles dias, Tarsis era o lugar mais longínquo de todo o planeta. A viagem para lá durava

no mínimo um ano. Era literalmente o fim da linha. Era como tentar se esconder de um chamado de Deus na Antártida ou na Groenlândia.

De início, Jonas descobre que tudo estava dando certo, ele tinha o dinheiro das passagens, e talvez tenha até dito “que benção!”. Achou também um navio que ia para o fim do mundo, outra feliz coincidência. Afinal, Jonas podia ainda racionalizar sua fuga com o pensamento de que Deus ainda tinha Oséias e Amós, ambos contemporâneos de Jonas, os quais não tinham a mesma consciência ideológica que ele possuíam e por isso poderiam ser usados por Deus para aquela tarefa de evangelizar o inimigo político sem tantos conflitos interiores. Jonas fugiu!

“Mas o Senhor lançou sobre o mar um forte vento, e fez-se no mar uma grande tempestade o navio estava ao ponto de se despedaçar.”

De repente, os até então bem-sucedidos planos de Jonas são confrontados pelo pior de todos os oponentes e o pior de todos os oponentes é o amor apaixonado de Deus. Isso porque nenhuma fuga de Deus dura para sempre quando aquele que foge é também alguém que conhece a Deus. É melhor viver como um ateu alienado de Deus do que como um cristão fugindo de Deus. As consequências práticas do ateísmo e do pensamento são menos dramáticas do que aquelas que atingem a vida dos que estão num processo de fuga de Deus. A existência se torna inimiga dos servos de Deus em desobediência. Não há ninguém mais sujeito ao azar na vida do que um servo de Deus consciente da sua vontade e em processo de fuga de Deus.

“Então, por causa da tempestade que sobreveio, os marinheiros, com medo clamavam cada um ao seu deus. Lançaram cada um ao mar a carga para aliviarem-se do peso dela.”

Jonas tenta fugir de Deus e cai dentro de uma fervorosa reunião de oração. Talvez em navio nenhum do mundo tenha se orado tanto quanto naquele navio em que se encontrava Jonas. Ele descobre fé entre os pagãos “como nem em Israel”. Já ouviram isso antes, “nem em Israel achei fé como esta”?

Na tentativa de fugir de Deus, tudo fala mais de Deus do que na tentativa de obedecê-lo. Todavia, o ouvir de Deus em desobediência é um ouvir apavorado. Os marinheiros estão em pânico. Preces de desespero são erguidas aos céus.

“Jonas, porém, havia descido ao porão, se deitado e dormia profundamente.”

No texto da versão grega do Velho testamento chamada de septuaginta se diz que Jonas não só dormia como “roncava profundamente”.

Ele foi capaz de abandonar a mais fervorosa reunião de oração da sua vida a fim de dormir um lânguido sono. Isso porque a desobediência à vontade de Deus tira sempre a vontade

de viver. Quem acha a vida, perde-a. quem a perde a sua vida, acha-a. Quem, conhecendo a Deus, não faz sua vontade expressa, acaba perdendo a vontade de viver. Essa é, sem dúvida, uma lei existencial realmente irônica. Então, enquanto os pagãos queriam viver e lutavam pelas suas vidas com raça e gana. Jonas se ‘sepultara’ num sono de desistência da vida.

“Então chegou-se a ele o mestre do navio e lhe disse: ‘Que se passa contigo? Agarrado no sono, anda, levanta-te, invoca o teu Deus. Talvez assim, esse Deus se lembre de nós e nos salve para que não pereçamos.”

O estado de alienação da vontade de Deus torna Jonas menos humano e menos crente do que os pagãos. Eles lutavam pela vida, Jonas dormia. Eles invocavam cada qual o seu deus, Jonas. Jonas estava sem preces em seus lábios, fato este que o tornara totalmente silencioso.

Ele é o típico líder cristão – seja ele pastor teólogo, seja ele profeta, líder natural na comunidade – que desaprendeu a possibilidade da oração e fechou a boca.

Os pagãos do barco eram mais sensíveis aos sinais dos tempos que os crentes Jonas. Eles não interpretavam a tempestade como um mero fenômeno natural. Sabiam por intuição que havia algo alienígena naquela tempestade. Por isso diziam uns aos outros *“vinde, lancemos sorte para que saibamos por causa de quem nos sobreveio esse mal. E lançaram sorte e a sorte caiu sobre Jonas”*.

Jonas perdera totalmente a consciência de que o mundo espiritual também funciona à base da lei de causa e efeito. No entanto, os marinheiros pagãos pareciam saber com muita clareza que ninguém foge de Deus impunemente. A sorte é lançada, o azar é de Jonas. Descobri-se que o homem de Deus era a causa da desgraça. Sua vida atraía maldição sobre todo o grupo.

Preste atenção nisto: homens de Deus em fuga de Deus trazem maldição onde aonde quer que vão. Também uma igreja alheia à vontade de Deus é instrumento de desgraça e confusão para a sociedade. Essa é a lição que os marinheiros nos dão quando disseram a Jonas:

“Declara-nos agora por causa de quem nos sobreveio esse mal. Que ocupação é a tua, de onde vens, qual é a tua terra, de que povo és tu? E ele respondeu: Eu sou hebreu, temo ao Senhor dos céus, que fez o mar e a terra.”

Jonas responde apenas à última pergunta. Sua resposta é evasiva, com traços de autojustificação e definidora de uma atitude existencial de cinismo teológico. Quando ele diz *“eu sou hebreu”*, ele parece estar tentando dizer a si mesmo que tinha o direito à peregrinação. Afinal, a palavra hebreu vem de um radical que significa *“aquele que vai, aquele que move, aquele que está a caminho, aquele que anda”* (4).

É assim que Jonas se justifica: *“Eu estou fugindo porque existencialmente eu sou um ser a caminho”*. E quando ele diz que *“temo ao Deus do céu que fez o mar e a terra”*, ele nos

apresenta seu cinismo existencial e teológico. Ele confessa temer a um Deus cósmico d qual ele pensa ser possível fugir dentro do cosmos. Ele confessa temer ao Senhor, mas não dirige se quer uma prece a Ele. Jonas é como muitos daqueles que têm uma teologia para justificar as suas fugas de Deus e uma fé que não produz oração. Nem ação. Nada é mais falso que uma teologia que não nos faça orar e agir. É a ortodoxia dando lugar para a ortopraxia.

A declaração sobre quem é o Deus de Jonas e as razões da viagem apresentadas por Jonas, apavoraram os marinheiros. Assim, os homens ficaram possuídos de grande temor e lhe disseram:

“O que é isso que fizeste? Pois sabiam os homens que fugia da presença do Senhor, porque lhes havia declarado.”

Aqui neste ponto, a Bíblia começa a condenar a tragédia de se ter uma intimidade com Deus que se torna cínica. Literalmente, Jonas estava brincando com fogo e não sabia. Ou seja, mas não queria considerar as consequências. A palavra de Deus nos ensina outra vez que são os pagãos que revelam ter uma fé em Deus mais profunda do que Jonas. Isso porque eles temem suas divindades com mais reverência e mais dedicação do que acontece com muitos daqueles que se dizem povo de Deus.

Os marinheiros parecem estar dizendo a Jonas que quem tem um Deus como o seu, tem todas as opções da vida, menos a de fugir de Deus. Esses sabem que algo tem de ser feito para que a calamidade seja contida. Por isso eles perguntam a Jonas:

“Que te faremos para que o mar se acalme?”

Isso porque o mar ia se tornando cada vez mais tempestuoso. Jonas respondeu:

“Tomai-me a lançai-me ao mar, e o mar se aquietará, porque eu sei que por minha causa vos sobreveio esta grande tempestade.”

Dessa forma, Jonas assume o fato de que a tragédia que se tornara a tragédia de todos naquela pequena embarcação era consequência direta da sua fuga de Deus. Ele sabia disso a tal ponto que ele mesmo dissera *“eu sei que sou a razão da tragédia”*. Nesse ponto ele parece estar com uma significativa vantagem sobre nós, os que estamos lendo este livro, porque para muitos de nós, diferentemente de Jonas, a tragédia do mundo parece não ter nada a ver conosco. Todavia, tem tudo a ver conosco. E a razão é simples: aqueles que são designados s serem bênçãos para o mundo, tornam-se maldição para sociedade quando não assumem o seu papel de bênção na vida. Ou quando se alheiam do que deveriam ser, do que deveriam fazer, do que deveriam anunciar e denunciar.

Entretanto, os homens remavam, esforçando-se por atingir a terra, porém não conseguiam, porque o mar ia se tornando cada vez mais tempestuoso contra eles. Então clamaram ao Senhor e disseram:

“Ah, Senhor, rogamos-te que não pereçamos por causa da vida deste homem e não faças cair sobre nós este sangue o sangue inocente; porque tu, Senhor, fizeste como te aprouve. Eles levantaram a Jonas e o lançaram ao mar e cessou o mar da sua fúria. Temeram, pois, estes homens em extremo ao Senhor e ofereceram sacrifícios ao Senhor e fizeram votos”. (Jn 1:14-16)

Essa é uma das muitas ironias da história de Jonas. Na intenção de fugir de Deus e da sua missão, Jonas acaba sendo instrumento de salvação para muitos povos. Aqui fica uma tremenda lição: o mundo só tem verdadeiro testemunho da salvação quando a igreja dá este testemunho com pureza e verdade ou quando ela confessa a sua fuga e a sua desobediência à vontade de Deus.

Jonas fala a verdade, ainda que em meio a uma profunda falta de ânimo espiritual. Ele dá testemunho de sua fuga de Deus, do Deus do qual não se foge, o Deus de toda vida, e que está em toda parte.

O princípio espiritual implícito neste governo é simplesmente tremendo: quando o povo de Deus tem coragem de confessar que a culpa é sua, o mundo crê.

Eu, particularmente, acredito que estamos vivendo este tempo e esta hora neste país. Esta hora de termos coragem de ousar um testemunho cristalino de nossa coerência e compromisso com Deus, ou termos a coragem de dizer que parte da culpa ou da responsabilidade por nossas tragédias é nossa. De um povo que se arroga chamar pelo Seu nome, mas muito mais para sentir-se privilegiado do que partícipe das dores restantes do cordeiro. De um povo que, em vez disso, culpa os passageiros. De um povo que desaprendeu (se é que algum dia aprendeu) que amar a Deus é amar o próximo. De um povo que estreita a realidade do mundo espiritual entre “nós” versus “eles”. De uma noiva em fuga! Que, quando muito, verticaliza sua relação com Deus e se instituiu como meio e fim. Que parece ignorar que, a despeito do seu crescimento quantitativo, o país sofreu um declínio moral considerável nas últimas décadas; Uma igreja que apostou na política ideológico-partidária como estratégia de empoderamento; que tem se debatido para impor seus preceitos por decreto; que fez das causas morais, seu evangelho; e do moralismo, sua bandeira; que ignorou deliberadamente o evangelho como a única mensagem a ser crida, anunciada e vivida; Em suma, uma igreja em flagrante desobediência à sua missão. Em frequente inebriamento ideológico esta ou aquela ideologia, seja à direita, seja à esquerda. Que ora muito menos que muitos pagãos de nossa sociedade. Uma igreja menos sensível e humana diante do drama humano do que muitos ídolos da nação. Enfim, temos muitas vezes disso mais parte do problema que da solução. Mas é uma igreja que não se enxerga. É um clube ensimesmado e impermeável a críticas. Autocrítica, nem Pensar! Pelo contrário, elege a quem culpar. Nesses tempos em que atualizo esse livro, os gays são os escolhidos como o bode expiatório do momento. Já foram os comunistas, as mensagens subliminares, os terreiros de macumba, os demônios territoriais e outras forças ocultas, o que demanda “moveres”, “unções proféticas” e outras novidades conforme o sabor das novidades. No dia em que essa igreja encarnar a palavra que é Cristo e entender que sua missão é existencial é manifestá-lo em amor, compreensão e misericórdia e perdão, esse país ouvirá o evangelho, que não é nem jamais foi gritado, nervoso, acusatório e

excludente. No dia em que essa igreja deixar de ser “peso” para se tornar a mensagem cujo “fardo é leve e jugo, suave”. No dia em que ela for solidária para com os pecadores por se ver pecadora também, ela vai poder dizer à prostituta: “se ninguém te condenou, eu também não te condeno”. Ela, então, vai fazer o papel do mordomo infiel, perdoador, que desconta a culpa alheia, que diminui a conta do devedor porque, devedora também, terá aprendido a perdoar tal como foi perdoada, em vez de desempenhar o papel judicante, persecutório e opressor que historicamente tem desempenhado. Neste ponto da narrativa da história de Jonas parece que atingimos o ápice de sua desgraça e desesperança. O ministério e a vida de Jonas parecem definitivamente liquidados. Mas é nesse ponto que somos lembrados de que *“o dom e a vocação de Deus são irregováveis”*.

“Pois mandou o Senhor um grande peixe que tragasse a Jonas e este esteve três dias e três noites no ventre do peixe. Então Jonas, do ventre do peixe, orou ao seu Deus e disse: ‘Na minha angústia clamei ao Senhor e ele me respondeu do ventre do abismo. Gritei e tu ouviste a minha voz.’”

Deus não desiste de Jonas, embora Jonas parecesse ter desistido de Deus completamente. E Jonas parece ser o exemplo clássico da pessoa que só ora em extrema dificuldade. Se não, observe: ele não orou para decidir (Jn 1:13); não orou quando a tempestade veio (Jn 1:4); não orou quando todos oravam (Jn 1:5); não orou quando a verdade sobre sua fuga se tornou pública (Jn 1:10,11); não orou quando os marinheiros num último rasgo de solidariedade humana tentavam chegar à terra remando (Jn 1:13); não orou quando os marinheiros oravam pedindo a Deus que não os culpasse de terem de lançar Jonas ao mar (Jn 1:14); e provavelmente não orou nem no primeiro, nem no segundo dia no ventre da baleia, do grande peixe, do monstro marinho, porque se ele tivesse orado antes, talvez essa história não dissesse que Jonas ficou três dias e três noites no ventre do peixe. O profeta Jonas parece ter sido realmente renitente, deixou para orar no último dia.

É, no entanto, no ventre do peixe que Jonas começa a recuperar sua saúde humana e de fé. É no ventre do peixe que ele começa a recuperar a saúde de sua alma. É daí que ele recupera uma das mais fantásticas possibilidades da alma humana, a possibilidade da angústia. Então ele diz: *“Na minha angústia clamei ao Senhor”*. Angústia aqui aparece como sintoma de que a alma ainda está viva. Pois até a apatia de Jonas só faltava de uma alma sem nervos, morta.

“Pois me lançaste no profundo, no coração dos mares, e a corrente dos mares me cercaram, todas as tuas ondas e as tuas vagas passaram por sobre mim. Então, eu disse: lançado estou de diante dos teus olhos, tornarei porventura a ver o teu santo templo:”

Com toda a sua teologia, Jonas pensava ser possível na prática fugir de Deus. Isso porque ele estava orando pedindo livramento, mas ainda não havia entendido que a própria tragédia de ter sido engolido pelo monstro era parte da própria resposta que ele buscava em Deus. **Jonas não entendia tragédia como podendo ser expressão do amor de Deus.**

“As águas cercaram até a minha alma, o abismo me rodeou, e as algas se enrolaram na minha cabeça, até os fundamentos dos montes. Desci até a terra cujos ferrolhos se correram sobre mim para sempre. Contudo fizeste subir da sepultura a minha vida, ó Senhor meu Deus.”

No auge do seu quase sadio desespero, Jonas experimenta a realidade existencial da ressurreição: ele é tirado da sepultura. Jonas tinha de morrer para poder provar o poder da ressurreição existencial: *“Quando dentro em mim desfalecia a minha alma, eu me lembrei do Senhor, e subiu a ti a minha oração.”*

Oração PE a única e suficiente resposta da alma em crise ao Deus que busca restaurá-la. Oração é o sinal por excelência de que a alma ainda está viva: *“Os que se entregam à idolatria vã, abandonam aquele que lhes é misericordioso”,* diz Jonas.

Neste ponto, Jonas assume sua própria idolatria. Isso porque, no contexto do livro, o único verdadeiramente idólatra é Jonas. Ele é aquele que cultivou tão absolutamente a ideologia e o nacionalismo que preferiu fugir de Deus a ter de trair seus compromissos patrióticos e ideológicos em favor da vida dos ninivitas. Mas agora ele diz: *“Com voz de agradecimento eu te oferecerei sacrifício, o que votei, pagarei. Ao Senhor pertence a salvação”.*

Jonas resolve que se houvesse uma outra chance, ela não seria desperdiçada. Uma vez livre da tragédia de estar preso no porão dos oceanos, Jonas se compromete a cumprir a missão da qual fugira. Rende-se à implacável perseguição do amor de Deus na sua obstinada insistência de não perder um profeta, de não per um líder.

“Falou, pois, o SENHOR ao peixe, e este vomitou a Jonas na terra. Veio a palavra do SENHOR, segunda vez, a Jonas, dizendo: Dispõe-te, vai à grande cidade de Nínive e proclama contra ela a mensagem que eu te digo. Levantou-se, pois, Jonas e foi a Nínive, segundo a palavra do SENHOR. Ora, Nínive era cidade mui importante diante de Deus e de três dias para percorrê-la. Começou Jonas a percorrer a cidade caminho de um dia, e pregava, e dizia: Ainda quarenta dias, e Nínive será subvertida. Os ninivitas creram em Deus, e proclamaram um jejum, e vestiram-se de panos de saco, desde o maior até o menor. Chegou esta notícia ao rei de Nínive; ele levantou-se do seu trono, tirou de si as vestes reais, cobriu-se de pano de saco e assentou-se sobre cinza. E fez-se proclamar e divulgar em Nínive: Por mandado do rei e seus grandes, nem homens, nem animais, nem bois, nem ovelhas provem coisa alguma, nem os levem ao pasto, nem bebam água; mas sejam cobertos de pano de saco, tanto os homens como os animais, e clamarão fortemente a Deus; e se converterão, cada um do seu mau caminho e da violência que há nas suas mãos. Quem sabe se voltará Deus, e se arrependerá, e se apartará do furor da sua ira, de sorte que não pereçamos? Viu Deus o que fizeram, como se converteram do seu mau caminho; e Deus se arrependeu do mal que tinha dito lhes faria e não o fez”. (Jn 2:10; 3)

Quando o homem de Deus se deixa pervadir pelo excesso de ideologias políticas, talvez ele venha a assustar-se com seu próprio coração. A obsessão ideológica de Jonas ainda não o tinha deixado, a ideologia e o nacionalismo ainda não tinha se tornado meros acessórios históricos, antes, ao contrário, ainda tinha o poder de cegar o profeta. Decididamente, Jonas só enxergava a vida a partir de uma perspectiva ideológica. O próprio sucesso evangelístico se tornara inimigo da pregação de Jonas e dos seus objetivos ideológicos. Jonas não estava interessado em qualquer conversão ou arrependimento que não tivesse implicações de mudança imediata na cena política em sua volta. Se fosse hoje em dia, Jonas diria: “Novo nascimento que não mudar atitudes político-ideológicas, não tem valor algum”, ou seja, conversão só é conversão se for ideológica, também.

Então Jonas orou ao Senhor e disse:

“Ó Senhor, não foi isso que eu disse estando ainda na minha terra? Por isso me adiantei fugindo para Tarsis. Pois eu sabia que tu és o Deus clemente, misericordioso, tardio em irar-se, grande em benignidade, que tu te arrependes do mal”.

Disse isso com certa ironia ideológica. Ora, Jonas parece estar sofrendo do mesmo mal daqueles que entre nós se deixaram dominar pelos excessos ideológicos. Nada interessava à causa de Jonas a menos que tivesse implicações de libertação sociopolíticas. Na opinião de Jonas, o próprio caráter misericordioso de Deus trabalhava agora contra os sonhos de libertação dos oprimidos. Isso porque enquanto Deus estava agindo entre aqueles que Jonas considerava os poderosos da Terra, não haveria nenhuma chance de que a justiça de Deus os esmagasse. O que Jonas queria não era vê-los salvos, era vê-los achatados, esmagados. Assim ele diz:

“Peço-te, pois, ó Senhor, tira a minha vida, porque me é melhor morrer do que viver”

Sem a causa política em perspectiva, Jonas mais uma vez perdera a razão de viver. Desse modo, ele também se apresenta a nós como sendo uma representação daqueles cujos projetos existenciais não admitem mudanças contrárias às suas expectativas.

O excesso de história na perspectiva histórica de Jonas lhe roubara o desejo de viver na história. Isso porque ninguém vive só de história na história. Sem trans-história, sem meta-história, a própria história perde seu valor histórico. O temporal só tem sentido se vivido na perspectiva da eternidade.

Mas Jonas não pode conceber que o regime político ao qual ele chamou de “a besta”, esteja sendo poupado por Deus. Por isso ele não quer viver no mesmo mundo com os ninivitas. Não quer ser parte de um mundo no qual os ninivitas estivessem governando. Curiosamente, em meio à tempestade, Deus mostra a ele que são os do barco que não poderiam sobreviver à tragédia por conta dele, Jonas. É ele quem põe os demais em risco.

É por causa disso que o Senhor questiona a Jonas: *“É razoável esta tua ira?”* Então Jonas saiu da cidade e assentou-se ao oriente da mesma. Ora, é importante lembrar que na tradição bíblica é do oriente que vem o juízo e o castigo.

“E assentou-se ao oriente da cidade e fez uma ramada e repousou debaixo dela, à sombra, até ver o que aconteceria com a cidade.”

Jonas tem ainda uma última esperança de que a cidade **se arrependa de ter se arrependido** e volte a pecar atraindo, assim, o juízo de Deus contra ela. Jonas era o credor não compassivo, era um mordomo para lá de fiel, que não só queria que fosse cobrado o que Nínive devia, mas, se possível, que se acrescentasse e se imputasse tanto mais pecado à cidade quanto fosse possível. Isso é tão comum ocorrer hoje a olhos nus que não nos é difícil entendermos como era possível Jonas pensar assim.

Quem quer que envolva-se extremamente com ideologias, corre o risco de desenvolver uma forma de perversidade a qual é sentida através do desejo de que Deus arrebe os inimigos do povo com a sua fulminante justiça.

“Então fez o Senhor Deus nascer uma planta que subiu por cima de Jonas pra que fizesse sombra sobre sua cabeça a fim de o livrar do seu desconforto. Jonas se alegrou em extremo por causa da planta. Mas no dia seguinte, ao subir da alva, enviou um verme que destruiu a planta e essa secou. E nascendo o sol, deus mandou um vento calmo oriental, o sol bateu na cabeça de Jonas, de modo que desfalecia, pelo que pediu para si a morte dizendo: Melhor é para mim morrer do que viver. Então perguntou Deus a Jonas: ‘É razoável a tua ira por causa da planta?’ Ele respondeu: ‘É razoável a minha ira até a morte’. Tornou o Senhor: ‘Tens compaixão da planta que te não custou trabalho, que não fizeste crescer, que numa noite nasceu, numa noite pereceu. E não irei eu ter compaixão da grande cidade de Nínive onde há mais de cento e vinte mil pessoas, que não sabem discernir entre a mão esquerda e mão direita, e também muitos animais?’”

Aqui Deus termina dizendo:

“Por favor, Jonas, redimensione o que você sentiu pela planta que você será capaz de sentir o que eu sinto por Nínive. Redimensione o que você sente em função de suas perdas ideológicas, dos seus sonhos históricos, do seu sentimento de perda, que você vai sentir o que eu sentiria se eu tivesse de destruir aqueles que tu querer que eu destrua”.

O apelo final de Deus a Jonas é no sentido de que ele recupere a possibilidade da compaixão e da misericórdia. Em outras palavras, Deus está dizendo que a única forma de se viver qualquer projeto em nome dele na história é colocando a causa da salvação do semelhante acima de tudo, mesmo acima daquelas causas às quais muitas vezes são atribuídos interesses prioritários relacionados ao reino de Deus. Além do que, não há nenhuma saúde possível para o homem de Deus sem que ele tenha dentro de si a possibilidade do amor compassivo. Caso contrário, a vida mergulha na amargura, no justicismo perverso, na unilateralidade ideológica, e num viver que perde a possibilidade do amor e da compaixão, o qual existe apenas para alimentar na alma a amargura de não conseguir amar aquelas criaturas estranhas às quais Deus ama em volta da gente.

Jonas, entretanto, não é aquele que estabelece o padrão quando se trata de entender a atitude dos profetas em relação à política. A maioria deles jamais fez política pela política. Eles apenas obedeceram a Deus e se manifestaram em assuntos nos quais a temática política estava presente apenas como efeito adverso ou colateral. Assim é que eles mexem na política sem serem políticos e sem motivações dessa natureza. Falando em nome daquele que prescinde da política, a motivação deles era a justiça do reino de Deus. Política é coisa dos homens, não de Deus.

Em resumo, eu diria o seguinte: é impossível ler os profetas da Bíblia e continuar pensando que o homem de Deus ou o povo dEle tem sempre e a qualquer custo trabalhar para dar apoio a governos corruptos e a sistemas iníquos. Pensam assim apenas aqueles para os quais tal pensar é conveniente politicamente ou aqueles que não conhecem as Escrituras. Se os profetas profetizaram contra regimes 'absolutistas', que tinham em seus líderes não apenas os representantes da autoridade, mas a própria encarnação da autoridade, com que justificava nós nos esconderíamos do dever de declarar a mesma mensagem num país democrático e livre, onde nenhuma autoridade é autoridade em si mesma, mas apenas enquanto se comporta de acordo com as leis legais, sociais e éticas estabelecidas na Constituição? Portanto, aprende-se com os profetas que antes se deve obedecer a Deus do que aos homens.

CAPÍTULO 3

O CONCEITO DE AUTORIDADE POLÍTICA NO NOVO TESTAMENTO.

Iniciamos este livro tentando demonstrar que a Bíblia nos, por inferência, que a sociedade humana evolui e que suas instituições passam por frequentes ajustes e adaptações. A história é dinâmica. Vimos também que as Escrituras devem sempre ser pertinentes a cada uma dessas etapas. Vimos que a palavra revelada deve ser sempre verbalizada como “princípio ético” do caráter santo e justo de Deus dentro das novas realidades sociais e políticas. Vimos também que a maneira de se mediar tais afirmações do caráter de Deus deve ser sempre em consonância com a lei vigente e através dos mecanismos sociais e políticos criados por aquela sociedade a fim de viabilizarem tais princípios éticos, os quais, obviamente, variarão de acordo com o grau de desenvolvimento e sofisticação daquela sociedade.

Nós também já vimos que no Patriarcado a autoridade era familiar e era vista na perspectiva da obediente reverência por parte dos membros do clã. Também vimos que na Teocracia a obediência à autoridade era obediência a Deus, através dos mandamentos e dos ministérios dos profetas e juizes. Na monarquia-teocrática - que caracterizou os reinos de Saul, Davi e o início do reinado de Salomão – percebemos que a autoridade era obedecida por haver sido “ungida” por Deus, podendo ser, entretanto, confrontada pelos profetas que falavam da parte de Deus, caso seu governo se mostra contraditório em relação à vontade revelada de Deus através da Lei santa e justa. Já na Monarquia, hereditária ou militar – as demais, depois de Salomão – a autoridade não era mais vista como representante de Deus. A autoridade seria vista como sendo boa ou má dependendo exclusivamente de suas ações serem boas ou más. Assim é que se de fala reis *“que fizeram o que era mal perante o Senhor”* e, também, *“que fizeram o que era justo e reto aos olhos de Deus”*. No primeiro caso, em se tratando do rei perverso e iníquo, o povo tinha o “direito” de gemer de esperança pela queda do rei. E mais: não haveria a menor possibilidade de que um verdadeiro profeta, se vivo e vendo o mal, não viesse a confrontar a autoridade corrupta mediante a palavra de Deus.

Nossos olhos, agora, se voltarão para um tempo absolutamente especial na história da fé. Trata-se do período chamado neo-testamentário. Nesse período tiveram lugar os mais importantes eventos da história humana. Justamente por esta razão, tal fase da experiência do povo de Deus tem uma importância incomparável em relação a qualquer tema ou objeto de discussão. De lá provém luzes cujos raios podem elucidar muitos de nossos dilemas presentes. Ora, isto inclui nossa compreensão sobre as autoridades constituídas.

Nossa leitura do Novo Testamento, em busca da verdade a respeito de qual seja a vontade de Deus relacionada aos poderes deste mundo, deve levar em consideração duas realidades: as verdades explicitadas no Novo Testamento acerca dos poderes constituídos e a prática dos principais personagens da história cristã bíblica em relação a tais poderes. Em outras palavras: vamos tentar discernir o que as Escrituras do Novo Testamento dizem sobre o assunto e ver como Jesus e os apóstolos praticaram tais princípios.

AS PALAVRAS DO NOVO TESTAMENTO PARA DEFINIR OS PODERES.

Neste ponto nós temos de ver o que o Novo Testamento chama de poder.

O conceito de poder no Novo Testamento brota de palavras cujo uso é amplo nas Escrituras bem como no mundo secular do primeiro século da era cristã.

Na intenção de entender o significado do poder no NT. você vai ter que se munir de paciência. E a razão é simples. Para a maioria das pessoas o trabalho de análise de termos e de seus significados pode ser extremamente maçante e tedioso. Por isso, tenha um pouco de paciência e caminhemos juntos pelo estudo dessas perspectivas de poder.

A linguagem do poder pervade todo o NT. . No entanto, gostaria apenas de olhar 10 palavras gregas que aparecem centenas de vezes no NT. E que definem algumas dessas perspectivas do poder.

1. Governador: no grego, Archontes: governante ou homem poderoso. (Mt 20:25)
2. Reis e Autoridades: no grego, Basileus: o rei em grego. (Lc 22:25)
3. Líderes Religiosos: no grego Achiereis ou Archontes: define o sumo sacerdote ou os postos elevados da religião como em Lucas 24:20. A palavra “autoridade” (no grego Archonton): usada pela o fariseu enquanto pessoa que exerce poder religioso sobre os outros conforme João 7:48.
4. Ancião do Povo: no grego, Archontes refere-se aos anciãos do povo e, às vezes, a governantes conforme Atos 4:26.
5. Anjos, Principados e potestades: no grego, Archai, conforme Romanos. 8:38.
6. A origem do Poder: no grego, Dynamei, conforme Atos 4:7, onde o poder se deriva do Nome (Onomati).
7. Nome Célebre: no grego, Onomati, conforme Atos 4:7 que, como já vimos, define o nome célebre, o nome de uma celebridade cujo poder emana do seu nome.
8. Poder e Sabedoria: no grego, Dynamim e Sophian que aparecem juntas em I Co 1:24 para expressar o poder que vem do saber.
9. Poder e Autoridade: no grego Dynamim e Exousia, conforme em Lucas 9:11 e Apocalipse 7:13. Tais poderes brotam de algum lugar específico (não existem por si mesmos) e se concentram numa autoridade humana que o exerce histórica e visivelmente.
10. Autoridades Comissionadas: no grego, Exousia para autoridade e Epitropes para uma comissão que recebe o poder de exercer certa autoridade, conforme Atos 26:12.

Essas são as dez palavras no NT. mais comuns para definir poder. Ao analisá-las, em relação aos textos nos quais elas aparecem, podemos afirmar que o NT chama de poder os seguintes elementos da realidade:

Agentes humanos, movimentos humanos, a religião, o estado, a política, a filosofia, a ideologia, o saber intelectual ou científico,

o saber teológico, a religiosidade fanática (como a dos fariseus), os anjos e os demônios, o nome de Jesus que se diz estar acima de todo poder que se possa referir no céu e na Terra), as celebridades (que exercem o poder pela via do que são e da impressão que causam em razão do carisma que possuem), o poder do Espírito, o poder Evangelho (que se diz é poder para salvação), as investidas espirituais dos líderes através da imposição das mãos, e a delegação do poder que o Estado ou qualquer instituição confere a um presidente ou a uma comissão.

A linguagem do poder no NT, todavia, não é uma linguagem precisa. Mesmo assim, é possível observar alguns padrões no uso que as Escrituras fazem de tal linguagem:

1. Archon quase sempre se refere ao gabinete do estado.
2. Arch quase sempre se refere à estrutura do Estado que faz as coisas acontecerem.
3. Exousia aparece 102 vezes no NT, 87 das quais tem a ver com o poder pessoal das instituições concretas. Portanto, 85% do uso se referem à dimensão estrutural da existência do poder que se alimenta de um outro poder anterior, abstrato, invisível.
4. Dynamis é o poder pelo qual as leis são mantidas.
5. Kyriotetes indica o domínio, a área de ação ou território de poder uma autoridade que diz: “até aqui eu vou, dali eu não passo, meu escopo, minha área de poder é até aqui”, e se sente de alguma forma amarrado, impossibilitado de ir, dali em diante, à frente no seu poder de fazer as coisas acontecerem.
6. Thronoi designa o local onde o poder está. por exemplo, o a Esplanada dos Ministérios, a Esplanada de Washington D.C., a Champs Élysées etc. É o local, o sítio do poder.
7. Anomati designa a pessoa que qualidade de celebridade exerce esse poder.

O NT parece deixar claro, no entanto, que esses poderes são multidimensionais. São divinos e ao mesmo tempos humanos. São espirituais e ao mesmo tempo políticos, seculares. São invisíveis e ao mesmo tempo ganham visibilidade, tangibilidade, historicidade. São movimentos dos desejos coletivos, mas também são estruturas visíveis. Ora, tal cruzamento acontece a um tempo só. Os poderes se pervadem.

No NT, o texto que mais elucida o que disse é Colossenses 1:16:

“...Pois nele foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos (thronoi), sejam soberanias (Kyriotetes), quer principados (archai) quer potestades (exousia)”.

Há, todavia, uma coisa a ser dita com clareza: o vasto uso dos termos relacionados aos “poderes” no NT tem relação tão frequente com a dimensão social e política da vida, que nos

permite dizer que é intenção de Deus que as forças do reino de Deus invadam essas dimensões da existência e prevaleçam sobre elas. E assim é porque haverá um dia no qual todos os “poderes” estarão totalmente sob o senhorio de Cristo. Paulo não deixa dúcida a este respeito quando diz:

“Então virá o fim, quando ele entregar o reino a Deus e Pai, quando houver destruído todo principado bem como toda potestade e poder. Porque convém que ele reine até que haja posto todos os inimigos debaixo dos seus pés. O último inimigo a ser destruído é a morte. Porque todas as cousas sujeitadas debaixo dos seus pés. E quando diz que todas as cousas lhe estarão sujeitas, certamente exclui aquele que tudo lhe subordinou. Quando, porém, todas as cousas lhe estiverem sujeitas, então o próprio Filho também se sujeitará àquele que todas as cousas lhe sujeitou, para que Deus seja tudo em todos”
(I Co 15:24-28)

Note que este texto evolui numa perspectiva tríplice:

1. Todas as coisas já estão *legalmente* sujeitas a Cristo (I Co 15:27a);
2. Todas as coisas que já estão sujeitas a Cristo *ainda* não se sujeitaram historicamente a Ele. (28a);
3. Todas as coisas só estarão de fato totalmente sujeitas a Cristo quando o reino de Deus, mediante a vinda de Cristo, prevalecer sobre as forças da história. No entanto, o prevalecer final do reino implicará na *destruição* de todos os poderes auto-existentes ou que existam em oposição a Deus (I Co 15:24).

Paulo é explícito: a vitória de deus também tem de ser vista como a vitória sobre as forças visíveis e invisíveis que operam neste mundo. O “fim” só virá quando Jesus *“houver destruído todo principado, bem como toda potestade e poder!* Ora, tal afirmação deveria ensinar aos cristãos que nós nunca deveríamos lutar para preservar “potestades e poderes” que não estejam submissos ao senhorio de Cristo. A queda dos poderes da injustiça, da corrupção, da perversidade social, da perversão do direito, do abuso de autoridade, da idolatria, do ateísmo sistêmico e ideológico e da absolutização ideológica, deveria sempre ser saudade pelos cristãos como sinal da vitória de Cristo, e que também aponta na direção da vitória final de Deus. Entenda que não estou falando da vitória do “cristianismo”, mas de Cristo. Tal vitória final, no entanto, só acontecerá quando as trombetas tocarem e Aquele que se acha assentado à direita do Trono do universo, descer dos céus a fim de julgar os homens iníquos, destruir para sempre os “poderes” auto-glorificados e pulverizar os deuses da ilusão.

A POSTURA DE LUCAS NO TOCANTE ÀS QUESTÕES POLÍTICAS.

Neste ponto minha intenção é mostrar o que Lucas diz sobre as questões de ordem política. E a razão de tal preocupação com a mensagem de Lucas quanto a este aspecto da atitude de Jesus e dos discípulos frente às forças políticas, tem a ver com o fato de que Lucas era um grego, vendo o mundo com olhos de gregos, porém “interpretando” o mundo a partir de Jesus e do evangelho.

Aqui neste ponto eu não posso deixar de dizer que meu trabalho encontrou no livro *“Political Issues in Luke-Acts”* sua base de consulta. Neste capítulo meu pensamento tem sido profundamente marcado pelo artigo de Robert F. O’Toole sobre como Lucas via as autoridades. Obviamente, minha visão pessoal é o que determina o corre de toda esta secção do livro. Bem, vamos ao assunto.

É minha opção neste assunto do *“modo como Lucas via as questões políticas”* dar especial atenção a duas fases do trabalho histórico-narrativo de Lucas: o julgamento de Jesus e as relações dos discípulos com as autoridades, fazendo uma avaliação final de como Lucas via o sistema de justiça humano. No entanto, seria praticamente inaceitável que em tal estudo eu não violasse minha proposição inicial, apenas para dizer que ninguém botou palavras mais duras nos lábios de Jesus do que Lucas, no episódio relacionado ao “recado” de Jesus a Herodes, no qual o rei é chamado de “raposa”, com todo o peso da conotação negativa que a expressão carregava naqueles dias. Ora, este é apenas uma boa introdução ao que segue.

A menção do sofrimento de Jesus e dos seus seguidores introduz o tópico de Lucas com relação à política e, mais especificamente, as autoridades. A pergunta, no entanto, é como Lucas via a atitude de Jesus face à violência? Ora, Lucas diz que Jesus age de forma violenta quando da expulsão dos vendilhões no templo (Lucas 19:45-48). De acordo com Lucas, Jesus reage à avidez dos mercadores que faziam da casa de oração “um covil de ladrões”. MAS Lucas resume e diminui a intensidade do relato conforme visto por Marcos. Assim é que ele exclui os cambistas, a virada das mesas e cadeiras, e o impedimento às pessoas de carregarem mercadorias pelo templo (Mc 11:15 e 16).

Olhando para o contexto geral do que Lucas ensina, pode-se dizer com certeza que em Lucas 22>36-38, 49-52, não se advoga a violência. Ao contrário, Lucas 22>36-38 é apenas uma “conexão” histórica que tinha intenção de mostrar como Jesus estava “cumprindo as Escrituras”. A exortação de Jesus, “o que não tem espada, venda a sua capa e compre uma”, cumpre a escritura “com os malfeitores foi contado”. Para este cumprimento, duas espadas bastavam. Mas essas duas espadas dificilmente fariam dos apóstolos violentos revolucionários, conforme os padrões daqueles dias. A violência de Lucas 22:49-52 é relacionada à ação de um dos discípulos de Jesus. No entanto, Jesus responde a tal ato de violência mediante a cura da orelha do soldado ferida por Pedro. Os inimigos de Jesus é que trazem consigo um poderoso aparato de repressão a fim de o prenderem.

Conquanto Lucas diminua a importância da “violência no templo”, ele não deixa o fato fora do Evangelho. Assim é que se pode dizer que seu relato não advoga a violência na vida dos

cristãos, mas, ao mesmo tempo ensina que Jesus agia positiva e agressivamente quando necessário. Mas até aqui, tal agressividade não deve ser confundida com a violência pregada pelos cristãos revolucionários. Em Lucas, não se acha apoio da força, ou que faça políticas o campo da luta fundamental dos discípulos de Jesus.

Vamos agora dar uma olhada no que Lucas diz acerca das autoridades governamentais. Ora, as autoridades governamentais mais comumente encontradas em Lucas/Atos são os judeus e os romanos e Lucas os trata de formas radicalmente diferenciadas. Lucas geralmente trata os oficiais judeus de forma negativa. Contudo, ele faz uma cortante e significativa distinção entre altos sacerdotes e os saduceus, de um lado, e os fariseus, de outro. De acordo com Lucas, os fariseus são vistos como os verdadeiros judeus (Atos 26:4-8). Assim é que durante a paixão de Jesus, e através de Atos, os fariseus, pelo menos nominalmente, não são tidos como sendo os que mais oposição fizeram a Jesus. De fato, o fariseu gamaliel defende os apóstolos. E Paulo também encontra defensores entre os fariseus (Atos 23:6-10). Isto revela a perspicácia política de Lucas que identificava de onde realmente vinha ameaça política: dos mais altos sacerdotes, os quais pertenciam ao partido dos saduceus, que eram os que mais influenciavam os romanos.

Depois do ano 70 A.D. com a queda de Jerusalém, os judeus, enquanto ferrenhos opositores da fé cristã, perderam dramaticamente a sua força e praticamente se extinguiram como opositores.

No entanto, antes disso, durante os Atos dos Apóstolos, Lucas parece insinuar a validade da desobediência dos cristãos ante a estes oficiais judeus. Assim é que Lucas faz questão de lembrar a resposta de Pedro às autoridades governamentais em Jerusalém conforme Atos 4:19-20 e 5:29: “antes importa obedecer a Deus que ao homem”. Certamente Lucas achava que os apóstolos agiram corretamente quando assumiram, naquelas circunstâncias, uma flagrante “desobediência civil”. E desse modo, ele nos oferece o princípio obedecer a todas as autoridades a um só tempo. Neste caso, tem-se de discernir, na hierarquia dos valores cristãos, quem vem antes. Ora, a obediência aos princípios superiores poderá implicar em desobediência civil se, para se ser coerentes com eles, tenha-se de “transgredir” uma “imposição” das autoridades humanas, cujos “princípios”, nem sempre estão de acordo com a lei moral, social e espiritual da palavra de Deus. É neste sentido que Lucas justifica a “desobediência” era mais que religiosa na medida em que as autoridades do templo de Jerusalém tinham também autoridade policial e políticas na cidade. Daí o aparato repressor do Estado estar sempre à disposição deles.

Outra peculiaridade de Lucas é o modo como ele retrata o tratamento herodiano a Jesus e aos discípulos. Assim é que Lucas diz Herodes Antipas fica “satisfeito” em ver Jesus. Contudo, quando Jesus se recusa a responder-lhe, Herodes e seus soldados tratam Jesus com desprezo, e deboçam dele. Apesar disso, Herodes não o considera culpado (Lucas 23:11,14 e 15). Já com relação aos discípulos, a situação se torna bem diferente. Isso por que é Herodes Agripa quem mata a Tiago, o irmão de João. Ora, “tendo isto agradado aos judeus”, ele também prende com um comentário sarcasticamente santo: “...o anjo do Senhor feriu a Herodes, porque não deu glória a Deus, e comido de bichos, expirou” (At 25:13 e 26:32) é gentil e favorável. Agripa II quer ouvir a Paulo em sua própria autodefesa e de forma amável o interrompe. Além disso, por duas vezes, afirma de sua inocência. Em suma, Lucas avalia os príncipes herodianos

em termos de seu comportamento público e em relação a Jesus e aos discípulos, mas jamais assume o que nós poderíamos chamar de uma atitude ideologicamente pré-concebida contra nenhum deles. Ou seja, toda autoridade tem o direito e o dever de ser obedecida até que se mostre corrupta, injusta, iníqua e adversária da fé.

Na visão de Lucas, há muito o que ser dito sobre Pilatos em relação ao julgamento de Jesus. Naquele episódio, Lucas vê Pilatos como um magistrado que, de certa forma, defende os que se encontram em desvantagem. No entanto, ele não esconde o fato de que as “tentativas” de Pilatos não foram até onde poderiam ter ido. Ou seja, verificando a inconveniência política de “insistir” a favor de Jesus, Pilatos “o entregou” (Lc 23:16, 20 e 22; At 3:13). Isso porque os sumo-sacerdotes e os doutores da lei forçaram a mão de Pilatos para que o entregasse ao veredito da justiça judaica. Por essa razão, de acordo com Lucas, a maior culpa pela morte de Jesus recai sobre os religiosos judeus (Lc 24:20). Nas narrativas do julgamento de Jesus, Lucas é o mais incisivo no que tange a incriminar e responsabilizar as autoridades político-religiosas dos judeus – chefes dos sacerdotes e legisladores – não apenas como opositores de Jesus, mas como os grandes culpados pela sua morte. Dessa forma, Lucas põe o povo de um lado e as autoridades do outro no ato do julgamento de Jesus (Lc 22:52; 23:4-5, 10, 13-16, 35). A inocência de Jesus (Lc 23:4, 14-15, 22; cf 23:42,47-48; At 3:13 e 14, 13:28), constitui a principal mensagem teológica de Lucas durante a narrativa do julgamento. As últimas palavras em toda trama da execução de Cristo, Lucas põe nos lábios de um executor da lei: “Certamente este homem era inocente” (Lc 23:47).

Ora, o julgamento de Jesus, de acordo com Lucas é uma demonstração clara de como o sistema de justiça está frequentemente a serviço dos políticos. Isso porque a ausência de evidências conclusivas para incriminar Jesus não foi o suficiente a fim de que sua inocência fosse afirmada. O sistema de justiça pode ser usado por e para satisfazer interesses políticos. Assim é que Lucas - conquanto deixe claro que os cristãos devam usar o sistema de justiça - em Atos, mostra como Paulo usou o direito de justiça romanos com imensa liberdade – sabendo, porém, que esse sistema pode ser corrompido por “interesses superiores”. Nesse ponto Lucas faz ecoar Salomão:

“Se vires em alguma província opressão de pobres, e o roubo em lugar do direito e da justiça, não te maravilhes de semelhante caso; porque o que está alto tem acima de si outro mais alto que o explora, e sobre estes há ainda outros mais elevados que também exploram.” (Lc 6:8)

Tal eco deveria ressoar em nossas mentes todos os dias, especialmente naqueles dias nos quais percebemos as gritantes falhas e feiúras dos sistemas de justiça humana e das estruturas do poder organizado para o bem social, mas que muitas vezes se transformam em algozes dos fracos.

O julgamento de Jesus, conforme Lucas, é a maior denúncia implícita que já fez à corrupção do direito (romano), da justiça (o sinédrio judaico e a corte de Pilatos), dos juízes (os sacerdotes), dos políticos (Pilatos), da religião (os sumo-sacerdotes) e dos júris populares (a

multidão). A justiça humana é apenas um paliativo divino para um mal ainda maior: todo desgoverno resultante da ausência de algum tipo de coação legal. A lei, portanto, conquanto manipulável pelas forças dos interesses políticos, é ainda o único remédio de que a sociedade dispõe para punir os culpados, ainda quem, em meio a esses, alguns inocentes sejam crucificados. (Lc 23:33)

JESUS E OS PODERES DESTA MUNDO.

É aqui, neste ponto, que nós entramos na mais santa de todas as terras nesta discussão. Isso porque nós devemos tratar com temor e tremor qualquer coisa que diga respeito ao modo como Jesus lidou com o poder constituído. A razão é simples: a ética e a prática de Jesus de Nazaré devem ser os pilares de nossa própria ética e comportamento no mundo. Assim é que as distorções devem ser evitadas por todos os modos e meios possíveis.

Inicialmente, nós devemos ver o que Jesus nos ensina sobre as autoridades constituídas.

Numa das tentações, Satanás oferece a Jesus todos os reinos do mundo, ou seja, reinos e seus poderes políticos. Jesus não aceitou a oferta de poder por indicação. Após ter Jesus multiplicado os pães, João nos diz que houve um movimento de massa que visava proclamá-lo rei, mas ele simplesmente se ausentou do processo e se recolheu em uma profunda solidão. Jesus entendeu a oferta como perigosa e capaz de afastá-lo do cerne de sua missão. Ele também se recusa a responder à questão sobre o direito de herança de um irmão contra o outro.

Todavia, quando se tratava de cumprir seus deveres como cidadão, Jesus nunca hesitou, ainda que sem fazer de tais deveres grandes temas da vida. Ele paga imposto no templo (que era também entidade pública) com duas moedas tiradas da boca de um peixe. Este milagre “absurdo” expressa simples escárnio e mostra uma vez mais que tais questões não são importantes, ainda que sejam ordinárias. Jesus semelhantemente se recusa a arbitrar entre dois homens que discutem uma herança. Ele não veio lidar com problemas de ordem legais. Ele não tem nada a ver com a execução da lei. Suas relações com os zelotes são da mesma ordem: pelo menos dois zelotes o seguiram, mas ele os “neutraliza”. Não entra nas suas lutas políticas nem as apóia. Muito ao contrário. Aliás, essa neutralização que Jesus faz dos zelotes é também demonstrada pela sua recusa em oferecer resistência quando é preso, e, com sua ordem, recrimina a Pedro na sua tentativa de defendê-lo.

Da mesma forma, Jesus encontra o mesmo erro, tanto nos saduceus como nos fariseus: ambos colaboravam com os romanos e são eles também quem se lhe opõem. Aos olhos de Jesus estão ambos errados. Ele não fará parte no drama político pela via dos partidos (saduceus, fariseus, zelotes, sicários – todos representantes de ideologia e partidos políticos, uns legalizados, outros na clandestinidade). Sua presença é política porque pública, mas não está a serviço de ninguém. Se chama para si os zelotes (resistência de “esquerda”), também chama aqueles que colaboram com os invasores; os coletores de impostos. Sua proclamação

“meu reino não é deste mundo” implica em ser realmente um reino, mas que não se relaciona com reinos políticos.

Neste contexto temos ainda a resposta de Jesus a Pilatos: “Você não teria poder sobre mim se não fosse dado do alto”. Estranhamente, este texto tem sido lido como uma validação do poder de Pilatos sobre Jesus, embora “do alto” fosse uma referência a um poder que era superior ao de Pilatos. Esse “do alto” deve ser entendido à luz da declaração de que “aquele que entregou” Jesus a Pilatos cabia “maior culpa”. Quem entregou Jesus a Pilatos? Judas? Caifás? Jesus dificilmente estaria se referindo a Judas como maior culpado do que Pilatos. Judas não tinha autoridade. Ele esteve apenas a serviço da autoridade. Creio que o elo de ligação entre as duas citações é estabelecido caso se o “do alto” não significar nem Deus nem o imperador, mas a *exousia*, ou seja, uma autoridade que, neste contexto, poderia até mesmo ser um anjo em rebeldia contra Deus. Caso Jesus pensasse que a “autoridade” de Pilatos vinha de Deus não há como entender sua indiferença e rejeição, envolvendo silêncio e sua insistente recusa (três vezes) em dar uma resposta às perguntas de Pilatos.

O silêncio de Jesus não validava a autoridade de Pilatos, mas denunciava o mal uso que Pilatos fazia de sua autoridade. É de se pasmar que grandes teólogos tenham podido amparar a tese da obediência incondicional à autoridade no “silêncio” de Jesus como se tal silêncio validasse a autoridade. Caso fosse assim, Jesus estaria validando uma autoridade que é injusta em seu exercício, posto que este exercício envolve uma renúncia de poder (Pilatos abre mão de sua consciência e a “vende” à multidão) e condena uma pessoa inocente. Para ele, os princípios estavam submissos a interesses políticos.

Não podemos parar, contudo nesta breve avaliação da postura política de Jesus. Devemos ao menos investigar uma questão com a qual nós não tratamos ainda em parte alguma. É um enfoque comum aos historiadores do período de Jesus e especialistas do NT dizer que Paulo deturpou a mensagem de Jesus (tal visão remonta ao início do quarto século). Se é assim, os próprios evangelistas também traíram a mensagem de Jesus. Isso porque tais *experts* fazem de Jesus uma pessoa muito realista, que vinha de um passado de pobreza e que tinha poucas preocupações espirituais. Pelo contrário, do ponto de vista deles, Jesus praticamente só pensava nas questões políticas do seu tempo. De acordo com esses autores, devemos colocar Jesus no contexto do conflito de classes ou da luta anti-romana. Eles ainda dizem que a comunidade cristã primitiva também era assim, e que “espiritualização” só veio mais tarde, concluem que a mensagem de Jesus foi sublimada e aplicada em demasia ao campo espiritual.

O problema é que há muito pouco nos textos dos evangelhos e nada fora dele para suportar esta tese. Como provar esta orientação política de Jesus, a partir dos textos do evangelho? A fim de fazê-lo um radical de extrema esquerda, uns poucos dizeres e atitudes são escolhidos aleatoriamente: as duas espadas, a expulsão dos vendilhões do templo com chicote, Jesus pondo o rico no inferno, o zelote entre os discípulos, etc. Ou ainda, a decisão sobre qual era a postura política de Jesus também acaba passando pela opção de certas versões do evangelho em detrimento de outras. O melhor exemplo disso são as bem-aventuranças. Lucas tem como abençoados os econômica e financeiramente pobres. Já em Mateus suaviza tal percepção quando diz que os abençoados são os “pobres de espírito”. Para aqueles que querem

fazer de Jesus um radical político, esta alteração prova que os discípulos “espiritualizaram” a mensagem do evangelho, roubando a sua força revolucionária ao desmaterializá-la. Ora, cremos que há textos do evangelho que são imensamente materiais em sua mensagem e que têm sido indevidamente “espiritualizada” pela igreja. No entanto, o evangelho de João nos mostra que sempre a tendência dos apóstolos era “materializar” as palavras de Jesus mais do que Jesus mesmo queria que fossem materializadas. Jesus fala, suas palavras são tomadas material e concretamente e Jesus imediatamente corrige os discípulos, mostrando que a tudo quanto disse, deverá ser dado sobretudo significado espiritual. Em outras palavras, a perversão do evangelho não foi a sua “espiritualização” posterior, mas a sua “materialização” indevida.

Não tenho dúvida em afirmar que a tentativa de fazer do evangelho um texto político-ideológico é uma grosseira falsificação. Isso porque na exegese não há, de fato, nenhum procedimento puramente científico. Há, sim, uma escolha de valores. E em tais escolhas fazem-se sempre as escolhas ditadas pelas nossas próprias preferências ideológicas.

Nas discussões teológicas modernas há a tentação de se ver o material como mais importante do que o espiritual. Por causa disso, certos teólogos tendem a pensar que as gerações primitivas eram interessantes apenas nas questões de poder, propriedade e consumo. Para tais teólogos, a experiência religiosa espiritual é apenas um acessório. Isso porque dizer que os pobres de espírito são abençoados é menos sério e explosivo do que dizer que os financeiramente pobres são abençoados. Aqueles que assim vêem Jesus e assim ouvem suas palavras, demonstram o quão imersos estão na mentalidade de sua era. Assim é que eles fabricam um Jesus para quem a política é mais importante realidade. Se é para eles, tem de ser também para Jesus.

Com isto eu não estou nem longe dizendo que a vida e a mensagem de Jesus não tiveram implicações políticas. É claro que sim! Afinal, ninguém vive sem implicações políticas, no sentido amplo do termo. Ainda mais alguém como Jesus de Nazaré. Sua vida pública mexeu profundamente com as forças políticas de seus dias. E é aí que está a grande beleza: Jesus fez política sem política e por um motivo muito simples: ele não visava o clássico fim da política, o poder, mas o alvo do evangelho, o homem. Influenciou politicamente sem fazer política “política” e ideológica.

Ora, esse procedimento de Jesus deveria servir de exemplo para a igreja. A igreja é também fazedora de política na medida em que ela está no mundo e dentro dele se relaciona com ele, referência valores, posicionamentos e atuações sociais. No entanto, a igreja enquanto corpo de Cristo, e não como instituição, jamais deveria se imiscuir em políticas partidárias e ideológicas. Até mesmo por questões democráticas, haja vista haver na membresia da igreja realidades sociais distintas, interesses diversos, já que a dimensão espiritual, apesar de estar acima disto, não dá conta de toda a realidade da complexidade cotidiana da vida. Os cristãos são profissionais, cidadãos, usuários, habitantes, clientes, consumidores, pacientes, ou seja, são, como qualquer outro indivíduo, cidadãos do mundo, são multidimensionais, tem diversos interesses e, por conta disso, participam politicamente da vida na coletividade. A política é a ferramenta para gestão dos interesses múltiplos dessas inter-relações. Nada mais “natural” que isso.

Aos cristãos que tenham interesse na carreira política, que o façam como cidadãos, sem se usurpar disso, ou sem se arrogar na condição de superioridade moral, ou sem fazer uso da fé como bandeira política e da política bandeira religiosa. Que sua atuação seja apenas e tão somente cidadã. Nada que venha a fazer seja um fazer exclusivo para a comunidade eclesial. Ora, claro que um político que professe uma fé pode, sim, ter demanda religiosas, desde que republicanamente religiosas, ou seja, sem proselitismos. O Estado não pode abrigar proselitismos. Qualquer demanda particular da igreja que demande uma ação particularizada é uma ação anti-republicana, anti Estado laico. Nesse sentido, uma bancada que se denomina evangélica e trabalha para impor à sociedade sua agenda moral e política é um flagrante de desrespeito à República e ao Estado não confessional. É fazer uso do aparelho do Estado para fins muito específicos. A liberdade religiosa, o direito ao culto, as proteções e os limites legais, as relações com o Estado, as atribuições civis, tudo isso não é particularidade de nenhuma confissão de fé, mas comum a qualquer religião. Quando não se entende assim, os limites tênues entre o público e privado estão em perigo. E todas as minorias, também. Por outro lado, as comunidades eclesiais deveriam de orientadas a não verem nas lideranças oriundas delas seus representantes. Nenhum político evangélico é, nem pode ser, um representante de sua igreja, tanto quanto um professor de matemática, um médico, um engenheiro, um servente ou padeiro não o são. Caso sua atuação honre não apenas sua comunidade de origem, mas, principalmente, a sociedade civil e a Constituição, ele terá feito por onde ter a correspondência eleitoreira de tal comunidade. Qualquer apelo que resvale para a idéia de fidelização, ou méritos divinos etc., não é outra coisa senão usurpação e desonestidade.

A atitude de Jesus frente à política partidária foi sempre de independência. Tal deve ser a igreja. Todas as expressões políticas e de poder históricos precisam se submeter ao Cordeiro e seu evangelho.

PAULO E SUA VISÃO ACERCA DAS AUTORIDADES.

Nós já vimos o que o NT diz em geral sobre “os poderes”. Também já tentamos discernir o modo como Jesus enxergava as autoridades e se relacionava com elas. Foi também objeto da nossa avaliação a relação de poder. Agora, entretanto, é hora de pensarmos um pouco sobre a maneira com Paulo lidou com as autoridades.

Paulo foi possivelmente o mais jurídico de todos os apóstolos. Sendo também cidadão romano, ele jamais hesitou quanto a reivindicar seus direitos de cidadania até as últimas consequências. Tal atitude é facilmente verificável na história do apóstolo enquanto cidadão.

Primeiramente ele apela para a lei vigente a fim de mostrar a ilegalidade de sua prisão na cidade de Filipos:

“Quando amanheceu, os pretores enviaram oficiais de justiça, com a seguinte ordem: Põe aqueles homens em liberdade. Então o carcereiro comunicou a Paulo estas palavras: Os pretores

ordenaram que fôsseis postos em liberdade. Agora, pois, sai e ide em paz.

*Paulo, porém, lhes replicou: Sem ter havido processo formal contra nós, nos açoitaram publicamente e nos recolheram ao cárcere sendo nós **cidadãos romanos**; querem agora, às ocultas, lançar-nos fora? Não, será assim; pelo contrário, venham eles pessoalmente e nos ponham em liberdade. Os oficiais de justiça comunicaram isso aos pretores; e estes ficaram possuídos de temor, quando souberem que se tratava de cidadãos romanos. Então foram ter com eles e lhes pediram desculpas; e, relaxando-lhes a prisão, rogaram que se retirassem da cidade.”*

(At 16:36-39)

Paulo achava que a constituição era a Autoridade secular sobre as autoridades “incumbidas” de fazer justiça. Na sua maneira de ver, o cidadão tinha todo o direito de exigir da autoridade que a lei fosse cumprida sem apelação, ainda que, contra a própria “autoridade” incumbida de a executá-la. E diga-se de passagem, aquele era um mundo onde avanços sociais e legais ainda não haviam atingido o nível de sofisticação dos nossos dias. Naquele tempo ainda havia um imperador absoluto (César) e que era visto como a encarnação suprema da Lei. Havia seres humanos com direito à liberdade e outros que eram escravos; e a lei não era para todos, mas apenas para alguns. Apesar disso, Paulo diz: *“Foste chamado sendo escravo? Não te preocupes com isso; mas se ainda podes tornar-te livre, aproveita a oportunidade... Por preço fostes comprados; não vos torneis escravos de homens” (I Co 7:21,23)*. Em outras palavras, não deve haver fatalismo social. Paulo como que diz “caso os direitos sociais evoluam, não temam usá-los em vosso favor”. O alvo das leis é a promoção da liberdade, a liberdade como direito natural. Trazendo como consequência, a possibilidade de que nenhum homem seja “escravo” de outro homem. E ainda, a redenção em Cristo faz do cristão um cidadão que jamais deve fazer compromissos que o deixem em estado de subserviência a autoridade alguma.

Desse ponto em diante, Paulo fez a constituição trabalhar a seu favor até o fim de sua vida. Ele foi à presença de César pela via da lei e advogou sua inocência baseada nas leis vigentes. Mesmo no fim da vida, escrevendo a Timóteo, menciona o sistema de justiça como sendo a via pela qual ele enfrentava as autoridades que planejavam a sua morte (II Tm 4:13-19).

Ora, é a luz da prática de Paulo que devemos tentar entender os seus textos teológicos sobre as autoridades constituídas.

“Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. De modo que aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação. Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela, visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal. É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência. Por esse motivo, também pagais tributos, porque são

ministros de Deus, atendendo, constantemente, a este serviço. Pagai a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra". (Rm 13:1-7)

Esta tem sido a passagem bíblica mais controversa de toda a Bíblia quando se trata de entender o dever do cristão frente às autoridades constituídas.

À luz de Romanos 13, tem-se advogado que os cristãos devem ser sempre governistas e que não se pode confrontar uma autoridade. Mesmo diante da corrupção de um governo, os cristãos deveriam manter-se calados; qualquer ato de enfrentamento de uma autoridade que não se comporta de acordo com a lei seria um ato de desobediência à Bíblia. Ora, nem precisa ir muito longe para dizer que esse é um pensamento extremamente simplista.

Em nome de Romanos 13, os cristãos fizeram do imperador Constantino, o líder espiritual da igreja do quarto século, tornaram-se cúmplices de reis europeus mais ímpios que Acabe, abençoaram monarcas idólatras, atrasaram os avanços democráticos que começavam a ser ensaiados nos séculos XVI e XVII, lutaram contra a abolição da escravatura na Europa e nos Estados Unidos, justificaram ditaduras desumanas na África e na América Latina, apoiaram golpes militares na América do Sul e no Brasil, e, por último, defenderam o *apartheid* racial nos EUA e na África do Sul.

Em nome de Romanos 13, cristãos têm dado apoio aos regimes mais contraditórios e nefandos. Na monarquia, desenvolveu-se a teologia do Cristo-Rei com paradigma do projeto de governo monárquico; nas ditaduras, Evocou-se o dever de obediência cegamente aos generais. No comunismo soviético, em nome de Romanos 13, muitos entregaram seus irmãos de fé ao governo. Na Alemanha, também fundada sobre a mesma teologia, muitos abençoaram o projeto político de Hitler. O papa Pio XII até hoje leva o estigma de omissor. Na América Latina, Romanos 13, tem sido usado para se criar "currais eleitorais" governistas a fim de que se garanta que certos tipos de candidatos sejam sempre eleitos. Enfim, em nome de Romanos 13, as maiores aberrações têm sido cometidas na história.

A grande questão, portanto, é: O que Paulo está de fato dizendo em Romanos 13?

Primeiramente, é fundamental perguntar o que Paulo entende como sendo autoridade. Nós já vimos que o apóstolo apontava na direção de que a sociedade deveria "despersonificar" o máximo possível a autoridade. É por esta razão que ele faz com que "oficiais de justiça" se submetam à lei em Filipos. A autoridade, na medida do possível, não deveria ser uma pessoa, mas a lei.

Em segundo lugar, vale lembrar que Paulo vivia em um mundo onde o regime era monárquico. Era, sem dúvida, uma monarquia um pouco mais evoluída, mas ainda muito absoluta. O imperador era um semi-deus, cultuado em muitas partes do império. Mesmo assim, Paulo tenta usar a lei (Constituição) até aos limites de sua autonomia. Como já vimos, o imperador naqueles ainda estava acima da lei. Contudo, onde quer que a lei estivesse sobre a "autoridade investida", Paulo fazia a lei prevalecer sobre o indivíduo que detinha o poder. Para

Paulo, portanto, bom seria que a sociedade caminhasse para o ideal constitucional pleno, onde os homens só fossem revestidos de autoridade se submetidos à lei. Foi por esta razão que ele recomendou aos escravos que, se pudessem, tornassem-se livres. No mesmo contexto recomendou que ninguém deveria, caso pudesse, ser escravo de homens. A autoridade deveria ser a lei, não a pessoa do juiz. Ora, se Paulo vivesse numa democracia, onde a lei suprema, por princípio, é a Constituição, a quem você acha que ele chamaria de “autoridade”, o presidente ou a Constituição? Obviamente, para ele, o presidente só deveria ser presidente enquanto estivesse em obediência a “autoridade”, a saber, a Constituição.

Além disso, há ainda um terceiro aspecto a ser considerado. Observe que no texto de Romanos 13, Paulo faz uma ligação importantíssima entre as autoridades e as instituições. Paulo diz que *as autoridades que existem foram por Deus instituídas*. Ora, a mim parece que Paulo está atribuindo a origem da autoridade à instituição. Ou seja, a fonte do poder não emana de uma pessoa. Tal poder é conferido por Deus. O processo pelo qual Deus “institui” uma sociedade civil obedece aos critérios da ordem social vigente. Somente numa teocracia, a autoridade é estabelecida pela via da “indicação” divina. Nas sociedades seculares, Deus institui autoridades pela via da lei social estabelecida. Aliás, é exatamente isso que Calvino diz em seu comentário de Romanos 13, quando afirma que Paulo se referia à graça comum de Deus, a qual fez provisões legais às sociedades humanas, a fim de que o caos e a desordem não destruam a vida em coletividade. Ora, num regime democrático, a fonte da autoridade que qualquer homem tenha na sociedade secular, vem da Constituição. A Constituição, enquanto “pacto” social, é o instrumento da graça comum de Deus a fim de preservar a sociedade do caos total. Tal “Constituição” está longe de ser perfeita (somente a lei do Senhor é perfeita) no entanto, tem em si mesma dois méritos: despersonaliza a fonte do poder (evitando assim o nazismo e a tirania) e mantém os representantes circunstanciais do poder sob referência superior da Lei e a ela submissos. Ora, isso é totalmente coerente com a Bíblia. Afinal, quando Deus quis fazer de Israel uma nação, durante a peregrinação no deserto, Ele não lhes deu um rei, mas uma Lei, uma Constituição justa. O apóstolo Paulo temia tanto a concentração de poder político nas mãos de uma pessoa, e não nas mãos da Constituição (lei social), que predisse o fato de que o Anti-Cristo seria uma dessas autoridades que se vêem e são vistas como estando acima da lei. É por esta razão que Paulo diz que o “iníquo” seria um ser de poderes políticos ilimitados. No momento, Paulo diz que esse poder já está em operação no mundo. Haverá, no entanto, um dia, no qual esse poder vai se “personificar”. Aí então, a tirania absolutista e infernal não encontrará mais inibidores neste mundo, até que o Senhor Jesus destrua tal poder personificado mediante “o sopro de sua boca” (II Ts 2:7-9).

A quarta percepção que Romanos 13 nos traz tem a ver com a “natureza” da autoridade, fosse ela o monarca ou a Constituição. E por essa razão afirma que as leis de causa e efeito são a expressão mais natural no exercício do poder conferido a um magistrado.

“Porque os magistrados não são para temor quando fazem o bem, e, sim, quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem, e terás louvor dela; visto que a autoridade é ministro de Deus para o bem. Entretanto, se fizeres

o mal, teme; porque não é sem motivo que traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal.”

A grande questão é: qual deve ser a atitude da sociedade (e dentro dela, a dos cristãos) quando a autoridade não age de acordo com as leis morais de causa e efeito? Em outras palavras, o que se deve fazer quando o cidadão faz o bem e não é recompensado pela autoridade, enquanto outros fazem o mal e, ainda assim e por isso mesmo, encontram sombra e guarida junto à autoridade?

A mim parece que a resposta não pode ser apenas uma. De fato, olhando tudo o que neste livro temos tratado, eu diria que “depende”. Primeiramente, eu penso que no contexto de uma monarquia absolutista, violenta e militarizada (como era o caso do império romano), a única atitude compatível com os princípios do evangelho de Cristo seria a que Paulo e os apóstolos tiveram: usar de todos os recursos legais para exercer sua liberdade nos níveis possíveis e evitar qualquer tipo de desobediência civil que implicasse no uso da força para derrubar o monarca. Todavia, sem que jamais se esquecêssemos o “se podes tornar-te livre, não percas a oportunidade” ensinado por Paulo. Cabe aqui lembrar, como um santo contra-exemplo, a participação de Boenhoeffer em um grupo que conspirava contra a vida de Hitler tentando matá-lo. As intenções do grupo foram frustradas e Boenhoeffer pagou com a própria vida. Entretanto, fica mais que patente que a motivação do grupo não era “matar”, mas “salvar”, haja vista o que significaria para inúmeras pessoas a morte de um homem sanguinário de perversidade ímpar como Hitler.

O pastor alemão - “o milagre teológico”, como a ele se referira Karl Barth, - nascido e criado na riqueza, abriu mão de uma brilhante e confortável carreira de teólogo para enxergar a vida “sob a perspectiva dos que sofrem”. “Temos que nos atrever pela paz”, disse Boenhoeffer a uma platéia que o ouvia seu sermão na conferência em Fano, na Dinamarca, em 1934, onde reuniu inúmeras igrejas cristãs do mundo para um protesto anti-nazismo, para apoiar a igreja confessante e rechaçar a igreja do Terceiro Reich. É bom lembrar que estávamos em 1934, portanto, havia apenas um ano que Hitler havia ascendido ao poder. Boenhoeffer estava muito a frente de seu tempo, por isso mesmo foi tão incompreendido. Boenhoeffer percebeu, cedo, o perigo do discurso do *füher*. Enquanto isso, parte da igreja se rendia aos ‘cantos de sereia’ de Hitler: o orgulho alemão, o patriotismo, a ordem, a defesa dos valores germânicos entre outros.

Mas Provérbios 31:8 ecoava na sua alma: “Erga a voz em favor que não podem se defender”. Ele não compreendia o silêncio da igreja seja em relação a Hitler e à marcha para mais uma guerra. Ele conclamava a igreja a se levantar “para que o mundo, embora esteja rangendo os dentes, ouça, para que as pessoas se alegrem porque a igreja de Cristo no nome de Cristo, tomou as armas das mãos dos seus filhos, proibiu a guerra e proclamou a paz de Cristo contra o mundo irado”. Igreja, para Boenhoeffer, era “Cristo existindo em comunidade”. Mas o que ele via era uma igreja em defesa apenas de seus próprios interesses. Faltava-lhe coração e sentimento de urgência. Em 1938, o Sexto Sínodo da Igreja Confessante promovia o juramento de lealdade civil a Hitler como presente por ocasião de seu aniversário. Foi muito fácil para a Gestapo reconhecer os pouquíssimos desleais, entre eles, Boenhoeffer. “*Será que a Igreja confessante nunca irá aprender que, em questões de consciência, a decisão majoritária mata o*

espírito?” Daí por diante Boenhoeffer foi se delineando publicamente como uma voz discordante. Ele era o que disse Walt Whitman: “numa terra de fugitivos, quem caminha na contramão parece estar fugindo”.

Numa manhã de abril de 1945, Boenhoeffer foi enforcado, sob o testemunho de um médico chocado com sua serenidade frente à própria morte. Ele conta que o viu orando ajoelhado com profunda devoção. “Naquele lugar de execução, ele novamente Fez uma pequena oração e então subiu os degraus para a forca; corajoso e sereno. Nos quase cinquenta anos em que trabalhei como médico, creio que jamais vi um homem morrer tão completamente submisso à vontade de Deus”. Três semanas depois, Hitler se suicidaria e a guerra na Europa chegaria ao fim.

Em se tratando, todavia, de um regime democrático, eu não tenho a menor dúvida quanto a dizer que Paulo não hesitaria em usar da plenitude de seus direitos civis e constitucionais a fim de reivindicar que a justiça fosse feita em todos os níveis e escalões da vida e do exercício do poder na nação para a promoção do bem e sempre que aqueles que “são incumbidos” de o fazerem não o fizerem. Ora, isso inclui, claro, a Presidência da República. Já dizia Santo Agostinho que “sem justiça, que são os reinos senão grandes bandos de ladrões?”

Neste ponto, gostaria de dizer uma coisa aos meus amados irmãos que vêem Romanos 13 como um texto que induz o cristão à subserviência em qualquer circunstância. Em um regime democrático, onde a Constituição é o paradigma de autoridade, desobedece-se a Romanos 13 não quando se pede o *impeachment* de um presidente da república envolvido com as mais sórdidas expressões de corrupção e abuso de poder, mas quando se apóia de forma irrestrita a permanência de tal pessoa no poder. Nessa mesma sociedade, desobedece-se a Romanos 13 quando se apóia a ditaduras e a tiranias. Romanos 13, no mundo contemporâneo, só pode ser obedecido quando nossa cidadania respeita a Constituição até onde nossa Constituição não pedir de nós uma obediência que desobedeça a bondade, a misericórdia, a verdade, ou seja, a Constituição não pode se chocar com o bem que a obediência à bondade de Jesus produz. Não é uma obediência religiosa, de fruição subjetiva, apenas. Nem mesmo a fé pode se arrogar a fazer o mal em nome do bem. O mal é o mal. E não se requer nominar-se o bem com nenhum adjetivo, inclusive o de “cristão”. Jesus fez o bem e ponto final. O bem não tem religião, nem ideologia.

No livro “The Heritage of the Reformation”, T. M. Taylor nos diz que *“a obediência que o cristão deve ao Estado jamais é absoluta mas, no máximo, parcial e contingencial. Segue-se que os cristãos vivem sempre numa tensão entre as duas reivindicações rivais: que em certas circunstâncias, a desobediência à ordem do Estado pode não somente ser um direito, mas também um dever. Esta sempre foi uma doutrina cristã clássica, desde que os apóstolos declararam que deviam obedecer a Deus antes que aos homens.”*

Nesse sentido, o bem é anarquista. Ele antecede aos poderes e prescinde deles. Se olharmos para Jesus, veremos que ele fez o que fez à revelia da anuência do *status quo*. Jesus não pediu licença para fazer o bem. Não consultou qualquer cartilha ou protocolos de bons modos. Nem mesmo a lei lhe era um parâmetro pra isso. Ele curou no sábado. Considerando

que fé e governo civil se misturavam, considerando que templo era uma entidade de poder pública, Jesus foi um flagrante desobediente civil no tocante a fazer o bem ainda que para isso tivesse que contrariar esse *status*. Nunca houve da parte dele qualquer conflito nesse particular.

Preste atenção: em um regime democrático, onde a autoridade máxima é a Constituição, desobedece-se a Romanos 13 não quando se pede o impeachment de um presidente da República envolvido com as mais sórdidas expressões de corrupção e abuso de poder, mas sim quando se dá apoio a tal mandatário, em detrimento da obediência exemplar. E mais, nessa mesma sociedade, desobedece-se a Romanos 13 quando se dá apoio a ditaduras e a tiranias. Romanos 13, no mundo moderno, só pode ser obedecido quando nossa cidadania respeita a Constituição até quando a Constituição não pedir de nós uma obediência que se choque com a obediência que eu e você devemos ao Senhor Jesus e seu evangelho.

Assim é que nós podemos dizer que o Estado tem o direito de exigir obediência somente dentro dos limites da lei e enquanto ele mesmo à ela (a lei) está sujeito. Deve-se dizer portanto que o cristão não apenas pode, mas deve resistir ao Estado quando ele se colocar na posição absoluta ou quando nele se “assentar” alguém que pretenda estar acima da lei de Deus e da lei dos homens.

“Antes de tudo, pois, exorto que se use a prática de súplicas, orações, intercessões, ações de graças, em favor de todos os homens, em favor dos reis e de todos os que se acham investidos de autoridade, para que vivamos vida tranquila e mansa, com toda piedade e respeito. Isto é bom e aceitável diante de Deus, nosso Salvador, o qual deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade”.
(1 Tm 2:1-4)

Esse é mais um dos textos neotestamentários que têm sido usados com a finalidade de manter os cristãos em estado de permanente subserviência para com qualquer tipo de autoridade ou regime. Isso porque se alega que se Deus manda orar pelas autoridades, então é porque não se deve jamais entendê-los como inimigas de Deus.

Como já vimos, a autoridade, seja ela o rei, seja o presidente, seja o primeiro ministro, sejam juízes ou magistrados, todos eles foram instituídos por Deus visando a gestão dos interesses públicos e ordenação da sociedade, para que a sociedade não mergulhe na não governabilidade. Assim é que nós podemos dizer com bastante consciência que Deus repudia com igual força os extremos da ação política: ele abomina o absolutismo de um governo tirano, tanto quanto repudia a anarquia irreverente e inviabilizadora do projeto de uma sociedade onde haja ordem e justiça.

A recomendação de Paulo no sentido de que se ore pelas autoridades está longe de ser na perspectiva do Jeca Tatu, “deixa estar para ver como é que fica”. E mais, tal compromisso intercessório não visava esvaziar os cristãos de seu conteúdo moral e ético em sua apreciação do mundo e da sociedade.

De fato, o que Paulo estava fazendo era estimular aos cristãos no sentido de que exercessem seu papel sacerdotal diante desse mundo alienado de Deus. É por esta razão que Paulo diz que “isso é bom e aceitável diante de Deus nosso Salvador”.

Reis e autoridades pertencem à ordem social de Deus, mas não à ordem da salvação. Eles são apenas instrumentos de Deus, na sua graça recebem – como qualquer um de nós – seus favores, e são por ele estabelecidos para a governança do mundo. Ainda a Timóteo, Paulo está dizendo aos cristãos que orem pelas autoridades porque somente eles podem orar por elas. Incrédulos não oram. “Gente boa de Deus” deve ter na oração uma das partes mais importantes do exercício de sua cidadania nesta terra. Orar pela sociedade é uma das mais profundas manifestações de engajamento social que a igreja pode assumir com relação ao poder.

As razões de tais “súplicas, orações, intercessões e ações de graça” são duas: “para que vivamos vida tranquila e mansa, com toda piedade e respeito”; e ainda, porque Deus “deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade”. Ora, ambas as razões para a oração pelas autoridades pressupõem aspectos negativos com relação às autoridades. No primeiro caso, Paulo afirma a tendência terrível que habita os governos humanos no sentido de se afastarem dos ideais políticos de produzir uma sociedade marcada por “piedade e respeito”. Em outras palavras, Paulo está dizendo que se não orarmos, há uma tendência intrínseca no coração do poder que o inclina os poderosos à corrupção. Não se deve orar pela autoridade para que ela – não importando sua ética e governo – seja mantida no poder. Ao contrário, tais orações têm objetividade ética e clamam diante de Deus no sentido de que a justiça seja a marca dos projetos políticos dos que governam. Quando as autoridades de que deviam produzir as condições para que a sociedade se organize em “*respeito e piedade*” assumem posturas que apontam em outra direção, então a oração dos santos deve ser como a de Elias, que ora para que o “céu se feche”, ou como dos que clamam “debaixo do altar” dizendo “até quando... não vingas o nosso sangue interrogação

O segundo aspecto embutido nas razões para se orar pela autoridade é a perdição espiritual da autoridade. Ora, Paulo sabia que os cristãos viveriam quase sempre em contextos pagãos e que, na maioria das vezes, suas autoridades não seriam pessoas rendidas a Cristo. Esse é o grande paradoxo: gente “salva” sujeita a autoridades “não salvas”. “Pois todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus...” é por isso também que devemos orar por nossas autoridades. Estamos no mesmo barco da existencialidade sob o signo da pecaminosidade, a diferença é que eles exercem governo sobre nós, então o que fazem ou deixam de fazer dizem respeito a nós.

Talvez seja em função de tal relatividade que Paulo não usa uma única palavra para definir que tipo de prece os cristãos deveriam fazer pelas autoridades. Ao contrário, ele diz que poderiam ser “*súplicas, orações, intercessões ou ações de graça*”. Aqui há atitudes espirituais diferentes no exercício da espiritualidade que fala com Deus acerca da autoridade. Pode-se suplicar a seu favor. Pode-se orar regularmente por sua vida. Pode-se interceder por seus objetivos ou contra suas ações equivocadas. E, ainda, pode-se oferecer ações de graça pelos acertos e boas providências oriundas de governos e governantes justos e generosos.

Em minha maneira de ver, essas são as implicações de uma leitura simples do texto. Também é minha convicção pessoal que quando a igreja (igreja corpo de Cristo, não igreja instituição) assume tal postura, seu culto a Deus é muito mais racional e consciente. E como resultado disso, sua presença na sociedade é muito mais efetiva e abençoadora.

“Sujeitai-vos a toda instituição humana por causa do Senhor, quer seja ao rei, como soberano, quer às autoridades, como enviadas por ele, tanto para castigo dos malfetores como para louvor dos que praticam o bem. Porque assim é a vontade de Deus, que, pela prática do bem, façais emudecer a ignorância dos insensatos; como livres que sois, não usando, todavia, a liberdade por pretexto da malícia, mas vivendo como servos de Deus. Tratai todos com honra, amai os irmãos, temei a Deus, honrai o rei. Servos, sede submissos, com todo o temor ao vosso senhor, não somente se for bom e cordato, mas também ao perverso; porque isto é grato, que alguém suporte tristezas, sofrendo injustamente, por motivo de sua consciência para com Deus”.
(I Pe 2:13-19)

Este talvez seja o mais difícil de todos os textos sobre a relação dos cristãos com as autoridades constituídas. Isso porque, aparentemente, o apóstolo Pedro estimula os cristãos a se submeterem mesmo que seja aos perversos, dizendo que isto *“isto é grato a Deus”*. Assim é que muitos irmãos, à luz dessa passagem, acham que é seu dever assumirem uma postura totalmente silenciosa ante os abusos de autoridade.

Enfatizo novamente que devemos fazer um exercício de conciliação entre a doutrina dos apóstolos e a prática apostólica. Ou seja, a melhor maneira de entender o que os apóstolos estão dizendo é vendo como eles viveram aqueles princípios na sua experiência histórica.

Ora, tendo isso em mente, nós temos que evocar a experiência de Pedro com relação às autoridades. Inicialmente, temos que dizer que Pedro passou por uma profunda mudança de atitude com relação àqueles que detinham o poder. É fácil verificar que no início de sua vida como discípulo de Jesus, Pedro não era aquilo que nós poderíamos chamar de um discípulo cordato e manso. Ao contrário, seu temperamento era explosivo e sua atitude política era significativamente radical. A tal ponto que alguns comentaristas bíblicos até mesmo já tentaram vinculá-lo ao grupo de extrema esquerda chamado de *“os sicários”*. E a razão é simples: a adaga que Pedro estava usando quando cortou a orelha do criado do sumo sacerdote era marca registrada do movimento desse grupo extremista que buscava a independência de Israel pela via da força e do terrorismo.

No entanto, depois da experiência pentecostal (Atos 2), não se vê o mesmo Pedro em ação. Trata-se agora de um homem intrépido, porém manso. Corajoso, porém comedido. Resoluto, porém prudente. Esse novo Pedro é que recomenda os princípios acima transcritos em sua epístola. Por quê: *“por causa do Senhor”*. Não o Senhor como uma *“causa”*, mas como causa, ou seja, motivação, consequência, origem, por quê. Não é o que nós fazemos o que nos justifica ou nos define, o Senhor é quem justifica o que fazemos. Ele é a causa de tudo, porque nele *“existimos e nos movemos”*.

O Pedro que recomenda “sujeição” às autoridades está longe, todavia, de estar recomendando a subserviência aética aos poderes deste mundo. Digo isso por uma razão muito simples: o Pedro que o N.T. nos apresenta de Atos em diante nunca abriu mão de um único princípio do reino de Deus a fim de satisfazer as demandas “legais” que se chocassem com o evangelho e com sua fidelidade a Cristo. Se o Senhor dá causa a tudo, e sendo ele “amor”, então o sujeitar-se por causa do Senhor é sujeitar-se ao amor por causa do amor. É impossível ser “por causa do Senhor” contra “o Senhor”. Ele é a causa.

Em Atos dos Apóstolos, vemo-lo ameaçado caso continuasse a pregar, mas ele continuou mesmo assim. Preso por curar doentes, continuou a curar. Foi encarcerado em razão do oportunismo político de Herodes, porém liberto por um ato da soberania de Deus quando um anjo abriu a porta do cárcere. Daí em diante ele foge das autoridades até que as coisas se acalmem.

A simples leitura de Atos nos mostra um Pedro que nunca transigiu diante da autoridade quando esta pedia dele que abandonasse princípios superiores. Quando tal lhe foi pedido ele não hesitou em dizer: “julgai se é justo diante de Deus ouvir-vos antes a vós outros do que a Deus” (At 4:19). E mais: a pregação de Pedro, acusando as autoridades de terem cometido um homicídio legal ao matarem a Jesus, era profundamente político aos ouvidos dos acusados. Para Pedro, porém, tratava-se de uma mensagem profética, oriunda de sua fidelidade a Deus. Aos judeus, entretanto, tratava-se de um discurso subversivo. “Que nenhum de vós padeça como homicida, ou ladrão, ou malfeitor, ou como o que se entremete em negócios alheios; Mas, se padece como cristão, não se envergonhe, antes glorifique a Deus nessa parte”, escreveu Pedro mais tarde, e podemos concluir, “por causa do Senhor”.

Quanto ao discurso subversivo de Pedro, deve-se afirmar que não havia a menor possibilidade de que a mensagem do evangelho fosse ouvida pelas autoridades do primeiro século, como qualquer outra coisa que não uma mensagem política. Num contexto no qual o Imperador era o Rei dos reis e Senhor dos senhores, e onde as autoridades religiosas judaicas eram também a expressão do poder político delegado por Roma, a mensagem da igreja, afirmando um único Senhor, um único Nome acima de todo nome, um único poder acima de todos os outros, era profundamente destabilizadora e perigosa ao *establishment*. E mais: a igreja só sobreviveu nos primeiros séculos porque os apóstolos e os pais da igreja estavam dispostos a desobedecer a autoridade sempre que para obedecê-las eles tivessem que violentar suas consciências diante de Deus.

No fim da vida, Pedro deu o exemplo supremo de que “antes importa obedecer a Deus do que aos homens”. Isso porque a fim de manter sua consciência limpa para com Deus ele foi martirizado, provando a morte que o Estado lhe infligira, Pedro morria por amor a Jesus. O Estado, porém, o matava na condição de criminoso político.

Ora, é com esse *background* histórico que se deve ler I Pedro 2:13-18.

No texto acima referido Pedro está de fato ensinando coisas muito parecidas com aquelas ensinadas por Paulo em Romanos 13. Senão, veja:

1. Ele também vincula a autoridade à instituição divina. Sinalizando assim, à semelhança de Paulo, na direção de uma sociedade futura onde as instituições fossem despersonalizadas: “sujeitai-vos a toda instituição humana”. Quando ele diz “quer ao rei... quer às autoridades...”, ele está também dizendo que os modelos do exercício da autoridade mudam na história. Em outras palavras: seja qual for o modelo de sociedade, os cristãos devem ser cidadãos ordeiros e responsáveis. Ora, como já vimos, numa democracia, a autoridade superior não é uma pessoa, como no absolutismo, mas a Constituição. Portanto, é a ela que se deve obediência e respeito enquanto ela não exigir algo que nos oponha ao evangelho. As demais autoridades têm seu poder pela sua obediência a essa Carta Social.
2. Pedro também pensa na autoridade como tendo necessidade de manifestar a lei de causa e efeito moral acerca da qual Paulo nos fala em Romanos 13: as autoridades “são para castigo dos malfeitores, como para louvor dos que praticam o bem”.
3. O apóstolo também parece entender que havia muita insensatez na prática da legalidade nos seus dias. Digo isso porque ele afirma que é intenção de Deus que “pela prática do bem” os cristãos “fizessem emudecer a ignorância dos insensatos”. Ora, aqueles aos quais ele faz menção como tendo o poder de julgar os cristãos, no contexto, são as autoridades. Assim é que Pedro não tem uma visão romântica acerca dos homens públicos.

Ora, isso é o que Pedro diz acerca das autoridades. No entanto, ele também ensina como os cristãos deveriam se portar frente a elas:

1. **Liberdade responsável:** os crentes deveriam usar a plenitude de seus direitos constitucionais garantidos pela sociedade, mas sem jamais transformarem sua liberdade num exercício anárquico ou libertino de seus direitos (v. 12, 15);
2. **Hierarquia social:** Pedro diz algo impressionante sobre uma determinada ordem visível de prioridades: “Tratai a todos com honra, amai os irmãos, temei a Deus, honrai o rei”. Numa visão nossa, possivelmente, teríamos escrito o texto na seguinte ordem: temei a Deus, honrai ao rei, amai aos irmãos e tratai a todos com honra. Assim, Deus, o rei, os irmãos e o resto da humanidade figurariam em nossa lista de prioridades sociais. Ora, o texto no seu contexto está falando dos **deveres sociais** decorrente do exercício da cidadania responsável. É, portanto, um texto **horizontal**. Bem, quando se pensa no texto de Pedro na perspectiva social, ele não podia estar melhor “hierarquizado”. A razão é simples: do ponto de vista de Jesus, em Mateus 25:31-46, Deus quer ser servido nas nações através do trato responsável e solidário que se tenha uns pelos outros, vendo-se Cristo no próximo. Assim é que na história, deus não quer estar na frente. Ele quer o próximo tenha a primazia. Nosso amor por Deus, já dizia João, só pode ser visto mediante nosso amor ao próximo.

Nessa sequência vêm então os irmãos na fé. Depois é a vez do culto a Deus. Aí, então, por último, vem a honra do rei. Ora, tal hierarquia, também hierarquiza minha obediência. Ou seja, eu não posso obedecer a um mandamento inferior na hierarquia se este me fizer desobedecer a um superior. Em outras palavras, eu não devo obedecer ao rei quando para isso eu tiver que desonrar o próximo ou meu irmão. Mas venhamos e convenhamos, nem mesmo o mundo pós-iluminista exigiria um comportamento desses de nenhum de nós. Isso, no mundo de hoje, é possível ocorrer especialmente em ditaduras teocráticas e messiânicas.

Eu sei que você está se perguntando onde Deus fica nessa hierarquia. Está abaixo do próximo na hora de fazer minha escolha? Obviamente, não! Deus não será jamais parte de seu dilema a respeito de a quem honrar porque não há nada que o genuíno amor ao próximo faça que seja contra o próximo e incompatível com a vontade de Deus. Além disso não há nada que Deus peça que não implique no bem do próximo. Deus está no próximo! Quanto ao rei, no entanto, o mesmo não se pode dizer. Em um regime absolutista, frequentemente o rei é “desobedecível”. Nem sempre é possível obedecê-lo. Quase sempre, obedecê-lo seria incompatível com amar aos irmãos, especialmente se esses forem fracos e oprimidos.

Sei que, para alguns, tal raciocínio parece herético. No entanto, ele faz sentido com os evangelhos e com os textos de João mais do que qualquer outro pensamento. O evangelho um dia também pareceu herético. E para ser bem verdadeiro, em muitos meios religiosos, especialmente de confissão evangélica, hoje em dia, ainda o é.

3. **A consciência como juiz:** nesse ponto o conselho do apóstolo é no sentido de que a conduta do cristão frente ao rei não deveria jamais ser por causa do rei em si mesmo. Pelo contrário, o pagamento de impostos, a obediência civil etc. deve ser resultado de uma consciência para com Deus e para com a vida em coletividade. A lei é a objetividade; a consciência, a subjetividade. No caso dos cristãos, elas não se anulam, mas se reforçam. Paulo disse em Romanos 13: “é necessário que estejais submissos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência”. Quando diz “não somente”, Paulo deixa claro que a submissão não prescinde do temor da punição também, mas ao mesmo tempo deixa claro que a consciência vai além dela. Não há virtude se tal obediência for apenas por medo da punição. Pedro evoca a consciência na mesma perspectiva. Ele diz que os crentes deveriam suportar a injustiça e ainda assim serem bons cidadãos pelo fato de que sua cidadania era vivida tendo como referência o próprio Deus (18, 19). Aqui, no entanto, não há nenhuma recomendação no sentido de que num regime do povo, onde a Constituição é a autoridade sobre as autoridades, deva-se suportar de maneira calada os atos de injustiça social que são perpetrados contra o próximo. Pedro está se referindo à atitude dos “escravos” com relação aos seus “senhores”. Nas democracias modernas não há escravos nem senhores. Os próprios patrões não devem jamais ser vistos como os “senhores” dos empregados. Eles, os empregados, devem considerações e performance honesta no trabalho. Quanto aos patrões, espera-se que tratem seus

empregados com dignidade e que os façam partilhar de salários condignos com a honradez de se estar vivo.

Na minha opinião, portanto, I Pedro 2:18-19 não pode ser evocado a fim de justificar o mutismo dos cristãos frente à perversidade institucionalizada. Trata-se de um texto aplicado ao contexto de escravidão e que nos deixou princípios permanentes de como reagir a questões nas quais nos vejamos perseguidos e estejamos em situação de impotência legal para nos vermos livres do problema.

O APOCALIPSE E OS PODERES CONSTITUÍDOS.

Nós temos visto até este ponto aqueles textos que são geralmente evocados para justificar o quietismo e omissão dos cristãos frente à iniquidade das autoridades. Agora, entretanto, chegou a hora de olharmos para o outro lado da questão. Este é o momento de vermos o que o N.T. diz respeito ao dever dos cristãos quanto a confrontarem os poderes que se tornam tiranos e expressões de anti-vida e anti-Cristo.

O Apocalipse de João é este texto por excelência. Nele, em vez de apenas termo um texto sobre o futuro, temos o mais profundo de todos os textos quanto a debulhar fenômenos que compõem a história presente.

Quando João escreveu o Apocalipse, ele se encontrava em Patmos, uma ilha do mar Egeu para onde eram banidos os inimigos do império, os presos políticos. Ora, como já vimos, era nessa condição que os apóstolos eram tidos no primeiro século.

Banido em Patmos, João recebe uma revelação da parte de Jesus Cristo. E tal revelação chega como palavra de estímulo e perseverança a fim de que tanto ele como a igreja não vergassem ante as opressões que os fustigavam.

De fato, as dificuldades eram múltiplas. O cristianismo, com sua visão a respeito do senhorio absoluto de Cristo, era totalmente incompatível com o “absolutista” imperador. Por esta razão, não demoraram a as perseguições começaram a se acirrare contra os cristãos.

É em tal contexto em mente que você deve ler todo o livro do Apocalipse e, especialmente, os capítulos que seguem transcritos.

“Vi emergir do mar uma besta que tinha dez chifres e sete cabeças e, sobre os chifres, dez diademas e, sobre as cabeças, nomes de blasfêmia. A besta que vi era semelhante a leopardo, com pés como de urso e boca como de leão. E deu-lhe o dragão o seu poder, o seu trono e grande autoridade. Então, vi uma de suas cabeças como golpeada de morte, mas essa ferida mortal foi curada; e toda a terra se maravilhou, seguindo a besta; e adoraram o dragão porque deu a sua autoridade à besta; também adoraram a besta, dizendo: Quem é semelhante à besta? Quem pode pelejar contra ela? Foi-lhe dada uma boca que proferia arrogâncias e blasfêmias e autoridade para agir quarenta e dois meses; e abriu a boca em blasfêmias contra Deus, para lhe difamar o nome e difamar o

tabernáculo, a saber, os que habitam no céu. Foi-lhe dado, também, que pelejasse contra os santos e os vencesse. Deu-se-lhe ainda autoridade sobre cada tribo, povo, língua e nação; e adorá-la-ão todos os que habitam sobre a terra, aqueles cujos nomes não foram escritos no Livro da Vida do Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo. Se alguém tem ouvidos, ouça. Se alguém leva para cativo, para cativo vai. Se alguém matar à espada, necessário é que seja morto à espada. Aqui está a perseverança e a fidelidade dos santos. Vi ainda outra besta emergir da terra; possuía dois chifres, parecendo cordeiro, mas falava como dragão. Exerce toda a autoridade da primeira besta na sua presença. Faz com que a terra e os seus habitantes adorem a primeira besta, cuja ferida mortal fora curada. Também opera grandes sinais, de maneira que até fogo do céu faz descer à terra, diante dos homens. Seduz os que habitam sobre a terra por causa dos sinais que lhe foi dado executar diante da besta, dizendo aos que habitam sobre a terra que façam uma imagem à besta, àquela que, ferida à espada, sobreviveu; e lhe foi dado comunicar fôlego à imagem da besta, para que não só a imagem falasse, como ainda fizesse morrer quantos não adorassem a imagem da besta. A todos, os pequenos e os grandes, os ricos e os pobres, os livres e os escravos, faz que lhes seja dada certa marca sobre a mão direita ou sobre a fronte, para que ninguém possa comprar ou vender, senão aquele que tem a marca, o nome da besta ou o número do seu nome. Aqui está a sabedoria. Aquele que tem entendimento calcule o número da besta, pois é número de homem. Ora, esse número é seiscentos e sessenta e seis". (Ap 13)

Apocalipse 13 é outro lado da moeda de Romanos 13. Lá, Paulo vê a autoridade como ministro de Deus para o bem. Quando, porém, a autoridade se torna tirana e iníqua, a Bíblia diz que ela se torna inimiga de Deus.

A linguagem usada por João é outra, é simbólica. No entanto, é possível perceber algumas coisas essenciais neste simbolismo. Primeiro, ele estava se referindo ao poder político de seus dias. Ele denunciava o Império Romano como uma força monstruosa que emergira do mar. Segundo, ele falava de um poder político ainda por vir. Ou seja, a grande Babilônia era a Roma histórica, mas a Roma histórica não era ainda a grande Babilônia escatológica. Entendeu? Preste atenção: a Babilônia do denunciava, no primeiro século, a Roma histórica. Entretanto, a Roma histórica não esgotava a significação escatológica relacionada à grande Babilônia. A grande Babilônia ainda está por vir. Ou, quem sabe, já está presente entre nós.

As alusões aos dez chifres e às sete cabeças deixam claro que ele está se referindo aos césores romanos (10 chifres) e à Roma (sete cabeças, também sete colinas). As descrições feitas de maneira poderosa: tal poder político era um híbrido de forças históricas: leopardo, urso e leão, são apenas maneiras de significar tal poder hibridizado. Roma era uma síntese do poder político disponível no universo da história. No entanto, o poder político de Roma (autoridade), não vinha de Deus, mas do Dragão, do diabo (13:2). Veja como autoridade nem sempre vem de Deus, salvo, claro, no sentido ontológico.

É possível que uma autoridade seja representante do inimigo de Deus.

Uma das características desse poder “contra” Deus é sua capacidade de se constituir filosoficamente em oposição a Deus. Ora, tal oposição não precisa ser explícita. As blasfêmias que denominam as cabeças de tal poder não tem que ser declarações atérias. São, no entanto, manifestações de calores contrários aos valores do reino de Deus.

Agora, nos versos 3 e 4 do capítulo 13, vem a declaração que mais deveria angustiar os cristãos na sua relação com o Estado. Ora, o que João diz é justamente o oposto do que muitos cristãos pensam. De fato, o que ele afirma é que na nossa ânsia de nos submetemos às autoridades, nós temos que tomar cuidado para não nos curvamos diante da Besta, do poder político cuja autoridade vem do Dragão. O Apocalipse mostra que ter autoridade não é sinônimo de investidura divina.

Os sinais desse poder político diabólico são basicamente os seguintes:

1. **Arrogância e blasfêmias:** o Apocalipse repete de maneira quase cansativa que a Besta (poder político), é arrogante e blasfema. Ou seja, todo poder político que se construa com base na ufania autoglorificante, bem como em valores que agredem o evangelho, estão de alguma forma, em maior ou menor grau, antecipando aquele sistema político que será o cumprimento pleno da presença da Besta no mundo (v. 1, 6).
2. **Perseguição aos cristãos:** aqui, outra vez, as repetições são frequentes. O governo da Besta será hostil contra a fé. No entanto, toda hostilidade à fé prenuncia este poder ainda por manifestar-se em plenitude (v. 6, 7).
3. **Globalização política:** não houve um único poder político que tenha se universalizado e que não tenha se tornado profundamente maligno. Em toda a história humana foi e nos nossos dias ainda é assim. O governo da Besta vai se caracterizar por uma total globalização de sua autoridade política sobre as nações da terra (v. 7b).
4. **Absolutização Ideológica:** o governo da Besta será fortemente marcado pelo culto ao Estado. Assim como Roma era cidade-panteão e nela o Estado era cultuado na pessoa do Imperador, assim também o governo da Besta se fará cultuar. No entanto, há algo a ser dito: as formas de culto ao Estado variam de sociedade para sociedade e de geração para geração. No entanto, a marca mais distintiva deste culto é o curvar subserviente à ideologia do estado. Cristãos, portanto, deveriam sempre ter todo o cuidado nas suas adesões ideológicas. E a razões é simples: todos nós corremos o risco de estarmos nos curvando ante um poder cujas origens não nasceram em Deus. Esta será sempre a grande sedução da Besta: a sedução ideológica (v. 8). Neste aspecto, João diz que somente a compreensão de que nossa lealdade histórica é o pode salvar os cristãos de caírem escravos do fascínio da besta (v. 8b).
5. **Fé a serviço do Estado:** neste ponto nós somos apresentados a um dos maiores perigos aos quais a fé está sujeita: o perigo de existir para legitimar regimes tirânicos, iníquos e malignos. Esse tema é trazido para a nossa discussão com a chegada de mais um personagem para o cenário apocalíptico: o falso profeta.

“Vi ainda outra besta emergir da terra; possuía dois chifres, parecendo cordeiro, mas falava como dragão. Exerce toda a autoridade da primeira besta na sua presença. Faz com que a terra e os seus habitantes adorem a primeira besta, cuja ferida mortal fora curada. Também opera grandes sinais, de maneira que até fogo do céu faz descer à terra, diante dos homens. Seduz os que habitam sobre a terra por causa dos sinais que lhe foi dado executar diante da besta, dizendo aos que habitam sobre a terra que façam uma imagem à besta, àquela que, ferida à espada, sobreviveu; e lhe foi dado comunicar fôlego à imagem da besta, para que não só a imagem falasse, como ainda fizesse morrer quantos não adorassem a imagem da besta. A todos, os pequenos e os grandes, os ricos e os pobres, os livres e os escravos, faz que lhes seja dada certa marca sobre a mão direita ou sobre a fronte, para que ninguém possa comprar ou vender, senão aquele que tem a marca, o nome da besta ou o número do seu nome. Aqui está a sabedoria. Aquele que tem entendimento calcule o número da besta, pois é número de homem. Ora, esse número é seiscentos e sessenta e seis”. (Ap 13:11-18)

Esta nova personagem trazida à cena por João é aquela que significa a maior tentação à igreja. No primeiro século poderia significar a ligação do estado com o poder religioso. A força dessa descrição é tão poderosa que não tem sido raro, na história da igreja, a interpretação desse poder como sendo a religião a serviço do poder político, na intenção de legitimar as ações de um estado demoníaco.

Eu disse que aqui reside nossa maior tentação pela seguinte razão: a igreja não corre o risco de se tornar a Besta que emerge do mar. Corre apenas o risco de não discerni-la nas suas manifestações políticas e, assim, render-se ao seu poder e cultuar sua ideologia. Todavia, a Besta que emerge da terra constitui uma terrível tentação para a igreja. Você sabe por que? Porque esse segundo poder é um poder religioso legitimador de forças políticas malignas. Veja como se diz que parecia “cordeiro, mas falava como dragão” (v. 11). A função desse poder religioso é se tornar propagandista do poder político. Assim é que ele existe para convencer os homens a se curvarem ante o poder desse Estado satânico (v. 12-14).

Quando disse que se tratava de uma tentação à igreja, eu não me referia à igreja “corpo de Cristo”, mas ao cristianismo como sistema religioso. Ora, não se deve considerar como coisa simples e desprezível o fato de que esse poder religioso a serviço da política pareça “cordeiro”. Ou seja, há aqui a evocação de um símbolo muito forte no livro do Apocalipse. No livro, o cordeiro PE sempre relacionado a Jesus e aos poderes espirituais. Assim é que um dos quatro seres viventes tem a semelhança do novilho (4:7) e o cordeiro é sempre Jesus. Em sendo assim, é possível que João estivesse dizendo aos cristãos que a grande tentação da igreja seria sempre a tentação de legitimar os poderes políticos vigentes. E mais: essa tentação poderia um dia vir a ser fatal para a parte visível da igreja que viesse a ser legitimadora dessa potestade política.

A religião tem sido o poder que mais tem seduzido os homens a se curvarem diante dos poderes políticos. Uma rápida olhada na história nos deixa ver tal fato com evidência

incontestável. É a religião a maior propagandista do Estado. É também a religião que geralmente faz o estado, enquanto ser inanimado, ganhar voz de autoridade divina (v. 15). O falso profeta faz estátuas falarem.

Além disso, a absolutização do dever para com o Estado imposto pela religião, é o que conduz o estado a assumir o papel de senhor absoluto da economia. É fácil verificar que em inúmeras ocasiões históricas foi a igreja quem justificou as políticas de tirania econômica do Estado:

“A todos, os pequenos e os grandes, os ricos e os pobres, os livres e os escravos, faz que lhes seja dada certa marca sobre a mão direita ou sobre a frente, para que ninguém possa comprar ou vender, senão aquele que tem a marca, o nome da besta ou o número do seu nome”.

Ora, tudo o que eu tenho tratado até aqui como fenômenos históricos pontuais, um dia se realizará plenamente na história global. Hoje, entretanto, em qualquer lugar do planeta, as marcas desse poder já estão no mundo, mas ainda difuso e de forma acanhada e incompleta.

A CAPITAL DA PERVERSÃO POLÍTICO-ECONÔMICA DA HISTÓRIA HUMANA.

Nós já vimos quais as marcas do poder político diabólico. Agora vamos ver quais são suas concreções históricas mais evidentes.

“Veio um dos sete anjos que têm as sete taças e falou comigo, dizendo: Vem, mostrar-te-ei o julgamento da grande meretriz que se acha sentada sobre muitas águas, com quem se prostituíram os reis da terra; e, com o vinho de sua devassidão, foi que se embebedaram os que habitam na terra. (...) Porque em seu coração incutiu Deus que realizem o seu pensamento, o executem à uma e dêem à besta o reino que possuem, até que se cumpram as palavras de Deus. A mulher que viste é a grande cidade que domina sobre os reis da terra. (...) Depois destas coisas, vi descer do céu outro anjo, que tinha grande autoridade, e a terra se iluminou com a sua glória. Então, exclamou com potente voz, dizendo: Caiu! Caiu a grande Babilônia e se tornou morada de demônios, covil de toda espécie de espírito imundo e esconderijo de todo gênero de ave imunda e detestável, pois todas as nações têm bebido do vinho do furor da sua prostituição. Com ela se prostituíram os reis da terra. Também os mercadores da terra se enriqueceram à custa da sua luxúria. Ouvi outra voz do céu, dizendo: Retirai-vos dela, povo meu, para não serdes cúmplices em seus pecados e para não participardes dos seus flagelos; porque os seus pecados se acumularam até ao céu, e Deus se lembrou dos atos iníquos que ela praticou. Dai-lhe em retribuição como também ela retribuiu, pagai-lhe em dobro segundo as suas obras e, no cálice em que ela misturou bebidas, misturai dobrado para ela. O quanto a si mesma se glorificou e viveu em luxúria, dai-lhe em igual medida tormento e pranto, porque diz consigo mesma: Estou sentada como rainha. Viúva, não sou. Pranto, nunca hei de ver! Por isso, em um só dia, sobrevirão os seus flagelos: morte, pranto e fome; e será consumida no fogo, porque poderoso é o Senhor Deus, que a

julgou. Ora, chorarão e se lamentarão sobre ela os reis da terra, que com ela se prostituíram e viveram em luxúria, quando virem a fumaceira do seu incêndio, e, conservando-se de longe, pelo medo do seu tormento, dizem: Ai! Ai! Tu, grande cidade, Babilônia, tu, poderosa cidade! Pois, em uma só hora, chegou o teu juízo. E, sobre ela, choram e pranteiam os mercadores da terra, porque já ninguém compra a sua mercadoria, mercadoria de ouro, de prata, de pedras preciosas, de pérolas, de linho finíssimo, de púrpura, de seda, de escarlata; e toda espécie de madeira odorífera, todo gênero de objeto de marfim, toda qualidade de móvel de madeira preciosíssima, de bronze, de ferro e de mármore; e canela de cheiro, especiarias, incenso, unguento, bálsamo, vinho, azeite, flor de farinha, trigo, gado e ovelhas; e de cavalos, de carros, de escravos e até almas humanas. O fruto sazonado, que a tua alma tanto apeteceu, se apartou de ti, e para ti se extinguiu tudo o que é delicado e esplêndido, e nunca jamais serão achados. Os mercadores destas coisas, que, por meio dela, se enriqueceram, conservar-se-ão de longe, pelo medo do seu tormento, chorando e prateando, dizendo: Ai! Ai da grande cidade, que estava vestida de linho finíssimo, de púrpura, e de escarlata, adornada de ouro, e de pedras preciosas, e de pérolas, porque, em uma só hora, ficou devastada tamanha riqueza! E todo piloto, e todo aquele que navega livremente, e marinheiros, e quantos labutam no mar conservaram-se de longe. Então, vendo a fumaceira do seu incêndio, gritavam: Que cidade se compara à grande cidade? Lançaram pó sobre a cabeça e, chorando e prateando, gritavam: Ai! Ai da grande cidade, na qual se enriqueceram todos os que possuíam navios no mar, à custa da sua opulência, porque, em uma só hora, foi devastada! Exultai sobre ela, ó céus, e vós, santos, apóstolos e profetas, porque Deus contra ela julgou a vossa causa. Então, um anjo forte levantou uma pedra como grande pedra de moinho e arrojou-a para dentro do mar, dizendo: Assim, com ímpeto, será arrojada Babilônia, a grande cidade, e nunca jamais será achada. E voz de harpistas, de músicos, de tocadores de flautas e de clarins jamais em ti se ouvirá, nem artífice algum de qualquer arte jamais em ti se achará, e nunca jamais em ti se ouvirá o ruído de pedra de moinho. Também jamais em ti brilhará luz de candeia; nem voz de noivo ou de noiva jamais em ti se ouvirá, pois, os teus mercadores foram os grandes da terra, porque todas as nações foram seduzidas pela tua feitiçaria. E nela se achou sangue de profetas, de santos e de todos os que foram mortos sobre a terra". (Ap. 17:1, 2, 17-18; 18:1-24)

Jacques Ellul diz que esta grande cidade representada pela concentração de toda a cultura romana, é, de fato, a representação de todo poder dos homens, de todas as formas de civilização e, em todos os tempos. Ela é a síntese da civilização humana.

Roma, no Apocalipse, representa o mundo do homem, criado por ele, exprimindo, com exclusão de qualquer outra tendência, a sua vontade, a sua inteligência, o seu projeto humano, exclusivamente humano, tal como Babilônia foi no passado. O que caracteriza essa cidade é seu poder político, a atividade comercial (os mercadores da terra se enriqueceram com o poder do seu luxo; quando ela cai, os mercadores choram, porque ninguém mais compra os seus carregamentos...), o luxo, o requinte, a beleza, tudo o que poderíamos atualmente chamar de cultura e civilização, a arte: o canto dos tocadores de harpa e dos músicos, dos tocadores de flauta e trombeta... e a produção artesanal ou industrial: nela não se encontrará mais nenhum

artesão, nem jamais se ouvirá o ruído do moinho. Em outras palavras, ela concentra em si toda a atividade humana; e, ainda, é o ponto de encontro de duas poderosas forças históricas: o poder político e o poder econômico. Enfim, é o lugar de felicidade do homem pelo homem e para o homem: a felicidade material e intelectual, a felicidade do luxo e até do amor humano. E a condenação dessa civilização será privada justamente daquilo em função do que ela existe: a voz do esposo e da esposa não mais se ouvirá nela.

Ora, o Apocalipse diz que a tendência que habita as sociedades humanas é esta: viverem um projeto de sociedade humana orientada para o homem, onde o conforto do homem é o referencial dos referenciais, ou seja, o sonho iluminista. João diz que haveria um momento na história humana no qual todas as nações da terra se renderiam a esse ideal (17:15-18; 18:3, 9, 11-13).

Não, nada de errado em buscar conforto material. A denúncia do Apocalipse é o conforto como fim da existência.

A queda de tal sistema acontecerá em um dia. Nesse dia haverá choro entre as nações da terra. O pranto dos reis e mercadores é o lamento dos que mais se serviram de tal sistema político-econômico (18:9-12). Esse poder político-econômico que pretensamente existe para satisfação de todos os desejos da alma humana é, paradoxalmente, a força que mais escraviza o homem. Essa escravização atinge o nível mais profundo do ser, a alma. É por isso que se diz que em Babilônia as “almas humanas” (18:13) eram objeto de “mercadoria” (18:11 e 12).

Aqui surge um princípio importantíssimo: toda sociedade humana que existe para se auto-satisfazer acabará fazendo do homem produto de consumo, e de sua felicidade, mercadoria a se comprar. Quanto mais se tenha na sociedade instrumentos de manipulação da mente humana, tanto mais próxima do projeto final da grande Babilônia essa sociedade estará. A grande Babilônia é a sociedade na sua mais profunda sofisticação quanto a escravizar os homens pela via de seus desejos manipulados e dirigidos na perspectiva da auto-satisfação. Na grande Babilônia, a grande droga é a empedernida busca da felicidade, do homem pelo homem, nada sem, nem além do homem. Nessa sociedade, os deuses existem a serviço desse homem. E mai: essa filosofia de vida atinge seu clímax no cruzamento dela com os poderes mais explícitos das trevas: “todas as nações foram seduzidas pela sua feitiçaria” (18:23). Em tal sociedade, verdadeiros profetas e apóstolos não são celebridades (18:20): “nela se achou sangue de profetas, de santos e de todos que foram mortos sobre a terra”(18:24).

O apocalipse termina sua visão dos poderes deste mundo de maneira esmagadoramente forte:

“Vi o céu aberto, e eis um cavalo branco. O seu cavaleiro se chama Fiel e Verdadeiro e julga e peleja com justiça. (...) Então, vi um anjo posto em pé no sol, e clamou com grande voz, falando a todas as aves que voam pelo meio do céu: Vinde, reuni-vos para a grande ceia de Deus, para que comais carnes de reis, carnes de comandantes, carnes de poderosos, carnes de cavalos e seus cavaleiros, carnes de todos, quer livres, quer escravos, tanto pequenos como grandes. E vi a besta e os reis da terra, com os seus

exércitos, congregados para pelejarem contra aquele que estava montado no cavalo e contra o seu exército. Mas a besta foi aprisionada, e com ela o falso profeta que, com os sinais feitos diante dela, seduziu aqueles que receberam a marca da besta e eram os adoradores da sua imagem. Os dois foram lançados vivos dentro do lago de fogo que arde com enxofre". (Ap 19:11, 17-20)

Veja como a visão final da história não põe as autoridades ao lado de Cristo. Mesmo os escravos e os fracos deste mundo estarão no cenário do julgamento. Ou seja, o Apocalipse não ideologiza nem a pobreza, nem a fraqueza humana, dando a eles perspectiva redentora com relação aos miseráveis e despojados da história. Entretanto, mantendo a linha de reflexão deste livro, devemos nos ater aos investidos de autoridade. Ora, esses e especialmente esses, são os que o Apocalipse coloca no pelotão de frente do juízo de Deus.

Ora, tudo isso deveria fazer de nós, como já disse, seres profundamente cautelosos nas nossas associações com os sistemas de poder deste mundo, sejam eles civis, militares, religiosos ou populares. Todo poder é poder. E todo poder sofre da irremediável obsessão da autonomia.

Quanto a nós, santificados em Cristo por sua graça e misericórdia, cabe sustentarmos seu testemunho nesses dias de profunda visionomia apocalíptica.

Francamente, não sei o quão próximo do fim estamos. No entanto, eu penso que o mundo cada dia mais passa a reunir mais evidências apocalípticas. Estamos como que em um interregno, um mundo se acabou e não sabemos ao certo que outro está para surgir. Os modelos civilizatórios estão em franco esgotamento. Se compararmos o mundo de hoje com o mundo quando a primeira versão deste livro foi publicada, muita coisa mudou. Em vários aspectos, pioramos. Repetimos em versões muito mais trágicas vários de nossos erros que achávamos já ter superado; a sociedade de consumo se enraizou cada vez mais. O drama ambiental foi levado a níveis inimagináveis à época da Rio 92; a revolução informacional teve a façanha de nos aproximar, mas como não promoveu nada além disso, potencializou nossas violências latentes; a sociedade dos desejos antes reprimidos, agora se vê às voltas com a luta de devolver o gênio à garrafa; há uma crise ideológica no mundo; os modelos existentes se exauriram; a relativização cultural anti-ocidental promovida por radicais islâmicos balançaram nosso conforto; e ficamos entretidos com o efêmero; a igreja-instituição assumiu de vez sua sede, não pela justiça, mas pela riqueza e pelos confortos; continua parecendo cordeiro, mas fala como dragão e serve e se serve de sistemas iníquos; intromete-se, diferentemente do que recomendou Pedro, nos negócios alheios e faz gestão do que não lhe é pertinente.

O papel político da igreja instituição, hoje, é quase que diametralmente oposto ao de duas décadas e meia atrás. Antes, estreatante no cenário político nacional, estava em busca de ainda nas sombras, tímida, muito circunscrita ao quintal do templo. Hoje, ela está sitiando o Congresso nacional, é detentora de cadeias de rádio e TV, possui templos megalomaniacos, dá palpite no que lhe compete e principalmente no que não lhe compete e se vê embasbacada com o poder político e econômico que alcançou. Se o problema há duas décadas e meia era um, hoje

é outro. Se alienação se manifestava de uma maneira, hoje se manifesta de outra. Mas ainda é alienação.

Eu disse: “sei, no entanto, que há ainda muito mais espaço na presente sociedade humano para expressões ainda mais grotescas dos cenários apocalípticos descritos por João. E um desses cenários perigosos é aquele que põe a igreja (que parece cordeiro) falando como dragão e servindo a sistema que negam, na prática, o nome de Deus. ” Ora, a coisa ficou tão gritantemente pior que as instituições se retroalimentam, não apenas a igreja serve a esses sistemas, como esses sistemas serve à igreja, num mutualismo cordato.

“E quanto a isso, ninguém se deve ter ilusões. Não é porque um governante fala em nome de Deus que ele não representa perigo para a igreja. Pelo contrário, um governante e um governo são tão ou mais perigosos quanto mais usem o nome de Deus como parte da propaganda política”, disse há duas décadas e meia. Hoje, cabe dizer: “Não é porque um ‘sacerdote’ fala em nome de Deus que ele não representa perigo para a igreja”. Essa é ainda a terrível lição que o Apocalipse nos deixa.

Então, ouvi grande voz do céu, proclamando: Agora, veio a salvação, o poder, o reino do nosso Deus e a autoridade do seu Cristo, pois foi expulso o acusador de nossos irmãos, o mesmo que os acusa de dia e de noite, diante do nosso Deus. Eles, pois, o venceram por causa do sangue do Cordeiro e por causa da palavra do testemunho que deram e, mesmo em face da morte, não amaram a própria vida. (Ap. 12:10-11)

O Apocalipse não deixa dúvidas quanto a que tipo de poder a igreja deve buscar para exercer no mundo: o poder do sangue do Cordeiro e o poder do testemunho de Jesus em amor. Ora, qualquer outro projeto de poder que a igreja possa pretender obter, será sempre sedutor e inimigo das intenções de Deus para o seu povo. Tal afirmação parece radical, porém além de verdadeira, fazê-la só demonstra onde chegamos! A história toda da igreja está aí para provar o que tenho dito até aqui. “Minha esperança é que no Brasil nós não sejamos tolos a ponto de pensar que possamos ser exceção a tal regra”, disse há 25 anos. Duas décadas e meia depois... sim fomos tolos, e tolos além da conta.

UMA SÍNTESE TEOLÓGICA DO PAPEL DO ESTADO.

Para evitar, pois, que todas as coisas descambem para a desordem e o caos, Deus suscita no quadro geral da sociedade uma ordem provisória chamada ordenação jurídico-política. Essa ordem não consiste, claro, na regeneração do homem que só se dá mediante Cristo trazendo-lhe liberdade em relação a seu cativo moral em pecado. Mas é ela quem promove a ordenação social e a manutenção mínima da ordem, dentro de uma moral relativa mediante a coerção das leis.

Os agentes dessa ordem são, de um lado, a lei moral externa e convencional que dirige os indivíduos e, de outro lado, a lei do Estado, eficazmente aplicada pelas instituições governamentais as quais, para tanto, precisam estar amplamente colocadas sob as leis que administram sobre os demais.

Tal ordem é relativa, provisória, mutável e mutante, e está à espera do fim dos tempos, quando então o verdadeiro governo será estabelecido por Deus, após a vitória de Cristo sobre todo principado e poder. Depois do juízo final, a humanidade recuperará plenamente a paz social porque será livremente submissa à ordem de Deus. Contudo, enquanto aguarda-se esse acabamento final, todas as sociedades têm necessidade de uma ordem provisória, que viabilize o que os gregos chamavam de “a arte do viver juntos”. E essa ordem é política. A política deve, portanto, buscar em todas as sociedades se a ordem que mais se aproxime do bem comum, levando em conta o desenvolvimento moral, espiritual, ético e material dos seus cidadãos nos mais variados períodos da história humana.

A pressuposição embutida no “vós sois o sal da terra e vós sois a luz do mundo” deveria ser que quanto mais fiéis os cristãos e mais numerosos no meio de uma sociedade, melhor seria esse convívio em sociedade. Inversamente, quanto menos os cristãos são à semelhança de Cristo, menos de conformidade ao desígnio de Deus será o papel disso que se chama igreja.

Vemos, pois, que a presença real do corpo de Cristo é indispensável para a vida em sociedade em todas as suas dimensões. Ela é o fermento regenerador da vida social, política econômica. E se a igreja é morta, se ela não chega a ser a comunidade em amor dos membros do corpo de Cristo, se sua presença não imprime à sociedade o impulso de sua própria e constante regeneração pela Palavra de Deus, então ela mesma participa da desordem da sociedade.

O Estado, cujo papel laico é manter pelas leis, pelas instituições e pela coerção a ordem política, não dispõe de outra garantia contra sua própria corrupção a não ser a “consciência da igreja”. Por isso essa igreja não chamar constantemente o Estado à sua função, ela torna-se conivente com a degradação social. O Estado por si mesmo não conhece a ordem divina. Cabe à igreja, sem qualquer pretensão de convertê-lo ou doutriná-lo, dar-lhe testemunho dessa ordem. Daí ela ter que ter olhos abertos, coração justo, alma sensível, procedimento coerente, visão social e política justas, atitude construtiva e coragem de participar da discussão dos grandes temas da sociedade. A omissão da igreja quanto a participar da vida pública como fator

crítico, construtivo e sensibilizador, é o que cria espaços para os regimes autoritários e os governos corruptos.

Minha esperança aqui, quase vinte e cinco anos depois, é que os líderes cristãos pensem nas coisas que são de cima para contribuir com a ordenação das coisas que são de baixo. Que não sejamos nada além, nem alguém daquilo para o qual Cristo Jesus nos designou. Ele é a nossa mensagem e nossa prática. Ele é o evangelho, as boas novas, nesse mundo decadente e desorientado. Nesse mundo que tem sede de Jesus. Não do Jesus evangélico, do templo, da religião, dos dogmas, das tradições, mas do Jesus encarnado em nós a serviço do próximo. Desse Jesus cujo amor constrange a todos. Desse Jesus que faz de nós sal da terra e luz do mundo. Credo que não será aqui o nosso descanso, mas contribuiremos para o descanso dos cansados não fazendo coro com as injustiças desse mundo.

Caio Fábio.

Verão de 2016